Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

1290001945
FE
TCC/UNICAMP C823c

Daniela Cristina de Menezes Cosso

A construção da identidade brasileira: educação, moral e higiene no Brasil dos anos 20

200506 j55

UNICAMP

Campinas, dezembro de 2004

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Daniela Cristina de Menezes Cosso

A construção da identidade brasileira: educação, moral e higiene no Brasil dos anos 20

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profª Drª Heloísa Helena Pimenta Rocha.

Campinas, dezembro de 2004

Bib id 344568

UNIDADE: FE
Nº CHAMADA:
TCC/Unicamp
C823c
V:
TOMBO: 1945
PROC: 16/2005
C: 2 X
PREÇO: R$ 1,00
DATA: 30.03.05
Nº CPD:

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

C823c

Cosso, Daniela Cristina de Menezes.
A construção da identidade brasileira : educação, moral e higiene no Brasil dos anos 20 / Daniela Cristina de Menezes Cosso. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Heloísa Helena Pimenta Rocha.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação – História. 2. Unidade Nacional. 3. Higiene. 4. Condições morais. I. Rocha, Heloísa Helena Pimenta. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-240
RP/FE

Professoras examinadoras:

Profª. Drª. Heloísa Helena Pimenta Rocha
(Orientadora)

Profª. Drª. Carmem Lúcia Soares
(Segunda Leitora)

DEDICATÓRIA

Sérgio e Mariana, dedico este trabalho a
vocês pelo amor, confiança,
compreensão e ajuda, tanto na realização
do curso de Graduação em Pedagogia,
como na concretização dos nossos
sonhos...

AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram e nesse momento deixo meus agradecimentos a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente desses anos de faculdade, tão demorados a passar...

- Ao Sérgio, meu marido, amigo e companheiro, que me incentivou a prestar o vestibular do curso de Pedagogia da UNICAMP, que torceu por cada minuto das minhas conquistas e por todos aqueles momentos que não ficamos juntos por conta de trabalhos, aulas, seminários, congressos...

- À Mari, minha querida filha, que curtiu todos os momentos da faculdade, me ajudando em trabalhos e painéis, aprendeu muito com tudo isso;

- À Denise, minha cunhada, por muitas caronas e muitas conversas que tivemos durante as idas e vindas para a UNICAMP e Ilza, minha sogra, pela compreensão e ajuda nos momentos de "aperto" ;

- Às minhas amigas Patrícia e Elaine pelos tantos trabalhos que fizemos juntas, pelo apoio e carinho nos momentos de "stress" e pelos muitos "cappuccinos" que tomamos juntas na máquina de café;

- À querida Professora Heloísa Rocha por ter me orientado durante quase três anos de pesquisa, e suas valiosas dicas para eu crescer como pesquisadora;

- À Profª Drª Carmem Lúcia Soares, minha segunda leitora, pelo carinho com que leu esse imenso trabalho, que como ela mesma disse "parece até uma tese", e pela felicidade que me causou com seu parecer me dando uma ótima nota dez;

- A todos os Professores e Funcionários da Faculdade de Educação (principalmente o pessoal da biblioteca) que sem eles essa pesquisa não seria a mesma.

Obrigada.

RESUMO

Nas décadas iniciais do século XX, a criação de fóruns de discussão constituiu-se numa das estratégias acionadas pelos intelectuais brasileiros, imbuídos dos propósitos de produzir uma nova realidade social. Dentre as diversas entidades criadas no período, destaca-se a Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 no Rio de Janeiro, com o objetivo de assumir as preocupações educacionais em âmbito nacional.Como principal instância de articulação e propaganda do chamado movimento de renovação educacional articulado pelos intelectuais, nos anos 20 e 30, a ABE promoveu debates, palestras e Conferências Nacionais de Educação, para discutir as questões educacionais.

Tomando como fontes as teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, esta pesquisa teve como objetivo discutir a temática da constituição de uma unidade nacional para o Brasil, por meio do desenvolvimento de uma educação higiênica e sanitária e de uma cultura moral e cívica na escola. Assim, o presente estudo voltou-se para o levantamento, catalogação, organização e análise das teses que versam sobre os temas da higiene e da unidade nacional, apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação, realizadas em 1927, 1928 e 1929. As questões que o presente estudo enfoca ganham relevância na medida em que se considera a importância do discurso produzido no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE). Discurso esse fortemente marcado pelas preocupações com a constituição da unidade nacional, por meio de iniciativas que deveriam se voltar para *"formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transformasse em uma Nação à altura das mais progressistas civilizações do século"* (Nagle, 1976, p. 100).

A análise das teses permitiu observar que a escola aparece como difusora destas questões e a única instituição capaz de promover a construção da identidade brasileira. Muitos conferencistas acreditavam, que por intermédio da educação moral e da educação higiênica, os professores despertariam nas crianças o interesse e o sentimento pátrio, contribuindo, desse modo, para o progresso da nação.

História da Educação. Unidade Nacional. Higiene.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....9

Apresentação.....10

Introdução.....11

CAPÍTULO I:

Considerações sobre a

Associação Brasileira de Educação

1. Introdução.....14

2. Os intelectuais brasileiros - "*homens de sciencia*".....14

3. A criação da ABE.....16

CAPÍTULO II:

As Conferências Nacionais de Educação

1. Introdução.....21

2. A Primeira Conferência Nacional de Educação.....21

3. A Segunda Conferência Nacional de Educação.....24

4. A Terceira Conferência Nacional de Educação.....30

CAPÍTULO III:

A Unidade Nacional

1. Introdução.....32

2. A unidade nacional na construção da identidade brasileira.....32

3. A unidade nacional nas Conferências Nacionais de Educação.....37

3.1 A unidade nacional concebida como um ideal para a nação.....37

3.2 A educação moral.....46

CAPÍTULO IV:

Higiene e Educação Sanitária

1. Introdução.....50

2. Programas Higiênicos: Curar um País "doente".....50

3. A Escola Idealizada pelos Médicos Higienistas.....54

4. A Higiene e a Educação Sanitária nas Conferências Nacionais de Educação.....55

4.1 A higiene vista como possibilidade de regeneração do povo brasileiro.....58

4.2 A educação sexual como defesa dos aspectos higiênicos,morais e eugênicos.....61

4.3 A educação sanitária e a escola.....63

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....69

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....71

ANEXOS.....76

Anexo 1: Listagem das teses apresentadas na I CNE.....76

Anexo 2: Listagem das teses apresentadas na III CNE.....83

Anexo 3: Fichas de Leitura da I CNE.....87

a) Tema: Unidade Nacional.....87

b) Tema: Higiene.....120

c) Tema: Educação Sexual.....133

Anexo 4: Fichas de Leitura da III CNE.....137

a) Tema:Unidade Nacional.....137

b) Tema: Educação Sanitária.....139

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CNE – Conferência Nacional de Educação

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto de dois projetos de Iniciação Científica realizados durante o curso de graduação em Pedagogia na UNICAMP financiados pelo CNPq e orientados pela Profª Drª Heloísa Helena Pimenta Rocha. O primeiro estudo, iniciado em 2002, intitulado *A higiene no discurso pedagógico da Associação Brasileira de Educação*, teve como objetivo "*compreender o processo de escolarização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com base na investigação das teses apresentadas nas Conferências Nacionais da Educação; levantar, catalogar, disponibilizar e analisar fontes que permitam compreender o papel atribuído à higiene na constituição de um novo modelo para a escola primária; e analisar os dispositivos de organização dos espaços escolares, distribuição do tempo e gestão do trabalho pedagógico presentes no modelo escolar produzido pelos médicos-higienistas e divulgados nas Conferências*".

O segundo projeto de Iniciação Científica, iniciado em 2003, sob o título *A Unidade Nacional como projeto da Associação Brasileira de Educação*, teve como objetivo dar continuidade ao estudo iniciado em agosto de 2002, procurando examinar algumas indagações surgidas no decorrer desse estudo, em relação às propostas de constituição da unidade nacional, alicerçadas em uma cultura moral e cívica.

Trabalhando com a produção e circulação do discurso sobre os temas da unidade nacional, higiene e educação moral, no âmbito da Associação Brasileira de Educação, buscou-se compreender a importância desse discurso na articulação de um projeto de Brasil moderno, que tem na preocupação com a constituição da nação brasileira, pela via da educação, um dos seus principais pilares.

Alguns autores têm se debruçado sobre essas questões podendo-se destacar os trabalhos de Marta Carvalho (1998), Micael Herschmann (1996), José Gondra (2001), Clarice Nunes (2000) e Heloisa Rocha (2001, 2003).

INTRODUÇÃO

Nos anos 1920, importantes aspectos da vida política e cultural brasileira ganham novos significados, a partir de um conjunto de mudanças vivenciadas pelo país. Há um novo clima intelectual, político e cultural, desencadeado por acontecimentos importantes, tais como: Primeira Revolução Tenentista, Criação do Partido Comunista, Centenário da Independência, Semana de Arte Moderna e, no campo educacional, a criação da Associação Brasileira de Educação. São anos simbólicos na história política e cultural brasileira, segundo Lahuerta, por inaugurarem a "*gênese do Brasil Moderno*", com a introdução de "*procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações*" (1997, p. 93).

Surge, assim, um novo ângulo para pensar o Brasil, um Brasil voltado para si, distante dos costumes europeus. Particularmente para os intelectuais, os anos 20 serão de questionamentos inéditos, que marcarão as décadas seguintes. A atuação dos intelectuais caracterizou-se pela vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de forma inovadora. Sua intervenção política inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional do país (Oliveira, 1997). Assim, a criação e participação em fóruns de discussão constituiu-se numa das estratégias acionadas por esses intelectuais, na vontade de produzir uma nova realidade social.

Tomando como fontes as teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, esta pesquisa teve como objetivo esta pesquisa teve como objetivo discutir examinar as propostas de constituição de uma unidade nacional para o Brasil, por meio do desenvolvimento de uma educação higiênica e sanitária e de uma cultura moral e cívica na escola. Assim, o presente estudo voltou-se para o levantamento, catalogação, organização e análise das teses que versam sobre a temática da higiene e da unidade nacional, apresentadas nas **Conferências Nacionais de Educação** (CNE), realizadas em 1927, 1928 e 1929.

Questões sobre educação moral, educação higiênica e sanitária articuladas aos propósitos de constituição de uma unidade nacional para o Brasil foram temas muito debatidos nas Conferências Nacionais de Educação, realizadas ao longo da década de 1920. Tanto nas teses apresentadas na **I CNE** como na **II** e **III CNE**, a escola aparece como difusora destas questões, sendo considerada como a única instituição capaz de promover a construção da identidade brasileira. Muitos conferencistas acreditavam que por intermédio da educação moral, os professores despertariam nas crianças o interesse e o sentimento pátrio, contribuindo, desse modo, para o progresso da nação.

A catalogação das teses permitiu observar que a higiene, concebida como um dos maiores problemas sociais do período, aparece como uma das grandes preocupações dos conferencistas, a maioria dos quais acreditava que os grandes problemas da sociedade brasileira resultavam da ignorância do povo, constituindo-se a imposição de uma "*educação higiênica e eugênica na escola e no lar*" como única forma de garantir a "*prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie*". A escola aparece, no âmbito desses discursos, como o centro irradiador da higiene e conseqüentemente da saúde da população, pois os conferencistas acreditavam que a escola era o núcleo revigorador da saúde da nação, transformando as crianças em corpos fortes e organismos robustos para a nação. Desse modo, para que a escola cumprisse esse papel deveria lançar mão da educação sanitária como "arma de combate", na medida em que se acreditava que, por meio da incorporação de hábitos sadios, seriam lançadas as bases da formação da consciência sanitária do cidadão.

O estudo destas teses e a elaboração de fichas de leitura deram sustentação à análise do tema desta pesquisa. A produção das fichas teve como objetivo facilitar o uso do material para futuras pesquisas. Para tanto, procurou-se registrar os aspectos mais significativos para a sua identificação e descrição do seu conteúdo, nos seguintes campos: **número** da tese em relação à listagem à qual pertence; **título** da tese; **autor** da tese; **conferência**; **ano**; **referência bibliográfica**; **localização**, referente ao local onde o material pode ser pesquisado; **palavras-chave**, indexadores que identificam o conteúdo da discussão e permitem a recuperação e o cruzamento entre teses que tratam de um mesmo assunto; **conteúdo**, onde figura o resumo temático das teses; **resumo**, o qual apresenta o conteúdo da tese resumido; **observações**, campo no qual são citados aspectos interessantes da tese, ou anotados comentários sobre o parecer da tese, dados sobre o autor e sua inserção profissional, ou sugestão de referência bibliográfica sobre o

mesmo assunto ou, ainda, registrados dados apresentados pelo autor da tese, como tabelas ou exemplo de modelo de caderneta sanitária; e **pesquisador**(a). (ver fichas de leitura nos anexos nº 3 e 4)

CAPÍTULO I

Considerações sobre a Associação Brasileira de Educação

1. Introdução

Entender o significado das Conferências Nacionais de Educação exige que se considere, preliminarmente, a origem, a formação e o funcionamento da Associação Brasileira de Educação (ABE). A ABE, entidade criada por um grupo de intelectuais, em 1924, foi o mais importante centro de coordenação e debates dos problemas educacionais brasileiros. Sua criação foi a expressão do empenho de um grupo de intelectuais brasileiros interessados na solução de inúmeros problemas educacionais.

Neste capítulo, discutirei a atuação dos intelectuais brasileiros, considerados como a "*classe ilustrada*" da nossa nação, de modo a examinar o momento da criação da ABE, sua origem, formação e funcionamento.

2. Os intelectuais brasileiros - "homens de sciencia"

No Brasil, as últimas décadas do século XIX demarcam um período marcado por profundas modificações que, com a supressão da escravidão anunciaram a emergência do capitalismo e da ordem burguesa, instaurando o desenvolvimento urbano-industrial. As cidades consolidaram-se como centros das atividades fabris e comerciais, bem como de circulação de contingentes populacionais expressivos, especialmente de trabalhadores absorvidos nas tarefas industriais e na prestação de serviços próprios da vida urbana. Ao redor do eixo econômico do país (região sudeste), vários estabelecimentos de caráter cultural, tais como faculdades, bibliotecas, museus e institutos foram abertos, compondo um panorama intelectual mais diversificado.

Neste contexto, a década de 1870 é um importante marco no processo de institucionalização da ciência e de afirmação do homem culto como intelectual. Conforme o discurso da época, os homens cultos eram aqueles que freqüentavam estabelecimentos culturais, destacando-se os educadores, médicos, engenheiros,

literatos, etc. A instalação de novas instituições de saber possibilita a emergência, no período, do que Schwarcz denomina de uma "*classe ilustrada nacional*" (1993, p. 24), a qual comporia uma elite intelectual mais autônoma, distante dos ideais de nossa antiga administração portuguesa.

É no final do século XIX, com a criação de novas instituições de saber, tais como, as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife e o Instituto Manguinhos, liderado por Oswaldo Cruz, às quais se somariam as já reconhecidas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, que o Brasil compôs um panorama intelectual mais diversificado. O aparecimento de campos acadêmicos distintos resultou numa diversificação nas áreas de atuação das elites intelectuais nacionais. Nesse sentido, Schwarcz assinala:

> *se a maior parte da "classe ilustrada brasileira" tinha em comum a formação em Coimbra (ou mais raramente em outra universidade européia) e uma carreira burocrática, a partir de então começam a delinear-se especializações profissionais diretamente associadas às diversas instituições.* (1993, p. 25)

Assim, os intelectuais (médicos, educadores, literatos e engenheiros), procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam. Com efeito, a partir do final do século XIX, nota-se o aparecimento de um tipo especializado de profissional. Grandes leitores da produção científica, esses intelectuais dispersos nos diversos estabelecimentos e instituições tenderão a reconhecer-se, segundo Schwarcz, como "*homens de sciencia*". Ainda, de acordo com a mesma autora:

> *As construções teóricas de tais "homens de sciencia", que de dentro das instituições das quais participavam tendiam a se auto-representar como fundamentais para as soluções e os destinos do país, constituem, portanto, material privilegiado para a recuperação do período. Muitas vezes radicais em suas propostas, ou vistos como "estrangeiros" devido ao estranhamento que suas idéias geravam, esses intelectuais não apenas conheceram um momento de maior visibilidade e relativa autonomia, como buscaram*

> *formular, pela primeira vez, modelos globalizantes, estudos pioneiros, na tentativa de buscar uma lógica para toda a nação.* (p. 40)

A atuação dos intelectuais caracterizou-se pela busca de legitimação da sua responsabilidade pela organização social e seus discursos foram se constituindo nas diretrizes da sociedade brasileira. A criação e participação em fóruns de discussão constituiu-se numa das estratégias acionadas por esses intelectuais, no seu afã de produzir uma nova realidade social.

3. A criação da ABE

Em meio a essas transformações, no início do século XX, verificou-se no país um movimento renovador em educação que, introduzido no Brasil no final do século XIX, trouxe reformas dos sistemas escolares em alguns Estados da Federação. Desse modo, Nagle analisa as transformações sociais e suas repercussões no campo educacional:

> *... o aparecimento de insitado entusiasmo pela educação e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro.* (1976, p. 99-100)

A disseminação do ideário escolanovista[1] na educação alicerça-se sobre o ideal de formação de um "novo homem brasileiro", uma nova concepção de infância, um novo papel para o professor e propostas renovadoras do currículo, enfim, tal ideário defende a reconstrução das instituições escolares, nos seus mais diversos aspectos. Assim,

---

[1] Cf. Nagle, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* Segundo esse autor, o escolanovismo é um movimento educacional reformista e remodelador, que possibilitou a difusão de novas idéias pedagógicas no Brasil, no início do século XX. Na década dos 20, praticamente existiu sincronia entre a propagação dessas idéias e as mudanças institucionais comprometidas com essa nova corrente.

> *... o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para quem a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica.* (1976, p. 100)

É neste contexto que se inicia um movimento de educadores e intelectuais para institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização, em âmbito nacional, que resultou na iniciativa de fundação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação – ABE, por Heitor Lyra da Silva e mais três intelectuais, Everardo Backheuser, Lysímaco Ferreira da Costa e Barbosa de Oliveira, no Rio de Janeiro. Em torno dessa entidade, se reuniram as figuras mais expressivas, dentre eles educadores, políticos, médicos, literatos e jornalistas, e sua ação se desdobrou na programação de conferências, especialmente as Conferências Nacionais de Educação. O nome dos departamentos que a compunham pode dar idéia de seus objetivos: *Ensino Primário e Normal*, *Ensino Secundário*, *Ensino Profissional e Artístico*, *Educação Física e Higiene*, *Educação Moral e Cívica* e *Cooperação da Família* (Schartzman apud Herschmann, 1994, p. 38).

A ABE visava constituir-se nacionalmente em órgão coordenador e incentivador, órgão de opinião das classes cultas, organizado de modo a interferir na política educacional do Estado, oferecendo-lhe as diretrizes e apontando-lhe os erros e lacunas:

> *Em síntese pois: a Associação aspira constituir-se em órgão legítimo da opinião das classes cultas, pronta a colaborar em perfeita harmonia com os governos e a aplaudir-lhes os acertos, mas capaz, também, de falar-lhes de frente, de apontar-lhe, quando necessário, os erros e as lacunas de suas leis de ensino e de defender vigorosamente nesse terreno os grandes interesses do Brasil.* (Lyra apud Carvalho, 1998, p. 109)

Originária da insatisfação de profissionais atuantes nos vários serviços de estado, especialmente no campo da saúde e da educação, a Associação Brasileira de Educação pode ser entendida como "*preenchedora de um espaço alheado pela organização oficial*

do ensino" (Ferreira, 1994, p. 9). Ensino este que, em pleno século XX, ainda se achava em grande parte emaranhado na tradicional organização jesuítica e, dessa forma, distanciado da realidade político-social da sociedade republicana, segundo a análise desses intelectuais reunidos em torno da criação da ABE.

Integrava a ABE grande número de médicos, engenheiros e advogados que tinham interesses convergentes a respeito do trabalho educativo. Além disso, tinham em comum o prestígio cultural adquirido na intensa atividade profissional, na produção de livros, artigos e na projeção de suas idéias através de palestras, discursos e conferências.

Por acreditarem nas virtudes do processo educacional, Heitor Lyra e seus companheiros pretenderam utilizar a Associação Brasileira de Educação na difusão da idéia da educação como redentora da sociedade brasileira. Perplexos com a ignorância e também com a debilidade física da população, passavam eles a contestar o caráter dualístico (povo X elite) do ensino nacional. Propunham a difusão e unificação do ensino e defendiam diferentes propostas de reorganização das bases educacionais, em função do atendimento das carências físico-culturais da população.

Assinalando a proliferação de discursos sobre o país em organizações cívicas, movimentos literários, partidários e associações, Marta Carvalho chama a atenção para o processo de produção e difusão de um conjunto de representações sobre o povo, que o identificava à amorfia. Segundo sua análise,

> *Tal é o caso da larga circulação que tiveram -- em organizações cívicas como a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista de São Paulo, em movimentos literários e especificamente nacionalistas, em movimentos partidários e associações, como a Sociedade Brasileira de Higiene, a Liga Brasileira de Higiene Mental e a Associação Brasileira de Educação – encenações de um povo brasileiro que privilegiam imagens da doença, do vício, da degenerescência, da ausência de caráter, muito freqüentemente sintetizada na amorfia em que o país é figurado como organismo.* (1998, p. 13)

No âmbito desses movimentos, vai se constituindo, na formulação dos problemas nacionais, a articulação entre educação e saúde, vista como possibilidade de "regeneração" da população brasileira.

As Conferências Nacionais de Educação, promovidas por essa entidade, foram, como assinala Carvalho (1998), a principal instância de organização do movimento educacional, em nível nacional, no período, congregando delegações estaduais oficiais. Espaço de discussão das principais questões educacionais do período, as Conferências realizaram-se regularmente entre 1927 e 1929: a Primeira Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, no ano de 1927; a segunda, em Belo Horizonte, em 1928 e a terceira, em São Paulo, no ano de 1929. Seus anais configuram-se em importantes fontes para a História da Educação Brasileira, na medida em que dão conta da diversidade de temas ali discutidos. Em seu trabalho, Carvalho (1998) destaca, como um dos temas que interessou aos educadores reunidos nessas conferências, a higienização da sociedade, configurada como projeto de moldagem do povo.

Essa mesma autora registra a análise de Vanilda Paiva sobre o surgimento da Associação Brasileira de Educação e sua atuação por meio das Conferências Nacionais de Educação:

> ***Profissionais em educação*** *reuniram-se numa Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada por Heitor Lyra em 1924, a fim de defender seu campo de trabalho... Era a primeira sociedade de profissionais da educação com caráter nacional e sua atuação, principalmente através das Conferências Nacionais de Educação promovidas a partir de 1927, contribuiu no sentido da difusão dos ideais e princípios da Escola Nova e do* ***"otimismo pedagógico"*** *em geral. As Conferências promovidas pela ABE para discussão dos problemas educativos e troca de experiências entre educadores foram realmente efetivas, dando certa unidade ao pensamento dos educadores no país. Suas discussões detiveram-se, fundamentalmente, nos aspectos técnicos da educação, embora se mantivessem as reivindicações tradicionais de uma política nacional de educação.* (apud Carvalho, p. 34). [grifos meus]

Entretanto Carvalho acredita, com base na documentação levantada em seu estudo, que o grupo que compunha os órgãos diretores da Associação dificilmente podia ser qualificado de "profissionais em educação", como diz Vanilda Paiva, pois nele predominaram médicos, advogados e, sobretudo, engenheiros, professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Quanto ao "otimismo pedagógico", Carvalho acredita que "*a ênfase do grupo na qualidade do ensino em detrimento da simples difusão da escola*

- o que faria deles 'otimistas' – não foi decorrente de razões pedagógicas", como escreve Vanilda, "*mas políticas. Dependendo da sua qualidade, a educação foi claramente valorizada, como instrumento de controle social*" (1998, p.35).

É interessante ressaltar que, apesar de as Conferências tematizarem as questões educacionais, os participantes não eram, em geral, educadores, mas médicos, advogados e engenheiros, destacando-se, dentre estes, a participação dos médicos-higienistas, os quais se apresentavam como elementos indispensáveis na superação dos problemas nacionais. Estes profissionais, tomando como ponto de partida a discussão sobre a saúde da população, colocavam em primeiro plano a questão social, sendo que a saúde dos indivíduos e das populações deixava de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar um modelo médico-político de controle e intervenção contínuos, para a regeneração da população.

CAPÍTULO II

As Conferências Nacionais de Educação

1. Introdução

As Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, foram, sem dúvida, uma das primeiras e mais significativas iniciativas de congraçamento de esforços para a remodelação do ensino no Brasil. Tais conferências realizaram-se regularmente entre 1927 e 1929.

Neste capítulo, abordarei cada uma dessas Conferências, separadamente, fazendo um levantamento dos temas abordados pelos conferencistas nas teses apresentadas.

2. A Primeira Conferência Nacional de Educação

Apresentando uma "*breve exposição dos trabalhos realizados e das resoluções tomadas*" na Primeira Conferência Nacional de Educação, que se dera em Curitiba de 20 a 27 de dezembro de 1927, o Boletim registra aspectos significativos para se dimensionar a natureza do evento:

> *Com excepcional brilhantismo, realizou-se em Curitiba este certamen, promovido pela Associação Brasileira de Educação (...) A sessão de instalação foi presidida pelo Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, que fez um eloqüente discurso sobre o futuro do Brasil, transformado pela educação e por esta engrandecido e fortalecido na sua capacidade produtora (...) Compareceram à sessão inaugural as altas autoridades civis e militares (...), mais de 300 congressistas enorme multidão, que enchia o vasto teatro Guairá, onde teve lugar a solenidade, que tão grande entusiasmo patriótico despertou no coração dos que tiveram a ventura de assistir a essa festa (...) No período de 20 a 27 de dezembro realizou a Conferência no Palácio do Congresso 13 sessões plenárias, sendo nelas discutidos os assuntos mais palpitantes do problema educativo moderno, provocando debates calorosos, mas sempre na altura dos ideais sublimes que congregaram tantos mestres e especialistas nas questões estudadas. As 112 teses relatadas pelas comissões constituíram um rico manancial de dados, observações e idéias para os que se interessam pela educação. Os anais da Conferência darão conta do brilho extraordinário*

> *dos estudos e trabalhos feitos nesse certamen, que abriu uma nova era, promissora e magníficos frutos, para conseguir a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado.* (Boletim da Associação Brasileira de Educação, apud Carvalho, 1998, p.307-308)

Essa breve exposição do Boletim da ABE sobre os trabalhos realizados durante a I CNE dá conta de registrar o que representaram, para o Brasil, as Conferências promovidas pela entidade, durante a década de 1920. Certame grandioso voltado para o debate sobre "*o grande problema da educação nacional*". Festa cívico-nacionalista cuja finalidade última eram "*a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado*".

As teses da I CNE foram publicadas pelo INEP, em 1997, e foram pesquisadas na Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP. Nos anais dessa conferência, o total das teses apresentadas é 112, sendo que algumas não foram encontradas, constando apenas os pareceres das comissões (ver listagem no anexo nº 1).

O temário oficial proposto para a Primeira Conferência foi assim estabelecido:

> *1ª) A Unidade Nacional*
>
> *a) pela cultura literária;*
>
> *b) pela cultura cívica;*
>
> *c) pela cultura moral.*
>
> *2ª) A uniformização do ensino primário, nas suas idéias capitais, mantida a liberdade dos programas;*
>
> *3ª)A criação das Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico de nosso professorado do ensino secundário e normal;*
>
> *4ª) A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário.* (Arquivos da ABE, apud Carvalho, s.d., p. 310)

Outras temáticas, não listadas nesse temário oficial, também se fizeram presentes nesta Primeira Conferência, como a educação higiênica, dentre outras. Vale citar, nesse sentido, a tese apresentada por Ferdinando Laboriau sobre a proposta de um Ministério da Educação Nacional (tese nº 45), e propostas de educação higiênica, que tinham em Belisario Penna um de seus principais formuladores (tese nº 1, *Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar*).

Cabe assinalar que estudos realizados por historiadores da educação e reunidos em publicação do INEP (1993) adotaram critérios distintos de organização dos temas oficiais discutidos no evento, propondo uma divisão pautada na variedade de assuntos e definindo seis grupos de temas:

1) A unidade nacional;

2) Organização do ensino;

3) Educação, política e voto;

4) Educação e questões femininas;

5) Higiene e educação sexual;

6) Pedagogia.

Das **112** teses apresentadas na I CNE, **11** discutem o tema "Higiene". As teses de educação sexual são em número de três e se dirigem à defesa da infância e da adolescência no sentido higiênico e moral, o que justifica a sua inclusão neste grupo temático (três teses). Desse modo, percebemos que dentro do tema "Higiene e Educação sexual" temos um total de **14** teses.

As teses relacionadas ao tema da Unidade Nacional, direta ou indiretamente, são em número de **29**, e destas apenas **2** não foram encontradas. Foram localizados, entretanto, os pareceres dados pela comissão da I Conferência Nacional. (ver fichas de leitura da I CNE no anexo nº 3)

3. A II Conferência Nacional de Educação

A Segunda Conferência Nacional de Educação, realizada em Belo Horizonte de 4 a 11 de novembro de 1928, apresentou debates em torno de questões ligadas à educação nacional. Na organização desta Conferência as teses apresentadas foram agrupadas em 10 seções, organizadas por assunto:

1) Ensino primário (incluída a revisão dos compêndios nacionais desse ensino);
2) Ensino secundário ;
3) Ensino superior e universitário;
4) Ensino agrícola;
5) Normal, técnico e profissional;
6) Educação política;
7) Educação social;
8) Educação sanitária (compreendendo a Higiene e a Eugenia);
9) Educação doméstica;
10) Assuntos especializados.

Quanto ao material da segunda Conferência não foi possível selecionar as teses que tratam do tema da unidade nacional, pois não tive acesso ao material completo, não podendo, assim, fazer uma descrição das mesmas, mas tive acesso aos títulos das teses apresentadas e seus autores. Trabalhei com alguns relatos de teses, discursos, conferências e debates acerca do material que obtive através de Arlete Pinto de Oliveira e Silva.[2]

O acesso a esse material permitiu compreender alguns aspectos relevantes em relação ao tratamento conferido à constituição da unidade nacional, pelo viés da educação moral e da educação higiênica, na segunda Conferência Nacional de Educação, possibilitando, assim, um cruzamento de conteúdos abordados nas três Conferências Nacionais de Educação.

---

[2] Sobre as teses apresentadas na II CNE, não tive acesso a elas, mas através do acesso ao site da ABE (http://www.abe1924.org.br/), consegui entrar em contato com a pessoa responsável pelos arquivos da Associação Brasileira de Educação, Arlete Pinto de Oliveira e Silva. Por meio de constantes telefonemas e trocas de e-mails, Arlete Pinto de Oliveira e Silva me ajudou muito na busca deste material, pois está organizando uma obra sobre a Segunda Conferência Nacional de Educação de 1928. Registro aqui meu imenso agradecimento à Arlete pela grande ajuda e pela disponibilização de parte deste material.

A seguir são apresentados os títulos das teses, com destaque para as que versam sobre a educação sanitária:

1. *Unificação do ensino normal* – Carlos Barbosa de Oliveira
2. *Bases da organização do ensino secundário* – Associação Brasileira de Educação
3. *Educação sexual* – Professor Fernando de Magalhães
4. *Educação política* – Tobias Moscoso
5. *Educação doméstica* – D. Amelia Quaresma de Moura
6. *Educação nacional pela educação moral* – D. Carlota Lyra da Silva
7. *Educação política* – Professora Celina Padilha
8. *Educação doméstica* – Marietta de Castro e Silva
9. *Federação das Associações Brasileiras de Educação* - Othon Leonardo
10. *Novos tipos de escola no Rio de Janeiro* – Nereo Sampaio
11. *Revisão dos compêndios de instrução primária* – Edgar Sussekind de Mendonça
12. ***Educação sanitária* – D. Antonia Castro Lopes**
13. *Cooperação da família e da escola na educação da sinceridade* — Laura Lacombe
14. *Organização das bibliotecas de educação* – Gonçalves da Rocha
15. *O escotismo na educação moral* – Jayme de Barros
16. *Cursos de seleção* – Jayme de Barros
17. *Educação geral* – Jayme de Barros
18. *As Semanas de Educação* – Mello Leitão
19. *Da arquitetura como fator de nacionalização* – José Marianno
20. *Nova orientação dos testes* – Deodato de Moraes
21. *Educação política* – Alba Canizares Nascimento
22. *Ensino de Português* – Hemetério dos Santos
23. *As bandeirantes* – Graziella Pires Ferreira
24. ***Educação sanitária* – Zopyro Goulart**

25. ***Escotismo e educação sanitária* – Victor Lacombe**
26. *Professores de Física para ensino secundário* – Francisco Venâncio Filho e Dulcidio Pereira
27. *Educação política* – Levi Carneiro
28. ***Educação e eugenia* – Renato Kehl**
29. *O problema do álcool e a instrução primária* – Severino Lessa
30. *Os compêndios de Física no ensino primário* – Venâncio Filho
31. *Os trabalhos escolares da Cruz Vermelha Infantil* – Alice Sarthou
32. *Idéias sobre o problema educacional no Brasil* – Alberto Moreira
33. *Uniformização no ensino normal* – Francisco de Paula Achilles
34. *Utilidade das Conferências de Educação* – Vicente Licinio Cardoso
35. *A arte de dizer no ensino público* – Maria Rosa Moreira Ribeiro
36. *Livros de leitura para classes preliminares* – Maria Rosa M. Ribeiro
37. *O papel dos recreatórios e a educação das crianças moralmente abandonadas* – Lucia Magalhães
38. *A arte da enfermeira* – Maria Esther da Silva
39. *Pela educação da mulher brasileira* – Isaura Sydney Gasparini
40. *Redação de caráter prático no curso secundário* – Antenor Nascentes
41. *Educação profissional* – Lindolfo Xavier
42. *De como a conformação da mentalidade dos docentes determina a uniformização do ensino nacional* – Alba Canizares Nascimento
43. ***Da necessidade do ensino oficial obrigatório da Puericultura nas escolas* – Adelmar Carvalho de Mendonça**
44. *Revisão dos compêndios do ensino primário* – Paulo de Mello
45. *Educação agrícola* – Maria Porciúncula de Mesquita
46. ***Educação sanitária* – Estevão Pires Ferrão**
47. ***Pelotões de saúde* – Judith de Freitas**
48. *Leitura para crianças* – Julio Portocarrero
49. *Novos métodos de leitura e escrita* – Alexandre Brigole
50. *Subsídios para a educação sexual* – Carlos Sussekind de Mendonça

51. *Unificação do ensino normal* – Leônidas Kaseff
52. *Os lobinhos* - Maria Salomé Cardoso
53. ***Educação sanitária* – Dr. Miguel Couto**
54. *Obrigatoriedade e unificação do ensino primário no Brasil* – Prof. Oswald de Mello Campos
55. *Planos para a alfabetização do Brasil* – Mario Pinto Serva
56. *Da organização do ensino secundário no Brasil* – Mario Magalhães Porto
57. ***Educação sanitária nas escolas primárias* – Ernani Agrícola**
58. ***Educação sanitária* – Ruth de Almeida Magalhães**
59. *O esperanto como fator educacional* – Montara Esperanto Klubo
60. *O culto do civismo no lar e na escola* – Arquimedes Pereira Guimarães
61. *Educação doméstica* – Diretoria Geral de Instrução Pública da Bahia
62. *Educação política · Em torno de seu aspecto mais urgente* – Professor J. Bernardino J. de Souza
63. *Ensino agrícola no Brasil* – Otavio Gonçalves Peres

Pela leitura dos títulos das teses descritas acima, há **10** teses sobre a educação sanitária. Mas o material da Segunda Conferência registra que foram entregues mais 15 teses à Comissão de Educação Sanitária:

1. Unificação do ensino primário no Brasil e o problema da eugenia – Dr. Gonçalves Júnior) ;
2. Educação sexual – Dr. Fernando Magalhães;
3. Sugestões – Associação Cristã de Moços;
4. Educação sanitária – Dr. Luiz Medeiros;
5. O ensino da Puericultura – D. Maria Antonieta Castro;
6. Educação eugênica – Dr. Renato Kehl;
7. Das vantagens do ensino da enfermagem nos estabelecimentos de instrução pública – D. Maria Ester da Silva;
8. Educação sanitária na escola primária – Dr. Ernani Agrícola;

9. O ensino de higiene nos cursos elementares para adultos – Dr. Pires Ferrão;
10. Bases para a educação sexual dos brasileiros – Dr. Carlos Sussekind de Mendonça;
11. Educação sanitária – Dr. F. Figueira de Mello;
12. Da necessidade do ensino oficial obrigatório de puericultura nas escolas – Dr. Adelmar Carvalho Mendonça;
13. Educação sanitária – D. Antonieta Ribeiro Lopes;
14. Pelotão de saúde – D. Judite de Freitas;
15. Educação sanitária – Dr. Raul d'Almeida Magalhães.

Portanto, ao todo, foram **25** teses apresentadas sobre o tema da educação sanitária nessa Segunda Conferência.

Carvalho (1998), analisando a organização dos trabalhos apresentados na II Conferência Nacional de Educação, cita algumas seções em que foram reunidos os trabalhos: *Seção de Educação Sanitária*; *Seção da Educação Social*; *Seção do Ensino Técnico Superior*; *Seção do Ensino Secundário* e *Seção de Educação Política*. Como não houve uma seção na Segunda Conferência com o tema "unidade nacional", a pesquisa se deu em torno de duas seções: *Educação Política* e *Educação Social*, no âmbito das quais o tema educação moral aparece com bastante ênfase.

Assim, nos relatórios desta segunda Conferência, a seção *Educação Política* reuniu as seguintes teses:

1. Da educação política – Dr. Tobias Moscoso
2. Educação política em torno do seu aspecto urgente – Dr. Bernardino José de Souza
3. A educação política – como iniciá-la desde as classes primárias – D. Celina Padilha
4. Educação política – Dr. Levi Carneiro
5. Um problema descurado: o culto do civismo no lar e na escola
6. Educação e nacionalização do povo brasileiro – Dr. Jerônimo Monteiro Filho
7. Educação política ou educação integral – Dr. Raul Gomes

8. Nacionalização do ensino em São Paulo – Professor Euzébio de Paula Marcondes

O relatório da seção de *Educação Social* apresenta as seguintes teses:

1. Finalidade técnico-social da escola brasileira – Professor Deodato de Moraes
2. Educação feminina – D. Leontina Licínio Cardoso
3. Os bandeirantes – D. Gabriela Pires Ferrão
4. Pela educação da mulher brasileira – Isaura Sidney Gasparini
5. O exemplo da vida – Dr. Jayme de Barros
6. Necessidade do ensino anti-alcoólico nas escolas – Dr. L. Gasparini
7. Educação moral e unidade nacional – D. Carlota Barbosa de Oliveira Lyra da Silva

Foram aprovadas, pela Comissão, seis das teses acima, e rejeitada a de D. Isaura Gasparini: *Pela educação da mulher brasileira*, a qual, segundo o relatório da Comissão Julgadora do evento, não pôde colher votos favoráveis na Comissão. A distinta professora, de acordo com a comissão, preconiza o preparo da mulher apenas para o lar, aconselhando uma regressão nos métodos da educação feminina.

4. A Terceira Conferência Nacional de Educação

A lista de temas da III Conferência Nacional de Educação, de acordo com seus anais, ficou assim estabelecida:

1) *Finalidade do ensino secundário.*

2) *Defeitos da legislação brasileira relativamente ao ensino secundário.*

3) *Como formar a opinião pública sobre a vantagem de um ensino secundário eficiente – base da cultura média do país.*

4) *Disseminação do ensino secundário pelo Brasil.*

5) *Responsabilidade dos pais na deficiência da instrução secundária no país. Meios de combater essa deficiência.*

6) *Combate ao analfabetismo na zona rural.*

7) *A organização e disseminação das escolas primárias em face dos recursos financeiros.*

8) *A instituição das escolas Normais Livres. Seu papel na formação do professorado primário.*

9) *A iniciativa particular na organização das escolas primárias e profissionais. Meios de provocar e intensificar essa iniciativa.*

10) *A Educação sanitária. Sua organização e função. A instrução sanitária através da Escola.*

11) *Trabalhos realizados no país sobre a escola ativa (documentação e estatística).*

12) *Nacionalização da escola ativa. Adaptação dos métodos estrangeiros às escolas brasileiras.*

13) *Meios de provocar a revelação das vocações técnicas profissionais.*

14) *Organização universitária brasileira.* (1930, p. 11 e 12)

Estes temas foram divididos em 5 seções, constituídas para uma maior organização do evento, sendo nomeado um presidente para cada seção. Assim as teses apresentadas foram divididas nas seguintes seções: *Ensino Primário*; *Ensino Normal*; *Ensino Profissional*; *Educação Sanitária*; *Ensino Secundário*.

Foram apresentadas 50 teses, sendo que, durante a realização da conferência, foram acrescentadas mais 12 teses na seção de Educação Sanitária, portanto, ao todo, foram apresentadas 62 teses na III Conferência. Analisando as teses, dentro da seção *Educação Sanitária*, constata-se que foram apresentadas 18 teses.

Das 18 teses sobre Educação Sanitária da III Conferência, 9 não foram encontradas. De acordo com a leitura das atas das seções da respectiva conferência, pude perceber que todas as teses foram apresentadas, mas 9 não foram encontradas. Sobre o tema da Unidade Nacional em suas relações com a educação moral, foram encontradas apenas **duas** teses dentro da seção *Ensino Secundário*, sendo que uma delas contém um breve comentário sobre a educação moral dentro do ensino secundário (tese nº 38) e a outra tese versa sobre a unidade nacional (tese nº 37).

CAPÍTULO III

A Unidade Nacional

1. Introdução

As questões que o presente estudo enfoca, referentes à unidade nacional, moral e higiene, ganham relevância na medida em que se considera a importância do discurso produzido no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE). Discurso esse fortemente marcado pelas preocupações com a constituição da unidade nacional, por meio de iniciativas que deveriam se voltar para *"formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transformasse em uma Nação à altura das mais progressistas civilizações do século"* (Nagle, 1976, p. 100). A importância do estudo pode ser melhor aquilatada se se tem em conta as considerações de Carvalho, ao se referir às aproximações entre esse discurso e as propostas elaboradas pelas organizações nacionalistas surgidas no período: a *"similaridade entre a campanha educacional promovida pela ABE e a prática cívica das organizações nacionalistas do período não foi registrada na historiografia educacional"* (1997, p. 125).

Neste sentido, este capítulo enfoca estas discussões e está dividido em duas partes: a constituição de uma unidade nacional para o Brasil; e como o tema da unidade nacional aparece nas Conferências Nacionais de Educação.

2. A unidade nacional na construção da identidade brasileira

Vários autores têm analisado as transformações sofridas pela sociedade brasileira na década de 1920, por meio da investigação de temas como educação moral, higiene, educação escolar, trabalho, dentre outros. Nessa perspectiva, alguns estudos como os de Carvalho (1998), Herschmann (1994), Rocha (2001), Stephanou (1996), oferecem elementos para a análise do tema da unidade nacional, especialmente no que se refere à forte preocupação com a ordem e o progresso, que marca as iniciativas no campo educacional, na Primeira República. Aspectos esses centrais no projeto de constituição de um projeto de unidade nacional para o Brasil. Assim, procurei

aprofundar a reflexão sobre o viés nacionalista em torno do qual se articula a proposta de educação cívica, voltada para a inculcação de valores morais na população. Neste sentido, ampliei a revisão bibliográfica e trabalhei com alguns autores, dentre os quais destaco: Nagle (1976), Oliveira (1997) e Saretta (1997), Oliven (1992), Fausto (2001) e Bittencourt (1990).

Para discutir o tema da unidade nacional na década de 1920 e as preocupações em torno da construção da identidade brasileira, podemos nos voltar para a compreensão da idéia de nação. Quanto a essa questão, analiso dois autores que discutem este tema e trazem elementos importantes: Fausto (2001), que fala sobre o pensamento nacionalista autoritário e Oliveira (1997), que discute a questão nacional na Primeira República.

Segundo Boris Fausto, a idéia de nação surgiu da integração das correntes revolucionárias européias, entre as últimas décadas do século XVIII e meados do século XIX, que lutavam contra o absolutismo monárquico. Os ideais nacionais associavam-se, assim, aos novos princípios de liberdade e igualdade que deveriam definir as relações entre os indivíduos e entre os povos. No Brasil e em outros países do que viria a ser chamado "Terceiro Mundo", a questão nacional tinha outra dimensão, com diferentes matizes que vão do tradicionalismo à luta de libertação nacional contra o imperialismo (2001, p. 16).

Citando Lúcia Lippi Oliveira, Fausto destaca que na produção de um projeto de constituição da unidade nacional, os intelectuais brasileiros se voltaram para o diagnóstico da sociedade brasileira, buscando colher subsídios para caminhar na busca da construção nacional. Referindo-se à atuação de Francisco Campos no Ministério da Educação, o autor escreve:

> *(...) Francisco Campos, uma das figuras principais dentre os autoritários, foi quem promoveu a luta pela adoção do ensino religioso nas escolas públicas, por razões pragmáticas, quando ministro da educação. Em seu diagnóstico da formação da sociedade brasileira e em seu receituário, os nacionalistas autoritários constituíram uma corrente cientificista, na oportuna denominação de autores como Lúcia Lippi Oliveira e José Luis Beired. Pensadores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral trataram de desvendar, com base nas ciências humanas, as razões da existência no*

> *Brasil de um povo, mas não de uma nação, buscando definir, a partir desse diagnóstico, os caminhos para a construção nacional.* (Fausto, 2001, p. 19)

Lúcia Lippi Oliveira (1997), em sua discussão sobre a questão nacional na Primeira República, acredita que a nação é uma "*comunidade imaginada*", na medida em que pessoas oriundas de diversos lugares, tendo ou não religião comum, pertencendo ou não a diferentes etnias, passam a se sentir identificadas com um território e/ou com um Estado. A homogeneidade do povo é, desse modo, construída. O Estado passa a agir para reunir estas pessoas em um povo, que se sente unificado por origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum. Há que se destacar o papel político do Estado agindo sobre os fundamentos culturais que estão à disposição em cada momento histórico. O Estado precisa homogeneizar e padronizar seus habitantes. Essa autora acredita também que a bandeira, o hino nacional, os feriados nacionais são parte do processo de construção de uma memória nacional, capaz de organizar e de disciplinar os indivíduos (p. 186)

Oliveira considera que a nacionalidade, para os republicanos da década de 1920, seria o resultado da luta contra o passado, da construção de uma nova sociedade organizada politicamente pelos ideais nacionais e na qual as classes empresariais brasileiras teriam lugar de destaque. (1997, p. 187)

O impacto da Primeira Guerra Mundial torna-se presente em vários países do mundo. Se a Europa está decadente, o futuro estará na América. Daí ser necessário repensar o Brasil marcado pelo atraso econômico, pelo clima e pela raça. Estes fatores, segundo Oliveira, eram pensados como negativos porque a elite se via e pensava o país com mentalidade européia. Nesse sentido, "*era preciso quebrar este constrangimento externo e voltar-se para as raízes brasileiras. Era preciso inventar a autenticidade – buscar raízes nacionais em um passado histórico*" (p. 189).

Neste esforço para construir a nação e analisar seus problemas, vários diagnósticos são produzidos, cada um propondo diferentes "terapias", dentre elas: para a falta de patriotismo, o serviço militar obrigatório; para a desorganização do Estado, a reforma constitucional; para a indiferença das elites, a reforma moral; para as doenças, a

campanha pró-saneamento; para o analfabetismo, a educação; e para a mestiçagem, o branqueamento pela política de imigração.

Cada um destes diagnósticos foi produzido e assumido por intelectuais e grupos que se destacaram no panorama intelectual dos anos 1920. Por exemplo, na área da saúde, a frase de Miguel Pereira "*o Brasil é um imenso hospital*" simboliza a situação. A liga Pró-Saneamento, criada em 1918, tem em Afrânio Peixoto e Belisario Penna seus expoentes. O diagnóstico de falta de patriotismo se faz presente nas falas de Olavo Bilac, que passa a ver no exército o único caminho capaz de criar no povo brasileiro o amor à pátria. A criação do Serviço Militar Obrigatório teve este significado. Literatos, poetas, jornalistas, médicos, educadores, engenheiros são conclamados a entrar na cruzada de criação da nação.

É interessante registrar as análises de Bittencourt, ao se remeter à década de 1920, destacadamente no que se refere à disseminação de projetos alfabetizadores, retomando a atuação dos intelectuais e a intenção de homogeneizar a sociedade, no sentido de constituir uma nacionalidade:

> *Intelectuais preocupados com o problema educacional de então, concebido dentro de uma versão "regeneradora", agruparam-se e realizaram encontros, geralmente apoiados pelas autoridades políticas.(...) Os discursos provenientes dos diversos grupos de intelectuais insistiam na formulação de uma política educacional, que deveria homogeneizar a cultura em nível nacional. (...) Os diversos discursos relativos ao projeto educacional de homogeneização cultural fundamentaram-se na questão nacional. Era em nome da nação, ou da constituição de uma "nova Nação" que educadores e autoridades políticas realizaram um projeto educacional voltado especialmente para o que denominaram de "educação popular[3]".* (1990, p. 23-24)

---

[3] Vale lembrar que a conotação atribuída à "educação popular", nesse contexto, identifica a escola primária alfabetizadora, voltada, em princípio, para o atendimento do conjunto da população, incluindo as escolas de adultos.

São esses aspectos politicos, sociais e econômicos que marcam a década de 1920 e que sustentam as intenções dos intelectuais atuantes no periodo de constituição de uma unidade nacional como requisito para o progresso da nação brasileira.

No âmbito da criação, da atuação e das iniciativas da Associação Brasileira de Educação, a discussão sobre os problemas educacionais contribuiu, de forma significativa, para o aumento do "entusiasmo pela educação" no país, como afirmou Nagle. O Relatório apresentado pelo Secretário Geral da Liga Nacionalista, Dr. Thomaz Lessa, ao evidenciar aspectos da atuação dessa organização, possibilita perceber a importância atribuída à escolarização primária na formação de uma cultura cívica:

> *É sabido que a causa primordial de todos os nossos males é o analfabetismo, que traz como conseqüência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos das indústrias que lhes são conexas. A população brasileira é vítima na sua quase totalidade do analfabetismo. Sem que se consiga derramar a instrução primária, de um modo intenso por todos os recantos do País, serão inúteis quaisquer tentativas de formação de uma grande coletividade política.* (apud Nagle, 1976, p. 102)

Nesse sentido, a educação vai assumindo o papel de recurso eficaz para encaminhar o país para o progresso, assumindo fundamental importância o ensino cívico, a formação patriótica e os preceitos de higiene como fundamento da construção de uma verdadeira nacionalidade ou unidade nacional. Exemplar, em relação a essa questão, é o valor que passa a ser atribuído ao ensino da língua pátria e a ênfase no estudo da Geografia, da História do Brasil e da educação moral e cívica.

Os temas das Conferências também aparecem nos artigos dos Regimentos elaborados no Boletim da ABE, nos quais se evidencia o caráter marcadamente nacionalista. Assim, em seu artigo 1°, estabelecia:

> *as Conferências Nacionais de Educação, promovidas anualmente pela Associação Brasileira de Educação, nas capitais dos Estados ou no Rio de Janeiro, têm por fim o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino em*

> *todos os seus aspectos e tratar de todos os assuntos educacionais que interessem ao povo brasileiro, visando sempre a unidade nacional.* (Boletim da ABE apud Carvalho, 1998, p. 308)

A leitura e análise das teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação permitiram compreender o papel atribuído à unidade nacional no âmbito das discussões travadas nesse importante fórum. Desse modo, na expectativa de tentar responder às indagações que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, a análise se dividirá em três momentos.

3. A unidade nacional nas Conferências Nacionais de Educação

As principais iniciativas da ABE foram as Conferências Nacionais de Educação, as quais fizeram parte dessa ampla campanha pela causa educacional. Como assinala Carvalho, em seu estudo sobre a ABE: "*voltada para o objetivo de fazer a propaganda da 'causa educacional' e concomitantemente promover a unidade nacional, a conferência era apresentada como evento cívico que urgia prestigiar*" (1998, p. 59).

Vale registrar a criação de outras associações, no início do século XX, preocupadas com os "destinos da nacionalidade", a exemplo da Liga de Defesa Nacional (1916), concentrando-se nos temas da educação e da elevação da consciência cívica, por meio do serviço militar obrigatório. Essa organização inspirou a criação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917), que incorporou o ideário de sua antecessora e formulou um programa político liberal. O programa sustentava a necessidade de se alfabetizar a população, com o objetivo de forjar um eleitorado consciente, assim como de promover a chamada verdade eleitoral, pela via da instituição do voto secreto. (Fausto, 2001)

3.1 A unidade nacional concebida como um ideal para a nação

No Boletim da ABE, publicado em agosto de 1928, podemos notar a tônica que marcou as Conferências Nacionais de Educação, durante a década de 20. No trecho a

seguir, percebemos que as Conferências eram voltadas para o debate sobre "o grande problema da educação nacional", assumindo um caráter marcadamente cívico-nacionalista. Segundo se pode apreender da leitura desse documento, a finalidade última desses eventos era "*a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado*" (apud Carvalho, 1998, p. 307).

Os temas propostos para a Primeira Conferência traduziam o pensamento dos conferencistas, cujas propostas se orientavam no sentido da busca de uniformização da escola como instância de disseminação de um sentimento de patriotismo e de constituição de uma unidade nacional.

No estudo das teses da I Conferência, é importante atentar para as relações entre a questão educacional e a questão da unidade nacional, uma vez que, nos textos das várias teses, esses temas acham-se constantemente entrelaçados. O aspecto nacionalista, configurado como uma preocupação com a constituição da unidade nacional com vistas ao progresso da nação, é, com efeito, um dos temas mais debatidos pelos conferencistas, muitos dos quais acreditavam que, por intermédio da educação moral e higiênica os professores despertariam nas crianças o interesse e o sentimento pátrio e hábitos sádios, levando ao progresso da nação.

Belisario Penna, na tese intitulada *Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, deslocou o tema da unidade nacional para a educação sanitária, ou seja, a condição para se alcançar uma verdadeira unidade nacional seria, em sua concepção, uma "*educação higiênica e eugênica popular*". A "*consciência nacional*" só teria condições de se firmar, "*nos povos em que predomina a saúde biopsiquica, de que resulta o trabalho inteligente e produtivo, deste o bem geral, a solidariedade e a moralidade*". Este não era o caso do Brasil, onde a "*falência financeira e, pior ainda, a do caráter eram conseqüências inevitáveis da doença multiforme e generalizada, da ignorância e do vício do povo, inapto para cumprir a tríplice finalidade biológica do homem; para constituir, portanto, uma mentalidade coletiva equilibrada e sadia, e criar a consciência nacional*". (Penna, 1997, p. 29)

A relevância da questão nacional explica-se, em grande parte, pela situação sócio-econômica e cultural herdada pela jovem república. Ao se reportar às origens do problema da nacionalidade, Isabel Jacobina Lacombe na tese intitulada *A unidade*

nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral, apresentada na Primeira Conferência, situava um tríplice defeito na formação do brasileiro: "*a) reação fraca aos estímulos normais; b) otimismo desolador camuflado de derrotismo; c) versatilidade sonhadora;*" – oriundos, estes mesmos defeitos, do "*utilitarismo assanhado*" do colonizador, que tentando explorar o indígena, encontrava forte oposição dos primeiros missionários: "*Recorre então o colonizador ao braço africano. Fundem-se os três elementos: Português, Africano e Indígena – evoluindo e desabrochando num produto completamente diverso em forma e acidente, constituindo assim a nacionalidade brasileira*"(Lacombe, 1997, p. 266).

Para que se corrigisse o tríplice defeito do brasileiro, enunciado por Isabel Lacombe, seria necessário que o "*gérmen da moralidade*", "*o amor à terra*", "*o sonho da comunhão nacional*" e a "*prática sincera e perseverante da religião*" fossem "*instalados no coração inocente do pequenino brasileiro*". (Lacombe, 1997, p. 267)

Para os conferencistas de 1927 (ICNE), as escolas necessitavam de expansão. Os "*quadros nacionais*" precisariam ser formados, pois "*o futuro pertence aos povos mais preparados*" (Serva, 1997).

Quanto às teses em torno do tema da unidade nacional, pude destacar dois aspectos distintos entre as análises dos conferencistas:

a) A unidade nacional considerada como um **ideal** que deveríamos alcançar, com vistas a garantir o engrandecimento e o desenvolvimento do nosso Brasil;

b) A unidade nacional concebida não apenas como um ideal, mas traduzida em forma de soluções e propostas voltadas para a unificação do povo brasileiro e, conseqüentemente, para a nação.

Das 29 teses sobre o tema da unidade nacional referente à Primeira Conferência Nacional de Educação, destaquei quatro teses para discutir esses aspectos[4] (*Sobre a*

[4] Outras teses, dentre as 29 selecionadas da I CNE, também versam sobre o tema unidade nacional. São elas: *Uma Palavra de atualidade* - Amélia de Rezende Martins; *Alfabetização e nacionalização do colono no Brasil* - Acrisio Carvalho de Oliveira; *O ensino obrigatório e o civismo nas escolas* - Maria dos Anjos Bittencourt; *Disciplina escolar* - Roberto Emilio Mongruel; *O escotismo e a unidade nacional* - Victor Lacombe e Americo L. Jacobina Lacombe; *O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil* - Altamirano Nunes Pereira; *Considerações sobre o ensino* - Sara Machado Busse; *Unidade nacional pela cultura pedagógica a unificação do magistério nacional* - Nestor dos Santos Lima; *A unidade nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura moral* - Manoel Pedro

unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral – Fernando Luis Osorio; *A unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral* – Isabel Jacobina Lacombe; *Sobre um Ministério da Educação Nacional* – Ferdinando Laboriau e *A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do país* – Myriam de Souza), que considero as mais significativas para essa discussão, pois trazem elementos essenciais para entender as propostas dos conferencistas.

Quanto às teses que versam sobre o **ideal** da unidade nacional como condição para o engrandecimento e o desenvolvimento do nosso Brasil, a de Fernando Luis Osorio, intitulada *Sobre a Unidade Nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral*, é exemplar, na medida em que o autor defendia que a unidade nacional deveria ser o principal fator para o progresso do Brasil, atribuindo à educação a responsabilidade pela difusão dos fundamentos morais necessários a essa obra de constituição da unidade. O autor traz uma justificativa para valorizar a importância da constituição da unidade nacional:

> *A despeito de termos sido presos ao velho mundo pela língua, pela religião e pelos sistemas institucionais, e apesar da influência secundária dos ritos e das normas éticas das raças inferiores, a continuidade da nossa vida atesta que somos um tipo à parte, mestiçado, de inconfundível caráter, graças às condições que cedo possuímos para que uma Pátria se constitua, diferenciando-se a nacionalidade, unida até hoje em nossas mãos, por entre as lutas do passado, delimitando e mantendo a área da Pátria consoante os influxos de época e de progresso exterior, refletidos no viver pela arte, pela ciência e pela indústria. Não há Pátria sem culto cívico ao forte fator da tradição.* (Osório, 1997, p. 262)

---

de Macedo; *A Unidade nacional pela cultura moral: educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância* - Roberto de Almeida Cunha; *A educação moral dos escolares com base no sentimento* - J. A de Matos Pimenta; *Formação do caráter do povo brasileiro* - Lucia V. Dechandt; *A unidade da pátria pela cultura moral* - Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque; *O ensino da moral e do civismo* - Nelson Mendes; *A educação moral na escola primária* - Palmyra Bompeixe de Mello; *A moral na escola primária* - Annette C. P. Macedo; *A difusão do ensino primário no Brasil* - Alfredo Parodi; *A escola e a família* - Deodato de Moraes; *A união e a educação nacional* - Mario Pinto Serva; *A cultura como fator da unidade nacional* - Hermes Lima; *A unidade nacional pela instrução cívica* - Sebastião Pacheco Jordão. Todas as teses estão disponibilizadas na Faculdade de Educação da UNICAMP (Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba. 1927. Brasília: INEP. 1997).

Fernando Luis Osorio considerou, em sua tese, que se o Brasil se empenhasse na difusão das luzes e da moral ficaria longe do "perigo brasileiro", configurado como depauperamento do caráter e definhamento do patriotismo consciente. Assim, apresentou algumas proposições voltadas para o objetivo de melhorar o futuro do Brasil. Propunha o conferencista a criação de 11 órgãos, que tinham como finalidade produzir a unidade nacional, na medida em que a sua ação permitiria ao país atingir a "*harmonia funcional da cultura educadora*". Os órgãos propostos pelo autor eram: o Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna; o Ministério da Educação Nacional; a Federação do Magistério Nacional; a Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais; a Federação da Mocidade Nacional; a criação das Cadeiras de Sociologia Geral e Brasileira, de Política Científica e Direito Nacional nas Escolas de Direito; a formação e ação do Sacerdócio Nacional; a Federação das Associações da Imprensa Nacional; a difusão de Escolas Normais para o preparo do professor; a organização das elites, dos quadros nacionais; e a Aliança das Mães Brasileiras. Assim, por meio da criação destes órgãos, com objetivos distintos, Fernando Luis Osório acreditava estar fortalecendo a unidade da Pátria, pela elevação da mentalidade brasileira.

Na tese de Isabel Jacobina Lacombe, o sonho de "comunhão nacional" é constante. A autora acredita que a cultura é o elemento essencial para a manutenção dessa coesão nacional. Nesse sentido, defende que a difusão da cultura visa, principalmente, incutir no povo o sentimento de união. E acrescenta:

> *vivemos a achar que o que é nacional não presta. Mas que o brasileiro, quando quer, é capaz. Não se traduzirá nestes dizeres a versatilidade do espírito brasileiro em sua linha geral? Como corrigir tais tendências para desviar os males que inevitavelmente daí hão de nascer, trazendo talvez a desunião? Bastarão conferências, propagandas cruzadas de civismo? É preciso que o gérmen da moralidade, que o amor à terra, que o sonho de comunhão nacional, que a prática sincera e perseverante de sua religião seja tudo instilado no coração inocente do pequenino brasileiro. Assim, quando a criança despertar para a vida já trará nas veias da alma o influxo vivificador do patriotismo são.* (Lacombe, 1997, p. 267).

Ferdinando Laboriau, autor da tese intitulada *Sobre um ministério da educação nacional*, também defende a necessidade de se forjar um ideal de unidade nacional para

o povo brasileiro, quando idealiza e propõe um plano nacional de educação, que deveria culminar na criação de um ministério da educação nacional. Considera que, de todos os magnos problemas nacionais, o da educação é, sem dúvida, o de maior alcance, porque é pela educação que se formará a nacionalidade brasileira, atualmente ainda imprecisa, constituindo-se mais em um aglomerado heterogêneo do que um todo harmônico. Residiria na educação nacional o fator máximo da unidade nacional e, para mantê-la, nada haveria mais eficaz do que criar uma verdadeira unidade, por meio da implantação de um plano nacional de educação. Nesse sentido, afirma: "*Paralelamente ao ensino primário, ao ensino normal e ao ensino normal superior, torna-se indispensável, para que a educação nacional seja uma realidade eficiente, cuidar do ensino profissional elementar, do ensino profissional médio e do ensino normal profissional*" (Laboriau, 1997, p. 270).

Na opinião do autor, o ministério da educação seria um aparelhamento indispensável para que não se dispersassem esforços no sentido de imprimir à tarefa eminentemente criadora da educação um caráter nacional. Segundo o autor, o problema da educação precisaria ser orientado de modo uno, por toda vastidão territorial do Brasil, e só o governo federal poderia fazê-lo. A solução completa da questão exigiria a criação de um ministério dotado de recursos suficientes, que estabelecesse com os diversos estados e municípios do Brasil os entendimentos que se impunham, pela unidade nacional.

Quanto ao outro aspecto destacado, a unidade nacional vista não só como um ideal, mas traduzida em soluções e propostas voltadas para a unificação do povo brasileiro, com vistas a garantir a elevação do Brasil ao nível dos países considerados civilizados, destaca-se a tese de Myriam de Souza, que tem como título *A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do País*. Essa conferencista acredita que a diversidade de programas oficiais de educação no País era um grande e sério obstáculo à unificação nacional, considerando necessária a uniformização do ensino para o engrandecimento da pátria.

Myriam de Souza vê na educação o "remédio" para o Brasil, visto como um país doente, habitado por um "*povo obscuro, inculto, sem valor e sem instrução*" (Souza, 1997, p. 208). Para alcançar a regeneração, era preciso mudar a educação,

principalmente o ensino primário, com a introdução do ensino de História pátria e Geografia do Brasil. Nesse sentido, argumenta:

> *Se perguntarmos a uma criança brasileira qualquer coisa com relação aos Estados Unidos, ela responderá com presteza, enquanto naquela nação existe tão completa ignorância a nosso respeito a ponto de se comparar a nossa capital com pequenas aldeias mexicanas. Entre eles, existe grande afinidade e conhecimento mútuo, isso que faz que o seu progresso desperte nos demais povos grande admiração. E por que este mal? Porque temos contribuído com a nossa negligência e simplicidade. Milhares de brasileiros não conhecem ainda as nossas belezas e o nosso valor, contudo grande parte deste conhecimento provém do analfabetismo, mas é fora de dúvida que há outra causa: a falta de unidade do nosso ensino primário.* (Souza, 1997, p. 208)

Como se pode observar, a autora acredita que a maioria dos brasileiros não conhece o valor da nação brasileira e a causa desse problema está na falta de unidade do ensino primário brasileiro. Sobre os malefícios causados pela desigualdade do ensino no Brasil, a conferencista apresenta o testemunho da sua própria formação:

> *Nascida em um estado do norte do País, fui aos sete anos matriculada em uma escola pública em que a professora me ensinou as primeiras letras, deu-me noções de História pátria e Geografia. Nesta matéria, em vez de iniciar o estudo pelo Brasil, para que se formasse em meu espírito a imagem de sua grandeza e valor, fui obrigada a decorar os rios, a flora, a fauna, as montanhas e as riquezas da Europa. Seus diversos países e cidades, com suas indústrias e belezas, surgiram ante meu espírito infantil como países maravilhosos, que minha imaginação complicava cada vez mais e dilatava a minha veneração e estima. Fez-se, então, em meu espírito, a comparação das maravilhas que idealizava com as coisas que via em minha cidade natal: era-me triste observar a pequenez da cidade em que nasci. Depois, passei para um colégio particular, dirigido por professores norte-americanos, onde o ensino de Geografia se limitava aos países da América, evidenciando-se o estudo minucioso dos Estados Unidos de que tanto se orgulhavam nossos mestres. O resultado não se fez esperar: a minha admiração ao país dos dólares cresceu e tomou vulto, e até nas asperezas de sua língua eu encontrava alguma coisa encantadora que me deliciava o ouvido. Ora, o espírito infantil é volúvel e deixa-se levar pela imaginação, que é, nessa idade, ardente e criadora. Eu tinha então doze anos, e do meu Brasil e de suas riquezas e cidades nada sabia, pois, até mesmo em assuntos de História eu estudara apenas os fatos que enalteciam*

> *o valor do elemento estrangeiro em nossa terra. Chegada ao Paraná e levada à classe de dona Júlia Wanderley, de saudosa memória, fui submetida a um exame ligeiro, e me perguntaram qual a maior ilha do Brasil. Sem hesitar, respondi-lhe: a das Cobras – pois eu tinha visto e conhecido a mesma ilha quando, em viagem, fui para o sul. Como poderia eu amar naquela idade a minha terra, sem ter dela o menor conhecimento? Sabido que só amamos o que conhecemos e só sentimos prazer em trabalhar pelo que nós amamos; por isso é de se supor que eu não sentisse a chama do verdadeiro patriotismo em meu peito.* (Souza, 1997, p.208)

Com este depoimento podemos perceber que a conferencista acreditava que o progresso de um povo está na razão direta da sua instrução. Na construção de sua tese, a autora coloca que, em alguns estados, o ensino de História pátria e de Geografia do Brasil já se fazia evidente, mas ainda era necessário mudar o ensino primário em muitos outros estados, pois, em vez de iniciar o estudo pelo Brasil, para que se formasse no espírito das crianças a imagem da grandeza e valor dessa nação, eram obrigadas a decorar os rios, a flora, a fauna, as montanhas e as riquezas da Europa. Nesses estados, a proposta de Myriam de Souza, de introduzir o ensino de História pátria e Geografia do Brasil, já era uma realidade, acreditando ser essa mudança um grande avanço para a unidade nacional.

Segundo a autora, pensar na unidade nacional era muito importante para que o Brasil não tivesse retardado o progresso intelectual e moral do povo. Considerando os primeiros estímulos morais e cívicos como os que mais duram na vida humana, julgava necessário que, em todas as crianças brasileiras, esses estímulos fossem de uma mesma natureza, visando congraçá-las e unificá-las nos mesmos pensamentos e impressões. "*Serão no futuro irmãos verdadeiros, pelo coração, pelo conhecimento das tradições da Pátria, pelas mesmas virtudes cívicas, sob cuja influência hão de realizar o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico do nosso povo, o progresso de nossas indústrias, das artes e das ciências*" (Souza, 1997, p.209).

Myriam de Souza considerava a escola como o grande fator da nacionalidade, não satisfazendo apenas a uma cidade ou estado, mas sim toda a nação. Deveriam, assim, os professores dos diversos estados brasileiros comungar dos mesmos princípios de educação, dos mesmos sentimentos, dos mesmos ideais, para que o ensino conseguisse alcançar os objetivos de aperfeiçoamento do nosso povo.

Assim, a autora crê que a Geografia, a História Pátria, o estudo da nossa língua, das nossas plantas e dos nossos produtos constituíam meios eficazes de aperfeiçoamento e unificação do nosso povo; e, por essa razão, este ensino deveria, o quanto possível, assemelhar-se, em seus pontos gerais, em todas as escolas brasileiras. Considerava, ainda, que uma das maiores necessidades do Brasil era a uniformização do ensino do nosso idioma, tendo em vista alcançarmos a unidade nacional. Outro elemento de grande valor neste assunto deveria ser a uniformização do ensino normal, já que formar professores era preparar para uma grande obra no país.

O ensino da língua portuguesa, da Geografia, da História Pátria e o conhecimento dos diversos produtos e riquezas do solo brasileiro deveriam oferecer na escola primária, segundo a autora, os pontos básicos necessários à instrução e edificação do povo, porque, somente conhecendo as riquezas e as necessidades, a criança poderia amar o Brasil e procurar com o seu esforço realizar, no futuro, a grandeza do país."*O ensino deve ser nacional. Preparar a criança para o Brasil e não para este ou aquele estado, pois somos brasileiros e, como tal, cumpre-nos o dever sagrado de zelar pela integridade nacional*" (Souza, 1997, p.210).

Pode-se perceber que o tema relativo à educação moral, visando a constituição da unidade nacional, aparece constantemente nas teses da Primeira Conferência. Para garantir o progresso nacional, de modo a colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo, era preciso garantir a unidade nacional; tarefa que exigia que se incutisse no povo brasileiro a necessidade de uma educação moral e cívica. Segundo Maria Bittencourt, autora da tese intitulada *O ensino obrigatório e o civismo nas escolas*, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino do civismo nas escolas, a educação cívica deveria ser considerada *"obrigatória em todas as escolas primárias do Brasil"*, cabendo ao professor o dever de *"incutir na mente da criança o amor à Pátria, explicar-lhes o Hino Nacional, a Constituição Brasileira, a nossa Bandeira, tudo o que possa despertar-lhes o sentimento pátrio"* (Bittencourt, 1997, p.186).

É interessante ressaltar que, das 29 teses selecionadas, 3 têm o mesmo título *A Unidade Nacional: Pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral.* Como o tema é bastante abrangente, observa-se uma diversidade no tratamento do tema, embora todas três teses versem sobre a unidade nacional.

3.2 A educação moral

A Segunda Conferência Nacional de Educação registrou debates em torno de questões ligadas à educação nacional. Carvalho (1998), analisando a organização dos trabalhos apresentados na II Conferência Nacional de Educação, cita algumas seções em que foram reunidos os trabalhos: *Seção de Educação Sanitária*; *Seção da Educação Social*; *Seção do Ensino Técnico Superior*; *Seção do Ensino Secundário* e *Seção de Educação Política*. A educação moral, amplamente tematizada pelos conferencistas na segunda Conferência, realizada em 1928, não mereceu uma seção específica, mas foi discutida com bastante ênfase em quase todas as seções, principalmente a de Educação Política e de Educação Social.

Essa mesma autora chama a atenção para a tese apresentada por Alba Canizares Nascimento sobre educação moral, que mereceu consideração especial da Comissão e da Assembléia. Segundo Carvalho, "*na tese de Alba se evidencia que a educação moral, disciplina eminentemente conformadora da mentalidade, deveria ser a base do ensino nacional*" (1998, p. 331). A conferencista propunha que fosse introduzido no plano de ensino das escolas normais, quer federais, estaduais ou municipais, a cadeira de educação moral teórica e prática, desenvolvida uniformemente em todo o país.

Sobre a tese de Alba Canizares Nascimento, o parecer da comissão julgadora desta Conferência enfatiza a importância do tema tratado:

> *A tese de D. Alba Canizares Nascimento envolve um problema de alta significação e apreço, tratado com a elevação que a sua autora dá a todos os seus trabalhos. A sua última Conclusão, por tal forma sintetiza a idéia capital da dissertação, que a Comissão entende dever aprová-la, aconselhando a convocação de um Congresso Interestadual de Educação Moral, para organizar as bases fundamentais desse ensino.* (Material cedido por Arlete Pinto de Oliveira e Silva)

A comissão julgadora do evento da seção Educação Social concluiu a seção com 24 considerações. Dentre essas considerações, que registram a relevância da educação moral para a constituição da unidade nacional e para o progresso da nação brasileira, vale destacar:

a) que a Moral é a disciplina em que se deve basear, fundamentalmente, a pedagogia, inspirando-lhe as supremas finalidades de todas as ações educativas;

b) que a Educação Moral, disciplina eminentemente conformadora da mentalidade, deve ser a base do ensino nacional;

c) que o conhecimento da Psicologia, quer Antropológica quer Sociológica (conhecimento das leis da Psicologia coletiva) é a base para a formação do plano geral que deve conformar o indivíduo à sua moral (norma agendi);

d) que a ação escolar é principalmente normativa, tendo, como suprema finalidade, a formação do caráter nacional;

e) que os mestres, como organizadores da alma popular, devem conhecer os grandes ideais éticos, pelos quais devem ser conformados os indivíduos, nas democracias evoluídas;

f) que a formação do caráter dos educandos depende, portanto, da clareza das convicções éticas dos mestres, sendo conseqüência direta dos princípios inspiradores dinamogênicos, que condicionam sua ação escolar, dando-lhes clareza na aplicação pedagógica dos seus conhecimentos;

g) que a educação exige a formação de ideais éticos;

h) que os educadores têm enorme responsabilidade na orientação moral a dar ao espírito dos educandos, quanto à interpretação dos problemas postos pela civilização e aos ideais humanos contemporâneos;

i) que esta conformidade do espírito individual, com a evolução coletiva, permite a formação mental que desabrocha nos sentimentos de veneração e entusiasmo para com a Pátria, infundindo fervorosa fé nos gloriosos destinos nacionais;

j) que o Estado tenha os seus alicerces no sentimento da dignidade pessoal, na concepção e no sentimento do dever, cumprindo-lhe assegurar aos educadores mentalidade esclarecida, profundamente ética e firmes convicções, de modo a torná-los capazes de assegurar a predominância dos ideais democráticos e nacionais, quanto à influência corruptora das doutrinas imorais, apregoadas pelos inimigos do Estado;

l) que, reconhecidos os elementos conformadores do caráter e as leis que regem as ações e reações psíquicas, é o preparo moral teórico e prático indispensável à formação moral dos educadores;

m) *que o ato só é perfeitamente moral quando, não só o homem age como um cavalo sábio, "adestrado" em alta escola, mas ao mecanismo da educação prática acrescenta o fenômeno superior, integrativo, da moral consciente;*

n) *que, se entendemos e aspiramos que o Brasil deva seguir as normas da democracia, é necessário – pela educação – formar o espírito nacional em cada indivíduo, dando-lhe o feitio que se conforma com a ação democrática.* (Material cedido por Arlete Pinto de Oliveira e Silva)

Nessas considerações fica claro qual era a importância da educação moral para o progresso da nação brasileira, já que a pedagogia deveria se basear na educação moral, disciplina conformadora da mentalidade, que deveria ser a base do ensino nacional. A formação do caráter das crianças dependeria dos ideais éticos dos professores os quais são considerados como os maiores responsáveis pela orientação moral, devendo fazer desabrochar nas crianças o sentimento de veneração e entusiasmo para com Pátria.

Desse modo, essas considerações nos aproximam de aspectos significativos abordados pelos conferencistas na Segunda Conferência, os quais acreditavam ser a formação do caráter, no sentido moral, a base da ação escolar. Importante destacar a importância que os conferencistas davam à educação, com base na crença de que só com a educação o Brasil seguiria as normas da democracia, pois, "*se aspiramos que o Brasil deva seguir as normas da democracia, é necessário – pela educação – formar o espírito nacional em cada indivíduo, dando-lhe o feitio que se conforma com a ação democrática*".

Essas considerações destacam, assim, a importância da constituição da unidade nacional, tratada abstratamente pelo ângulo da educação moral como alavanca para o progresso da nação brasileira.

Quanto às teses apresentadas na terceira Conferência sobre o tema da unidade nacional foram encontradas apenas duas teses dentro da seção "Ensino Secundário", sendo que uma delas contém um breve comentário sobre a educação moral intitulada *A finalidade do ensino secundário*, de autoria do Dr. Gonçalo Moniz, e a outra versa sobre a unidade nacional, com o mesmo título da anterior, mas apresentada pelo Prof. Dr. Francisco Isoldi.

Gonçalo Moniz, em sua tese *A finalidade do ensino secundário*, faz uma discussão sobre a triplice tarefa do ensino secundário, defendendo que ao ensino secundário compete uma tríplice tarefa – educação física, moral e intelectual -, pois a sua finalidade não é apenas instruir, mas sim educar e instruir. Quanto à educação moral, o autor acredita que, nos estabelecimentos públicos ou privados de ensino secundário, praticamente não existe ou é totalmente negativa a educação moral. E completa,

> *a educação propõe-se a formar homens destinados a viver em sociedade, o seu tríplice fim é torná-los robustos, inteligentes, honestos, pô-los nas melhores condições físicas, intelectuais e morais para assegurarem a sua felicidade e a dos seus semelhantes e também a unidade da pátria.* (Moniz, 1930, p.389)

Desenvolver nas crianças para as suas melhores condições físicas, intelectuais e morais é, segundo Moniz, a melhor maneira de formar homens destinados a viver em sociedade tornando-os inteligentes, honestos e robustos. Podemos entender também, que através de uma vida baseada no respeito aos preceitos higiênicos os homens se tornarão mais "robustos", característica essencial para o desenvolvimento da nação e do aperfeiçoamento da raça, segundo os conferencistas.

Assim, podemos perceber que o tema unidade nacional parece não estar em evidência como nas outras Conferências. A diferença de número de teses apresentadas sobre o tema unidade nacional, entre a primeira (29 teses) e a terceira Conferência (2 teses), faz levantarmos algumas indagações: por que o tema da unidade nacional foi amplamente discutido na Primeira Conferência e na Terceira quase não aparece? Será que a discussão dos conferencistas em torno de um ideal de Brasil civilizado e moderno, se deslocou da discussão da educação moral para a educação sanitária?

Tendo em vista o número de teses sobre educação sanitária e higiene (18) apresentadas na Terceira Conferência e o número daquelas que versavam sobre unidade nacional (2), pelo viés do ensino da moral, podemos indagar: o desejo dos conferencistas de alcançar uma unidade nacional se voltou para dois grandes temas, a educação moral e a educação sanitária e higiênica, nesse sentido, será que o tema da educação moral, tão presente na I CNE com suas 29 teses sobre o assunto, se deslocou para o tema da educação sanitária e higiênica para se constituir uma unidade nacional?

CAPÍTULO IV

Higiene e Educação Sanitária

1. Introdução

Neste capítulo procurarei aprofundar a compreensão sobre a atuação dos médicos vistos como intelectuais, o lugar de destaque assumido pela medicina social e, mais especificamente, as iniciativas destes médicos voltadas para a introdução de propostas higienizadoras na instituição escolar concebida como possibilidade de "regeneração" da população brasileira, entre o final do século XIX e começo do século XX.

Está dividido em três partes. Na primeira discutirei as propostas dos intelectuais e principalmente dos médicos higienistas da década de 1920 sobre higiene e educação sanitária para "curar um país doente"; na segunda parte a escola idealizada pelos médicos higienistas; e, por fim, a higiene e a educação sanitária nas Conferências Nacionais de Educação, considerando dois aspectos: a higiene vista como possibilidade de regeneração do povo brasileiro; a educação sexual como defesa dos aspectos higiênicos, morais e eugênicos; e a educação sanitária e a escola.

2. Programas Higiênicos: Curar um País "doente"

No estudo que realizei sobre o desenvolvimento da Medicina Social no Brasil, tal como a sua ação política e social sobre a cidade, tendo em vista a saúde da população, Machado (1978) traz uma grande contribuição, quando nos remete aos objetos de estudo dessa "nova medicina", ou seja, uma medicina que coloca em primeiro plano a questão social, sendo que a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença, para se tornar um modelo médico-político de controle e intervenção contínuos.

Questões como higiene, saúde e educação, no início do século XX começam a ser discutidas como itens que devem ser cultivados, incentivados e organizados,

surgindo a figura do médico "missionário", obstinado na obtenção de cura e intervenção. Procurando colocar em prática essa medicina "preventiva", esses profissionais de medicina incorporaram o meio urbano como alvo de reflexão, e conseguiram, aos poucos, qualificar-se como funcionários "indispensáveis" para o exercício do poder do Estado. Talvez a frase que melhor sintetize o espírito das propostas de intervenção social da medicina seja: "melhor prevenir que remediar". Assim, quanto à necessidade de uma medicina social e preventiva para o "progresso" do Brasil, Machado escreve:

> *Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção. O médico torna-se cientista social (...) torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram ligadas à questão da saúde...* (1978, p. 155)

A higiene passou a ser um tipo de intervenção característica de uma medicina que colocou em primeiro plano a questão de sua função social, a qual produziu programas de ação onde a sociedade apareceu como o novo objeto de suas atribuições: o controle contínuo e a saúde dos indivíduos eram mais importantes do que a luta contra a doença.

Neste sentido, Gondra, remete à discussão sobre medicina, higiene e educação escolar, ajudando a entender o significado do termo higiene, quando afirma que esta é "*o ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescrição dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência*", e completa destacando que foi um "*ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social*" (2000, p. 521).

As cidades, principalmente as capitais eram caracterizadas por uma concentração populacional desorganizada; as taxas de mortalidade eram elevadas. Não havia saneamento, as ruas eram estreitas, sufocantes e mal-traçadas; as habitações eram sujas e fétidas; os lixos e dejetos ficavam amontoados a céu aberto. Neste contexto, onde o que predominava era a sujeira, se explica também o medo e o perigo da "peste". Essas epidemias, tais como cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, matavam,

às vezes, quase a população inteira de uma cidade. Para um país, como o Brasil, essas "pestes" faziam perder muita mão-de-obra. Tudo isso ameaçava a organização das cidades e a tranqüilidade social.

Essa situação das cidades e a ausência de iniciativas voltadas para o combate às doenças e às epidemias articularam-se na produção de uma imagem do Brasil como um "país doente". Assim, para os médicos e autoridades públicas era preciso sanear este "país doente".

Nessa mesma perspectiva, Schwarcz, entende que: *"Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível perfectibilidade"* (p. 190).

Os médicos acreditavam que a circulação de ar puro nas cidades ajudava a combater o mal das "pestes" e as doenças. Acreditavam também que a imoralidade era causa de doença, incluindo no conceito de imoralidade a vida sedentária, a depravação e a prostituição. As causas das doenças, segundo os médicos da época eram: a contaminação do ar (por águas paradas, esgotos a céu aberto e lixo); a má alimentação (devia-se combater o mal estado das carnes, peixes, farinhas, controlando os portos e o comércio); e a urbanização. Os médicos tinham algumas propostas de medidas urbanisticas para melhorar a cidade, pois acreditavam que a população das cidades estava mais sujeita às moléstias por conta da má situação geográfica e má construção dos edifícios – casas baixas, apertadas nas quais não havia circulação de ar. As propostas eram as seguintes, segundo Machado:

> *nivelar o chão da cidade de maneira a impedir a estagnação das águas, o que também implica no aterro de pântanos e destruição de morros. Abrir praças e ruas. Controlar a construção das casas: com esse objetivo a Câmara deve regular a altura do pavimento, examinar o risco e vigiar o funcionamento sanitário das casas. Plantar e conservar árvores na cidade. Proibir o amontoamento de imundícies em valas, canos, praias, praças e providenciar o despejo do lixo fora da cidade.* (1978, p. 145)

Assim, a medicina social se caracterizava como uma forma de controle constante e de uma vigilância permanente sobre o espaço e o tempo dos indivíduos da sociedade. As autoridades públicas e os médicos-higienistas empenharam-se nas práticas da higiene por acreditarem que "a higienização da sociedade" poderia elevar o país à condição de **civilização** e de **progresso**.

Segundo Schwarcz (1993), em algumas revistas científicas médicas da época, tais como *Gazeta Médica da Bahia* e *Brasil Médico*, mediante a introdução de um vocabulário médico para alcançar as análises da realidade social, aparece uma nova compreensão e representação da sociedade. Esta é então entendida "*como um corpo doente*", cabendo ao médico a responsabilidade de "*saná-la de seus males, curá-la de suas doenças mais arraigadas*". Não se trata de pensar no indivíduo, mas na "coletividade", na nação enfraquecida e carente de intervenção.

A discussão em torno da produção desse médico (cientista intelectual) traz o mapeamento de estratégias "normalizadoras" voltadas para a produção de um corpo social sadio. Trata-se, portanto, de uma medicina voltada para o "social", de caráter preventivo, a qual visou promover no Brasil uma certa normalização da vida social.

Desse modo, como desenvolver uma política de massas, que incidisse sobre um maior número de pessoas possível, combatendo as doenças epidêmicas que atingiam as cidades, combatendo os "maus hábitos" da população?

Para responder a essa indagação, os médicos-higienistas, elaboraram programas de ação médico-social, pautados na esperança de uma humanidade de melhor saúde, de melhor equilíbrio e de melhor harmonia. Em sua atuação como "educadores sociais", elegeram a **escola** como um espaço privilegiado da ação educativa em saúde. Para Stephanou, a qual chama a atenção para o papel que a escola foi chamada a assumir nesse projeto de intervenção social, essa instituição inserida numa rede de instituições disciplinares, foi concebida como o melhor lugar para infundir uma "consciência sanitária", cabendo a ela voltar-se ao ensinamento da população para o progresso social. Nesse sentido, escreve:

> *Progresso possível através da obtenção de práticas individuais e coletivas harmonizadas com o projeto de constituição de sujeitos higiênicos, seja*

> *pela ruptura em face dos hábitos perniciosos herdados da família ou ainda pela conservação de práticas salutares, acrescidas de novas formas de ser e de pensar formuladas pelos médicos como ideal de civilidade*. (1996, p. 62)

A escola, portanto, vai sendo concebida como lugar privilegiado para infundir uma consciência sanitária na população; o lugar propício para promover a transformação da sociedade, acreditando-se que é dentro da escola que os indivíduos adquirem hábitos saudáveis, atitudes sadias, tanto física como moralmente. A escola se tornou o alvo privilegiado da "ação educativa em saúde" e esteve associada à instauração de múltiplos saberes que, extrapolando o domínio de conhecimentos instrumentais (ler, escrever, somar, subtrair, dividir, multiplicar), incidiram na obtenção de práticas disciplinares associadas ao comportamento higiênico e à saúde físico-moral.

O trabalho dos médicos-higienistas dentro da instituição escolar visava atender à necessidade de garantir nas crianças, futuros cidadãos, a prática consciente e inconsciente (pelas técnicas de repetição e da criação de hábitos saudáveis) de atos vantajosos à saúde, obtendo-se o que se poderia chamar de "comportamento higiênico".

3. A Escola Idealizada pelos Médicos Higienistas

Sobre as propostas higienizadoras da instituição escolar, a medicina social critica o tipo de escola existente no Brasil, pois, segundo os médicos, nela as crianças não encontravam as condições que permitiriam seu sadio desenvolvimento (Machado, 1978, p. 297). O progresso da sociedade dependia, em suas formulações, do desenvolvimento saudável de cada indivíduo, e para isso, a escola deveria ser perfeitamente medicalizada. Assim, para que a escola cumprisse seu objetivo, ela deveria estar longe da cidade e organizada internamente de acordo com as determinações médicas, resultando do seu trabalho a formação de uma criança saudável no físico e na moral.

Segundo o discurso dos médicos-higienistas, a escola deveria funcionar fora do espaço urbano, pois nas cidades não havia condições convenientes aos seus objetivos educacionais, "*a cidade é prejudicial à saúde física e moral dos colegiais*" (Machado,

p.298). Portanto, uma primeira exigência do projeto médico de uma escola-modelo é o isolamento do espaço urbano.

Qual é a proposta dos médicos para se obter uma escola verdadeiramente saudável e higiênica? Segundo Machado, as propostas eram:

> *o prédio escolar deve se localizar longe da cidade, sobre colinas, em local arejado e ensolarado, com ruas largas e asseadas; (...) o edifício deve ter amplas janelas, suas paredes não devem ser pintadas à óleo, os assoalhos devem ser encerados para evitar a absorção de miasmas, o teto deve ser liso e sem relevos, sem frestas, para que não haja acumulação e retenção de miasmas; (...) os dormitórios devem ser espaçosos e suas dimensões calculadas rigorosamente segundo a necessidade de renovação de ar, e evitar o uso de cortinados; (...) as janelas e portas deveriam ficar inteiramente fechadas durante o sono, pelo mal que poderia causar o ar noturno, frio e úmido; (...) as cozinhas e latrinas devem ser isoladas da parte habitada pelos alunos; (...) a sala de aula deve ter espaço suficiente para que cada menino disponha de quinze metros cúbicos de ar (...)* (p. 300)

A leitura e o cruzamento das informações trazidas pelos autores lidos nos colocam algumas indagações: será que essas propostas de higienização da escola, formuladas no final do século XIX, estão presentes no discurso da ABE, entidade criada na década de 1920? Ou será que isso era só uma idealização dos médicos de 1870, que vai sofrendo alterações conforme o processo de urbanização das cidades? Enfim, como os intelectuais reunidos na ABE viam essas propostas de higienização da instituição escolar?

4. A Higiene e a Educação Sanitária nas Conferências Nacionais de Educação

A análise de algumas teses apresentadas nas Conferências revelou alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, chama a atenção a extensão das teses apresentadas, a qual variava muito. Ao lado de trabalhos de quatro a cinco páginas, como *Porque se impõe a primazia da Educação Higiênica escolar* de autoria de Belisario Penna, encontram-se teses mais detalhadas como *A Higiene nos Internatos*" (84 páginas), de autoria de Eurico Branco Ribeiro.

Em segundo lugar, quanto ao conteúdo das teses lidas, pode-se notar que a maioria dos autores acreditam que o mau funcionamento da sociedade brasileira está profundamente ligado à ignorância do povo. Nesse sentido, Belisario Penna, presidente da Seção de Educação Higiênica durante a I Conferência Nacional de Educação, autor de algumas teses apresentadas, entende que "*da incapacidade do povo brasileiro resulta o trabalho improdutivo e a miséria econômica*" e só a imposição de uma "*educação higiênica e eugênica na escola e no lar*" poderiam trazer a "prosperidade individual, *da família, da sociedade e da espécie*" (Penna, 1997). A autora da tese nº 21, Alice de Toledo Tibiriçá, traz em sua tese *Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra a lepra* também defende esse argumento afirmando que "*o progresso de um povo depende de sua robustez*".

Carvalho (1998), referindo-se à II Conferência Nacional de Educação, cita algumas seções que reuniram os trabalhos apresentados nesta conferência. Quanto à Seção de Educação Sanitária, esta mesma autora afirma que "*foi a que recebeu o maior número de inscrições (...) na maior parte delas, procurava-se assentar a necessidade da educação sanitária nas escolas como meio de formar o que era chamado 'consciência sanitária' e de incutir nas crianças hábitos higiênicos*" (p. 335). Carvalho apresenta, ainda, as providências sugeridas pelos conferencistas para se obter essa "consciência sanitária"; são elas: cursos de puericultura; criação de pelotões de saúde; distribuição de prêmios entre os mais diligentes no cumprimento dos preceitos de higiene; criação de Centros de Saúde, etc. (p. 336).

Essa mesma autora chama a atenção para o número de conclusões extraídas pela Comissão de Educação Sanitária (mais de 100), registrando que, em função do excesso de conclusões, a própria comissão resolveu "resumi-las" em 20:

> *1ª - A consciência sanitária do povo é a garantia do ideal de beleza e de força, porque tem por base a saúde. (F. Mello). 2ª - Só se consegue a formação da consciência sanitária de um povo, instruindo as massas e educando as crianças nas escolas, com o objetivo de lhe formar hábito higiênico (F. Mello). 3ª - Incutir na criança a aspiração da Brasilidade sempre mais feliz e mais forte, pela saúde de cada um e para o aperfeiçoamento da raça. (F. Mello). 4ª A educação sanitária no Brasil deve ser de preferência iniciada com intensidade na escola primária que é: a) centro irradiador para os lares, e a coletividade; b) ponto de*

convergência, onde encontramos um número considerável de pessoas em idade favorável à fixação de hábitos sadios e maiores oportunidades para o desenvolvimento prático dos princípios eugênicos. (E. Agrícola). 5ª - O elemento de mais eficiência para educação sanitária na escola primária é a professora satisfatoriamente instruída nas modernas práticas de Saúde Pública e capaz de atuar pelo ensino e pelo exemplo (E. Agrícola). 6ª - O ensino gradativo e prático dos preceitos gerais de higiene deverá ser obrigatório em todas as escolas (A. Magalhães). 7ª - A conquista de hábitos higiênicos e a correção dos que forem perniciosos à saúde constituirão os principais objetivos da educação sanitária (A. Magalhães). 8ª A criação de pelotões de saúde, a distribuição de prêmios entre os mais diligentes no cumprimento dos preceitos de higiene, a distribuição dos alunos em partidos antagônicos, constituirão recursos preciosos para a implantação de hábitos higiênicos (A. Magalhães). 9ª - A ignorância das mães sobre as noções de puericultura é uma das causas da mortalidade infantil (Maria Antonieta Castro). 10ª - As noções de puericultura devem ser ministradas desde os últimos anos da escola primária. (M. Antonieta Castro). 11ª - É de grande necessidade a disseminação dos cursos de puericultura por todo o Brasil, como uma das medidas que se impõem para melhoria da saúde da criança brasileira. (M. Antonieta Castro). 12ª - A diminuição da mortalidade infantil e, portanto, o aumento da população, dependendo, em grande parte dos conhecimentos da puericultura, a difusão destes conhecimentos referentes a um problema vital para o país (Adelino Carvalho de Mendonsa). 13ª - Todos os males brasileiros se reúnem numa crise de educação (Luiz Medeiros). 14ª - A moderna pedagogia sanitária indica a escola como um meio eficaz para a promoção de hábitos sadios, dado o pouco ou nenhum aproveitamento do reduto, que não mostra tendência em modificar aqueles hábitos, que, pouco a pouco, se integram na sua personalidade (L. Medeiros). 15ª - Da higienização dos nossos infantes depende o futuro da nacionalidade; relegá-la a um segundo plano é um grave erro pedagógico e um crime de lesa patriotismo (Luiz Medeiros). 16ª - A educação sexual pode e deve ser ministrada no Brasil. 17ª - Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina e prepara a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra que se propõe a ministrar aos educandos nas próprias aulas de ciências naturais do curso secundário, o conhecimento das generalidades fundamentais; e uma última, que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar, que constitui a educação sexual propriamente dita (Sussekind Mendonça). 18ª - O II Congresso Nacional de Educação solicita aos poderes competentes a criação de cursos de puericultura nas escolas normais, professorais, colégios e outros estabelecimentos de educação e bem assim de cursos especiais para os professores que vão se encarregar da difusão desses conhecimentos. 19ª - Os Centros de Saúde constituem um centro de educação sanitária, estendendo sua ação benéfica sobre as escolas, domicílios, fábricas, etc. 20ª - A II Conferência Nacional de Educação lembra a conveniência de se disseminar o Centro de Saúde em todos os Estados como fator preponderante para melhorar as condições da saúde do povo. (1998, p. 415-417)

No levantamento efetuado por Carvalho, merece registro a relevância que essas questões ganham na II Conferência. Na maior parte das teses apresentadas à Seção de Educação Sanitária da Conferência, destacava-se a preocupação com a educação sanitária, tendo em vista a formação da "consciência sanitária" e de hábitos higiênicos, objetivos que poderiam ser atingidos por meio de pelotões de saúde, distribuição de prêmios e criação de centros de saúde.

Assim, podemos perceber que temas como a formação da consciência sanitária através da escola, a formação de hábitos higiênicos, ideal de boa saúde para o aperfeiçoamento da raça, o ensino pelo exemplo, a educação sexual ministrada nas escolas e a disseminação dos Centros de Saúde evidenciaram o grande interesse dos conferencistas da II CNE em relação à educação sanitária.

A leitura e análise das teses apresentadas na I e III Conferências Nacionais de Educação permitiram compreender o papel atribuído à higiene na instituição escolar e na sociedade. Desse modo, a análise se dividirá em três momentos: a higiene vista como possibilidade de regeneração do povo brasileiro; a educação sexual como defesa dos aspectos higiênicos, morais e eugênicos das crianças e adolescentes; e a educação sanitária através da escola.

4.1 A higiene vista como possibilidade de regeneração do povo brasileiro

O conjunto de teses apresentadas na I CNE tem alguns aspectos em comum. Quanto à estrutura, todas as teses partem de um diagnóstico dos problemas nacionais e sugerem um "remédio" para a sociedade; outro aspecto interessante, que aparece em todas as teses, é a identificação da escola e, conseqüentemente, da educação como o "remédio" para a população, vista como "doente".

Vale destacar que as iniciativas de alguns dos intelectuais dos anos 20, mais especificamente os médicos-higienistas e os educadores, voltaram-se para a introdução de propostas higienizadoras na escola, concebidas como possibilidade de "regeneração" da população brasileira. Para Belisario Penna, autor da tese *Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, apresentada na I CNE, a imensa maioria da população

vivia num caótico e apavorante estado patológico e de miséria. Desse modo, o "remédio" que o autor propunha para "melhorar" ou "regenerar" essa população doente era a "*imposição da educação higiênica e eugênica na escola e no lar*", como "*medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária*"(Penna, 1997, p.33), consideradas como indispensáveis à prosperidade da sociedade. Por isso, tornava-se indispensável criar a "*consciência sanitária coletiva pela educação higiênica*" que deveria se firmar "*na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no espírito de toda a gente o valor inestimável econômico, étnico, moral e social da normalidade biológica resultante da saúde*", dentre outras formas, "*pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade*". (p. 30)

Partindo desse ponto, pode-se interrogar: como os conferencistas sugerem essa "imposição da educação higiênica"? Algumas discussões procuram identificar qual era o ideal e apresentar formas de impor essa educação higiênica, enfatizando aspectos tais como: a higiene como medicina preventiva ("prevenir é melhor que remediar"); a formação de hábitos saudáveis; o ensino de noções de higiene; o papel das crianças na difusão das noções de higiene aos pais; cadernetas sanitárias como medida para facilitar a vigilância e observação das crianças. No campo educacional, tais propostas traduziram-se como valorização de questões morais e sanitárias, vistas como dispositivos de fixação de hábitos e de erradicação de vícios; funcionavam também como os principais recursos de profilaxia social.

Alice Tibiriça, em sua tese *Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra Lepra*, parte de um diagnóstico dos problemas nacionais, no qual a possibilidade de progresso aparece vinculada à robustez da população, assim o "*progresso de um povo depende de sua robustez*". Desse modo, o remédio que a autora apresenta para que o país alcance um verdadeiro progresso está relacionado com o ensino primário, o qual deveria oferecer as lições de higiene, divulgando o perigo e a profilaxia das doenças como a sífilis, tuberculose, impaludismo, entre outras, e estabelecer as bases da educação da criança, não somente quanto à sua instrução e cultura física, mas sobretudo em relação ao conhecimento exato do perigo que as doenças oferecem, levando o "*Brasil ao seu pleno desenvolvimento*" (p. 123). As crianças, após terem explicações verbais sobre higiene e profilaxia pelo professor,

poderiam "*transmitir aos pais e toda a família as noções que aprenderam nas escolas. Haverá, portanto, larga divulgação de regras higiênicas*" (p. 123).

Nesse mesmo sentido, Nicolau Meira de Angelis, autor da tese *Pela perfeição da raça brasileira*, apresenta como diagnóstico dos problemas nacionais os defeitos, os males, a apatia, o indiferentismo em que o povo vivia, defendendo que devemos "*acreditar num país triunfante, digno do século em que vivemos*" (p. 437). Afirma que as moléstias infecciosas, tais como a sífilis e a tuberculose se difundem, flagelando a humanidade, sendo esses enfermos "*elementos ruins para a grandeza de um Estado, porque o valor do Estado depende da capacidade intelectual e física de cada habitante*" (p. 440). E conclui a tese afirmando a possibilidade de remediar a população brasileira pela escola, acreditando ser dever do professor difundir nas escolas as conseqüências das moléstias e divulgar os conhecimentos da higiene por meio de livros repletos de ilustrações, gravuras, e dizeres frisantes, trazendo "*frutos benéficos para o povo*" (p.443).

A escola vai sendo concebida, assim, como lugar privilegiado para promover uma consciência sanitária na população brasileira. Os congressistas, em seus discursos, vão formulando programas de ação médico-social, marcados pela esperança da "regeneração" do povo e da sociedade.

Quanto à elaboração de programas higiênicos, João M. M. de Aragão, em sua tese *Assistência médica à infância escolar – Cadernetas Sanitárias* defende a introdução de cadernetas sanitárias individuais para as crianças em idade escolar, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da criança e discipliná-lo. O dispositivo, proposto pelo autor deveria possibilitar o registro de dados sobre o desenvolvimento da criança, as transformações porque passou, favorecendo as medidas a serem tomadas quanto à sua educação, sobretudo nos retardados e anormais ou nos que apresentassem defeitos físicos e necessitassem de correção, e também de acompanhar a prática dos exercícios de ginástica, o estado de saúde da criança e o desenvolvimento psíquico da mesma. Com essa medida, segundo o autor da tese, fácil se tornaria a vigilância e observação proveitosa das crianças, dando-lhes uma assistência perfeita e adequada, a qual se aliaria a uma educação favorável, tornando-as fortes e abnegadas no futuro, com a compreensão perfeita dos seus deveres (p. 454).

No exemplo de modelo de caderneta sanitária que Aragão apresenta (ver anexo 3) percebemos como esta é detalhada. Especifica desde o nome da criança, filiação, cor, tipo de residência, idade, peso e altura até os antecedentes hereditários e pessoais da criança, dando especial atenção às doenças como sífilis, tuberculose, infecção e alcoolismo. A caderneta traz, ainda, todo tipo de exame clínico (exame de dentes, dos pelos, das unhas, da pele) e de laboratório, tais como exame de fezes, sangue e de escarro.

Alvaro Guimarães Filho, em sua tese *Educação e Higiene mental*, defende que sem instrução e sem a educação não há higiene, constituindo-se o professor bem orientado no braço direito do higienista. Defendia, ainda, que o principal fim da higiene é a instrução sobre a maneira como se propagam, de onde provêm, como devemos combater ou como podemos evitar as moléstias, trabalho que deveria caber ao professor.

Na análise desse conjunto de teses podemos verificar que está presente, nos discursos dos conferencistas, um ideal de higienização da sociedade, concebida como possibilidade de regeneração da mesma. Os conferencistas situam suas idéias num plano de propostas e programas para a educação higiênica. Desse modo, podemos perceber que as propostas de higienização da escola, que já vinham sendo formuladas e idealizadas desde o final do século XIX, perpassam as propostas dos intelectuais dos anos 1920, reunidos nessa corporação que pretende discutir as questões educacionais em âmbito nacional.

4.2 A educação sexual como defesa dos aspectos higiênicos, morais e eugênicos

As teses de educação sexual da I CNE se dirigiam à defesa da infância e da adolescência no sentido higiênico e moral, assim, as três teses têm em comum as preocupações com a higiene e a eugenia. Todas defendem o ensino de noções da vida sexual às crianças, considerando evidentes as vantagens higiênicas e eugênicas dessa educação. Celina Padilha, autora da tese *Sobre a educação sexual*, defende que os pais deveriam ser os primeiros professores de seus filhos no que se refere à educação sexual,

mas argumenta que muitos pais, por ignorância, são incapazes de dirigir a educação sexual dos filhos. Segundo a autora, não se deve cruzar os braços e assistir às gerações se sucederem umas às outras nos erros e na ignorância de problemas para a moral e para a eugenia. Competiria à escola iniciar esse trabalho de educação sexual e preparar as crianças de hoje para que os pais de amanhã fossem também educadores de seus filhos. A idade para se iniciar essa educação seria aos onze anos, momento que não deveria ser considerado precoce demais, pois "melhor é prevenir que remediar" (p. 429). Defende a autora que é favorável que a educação sexual seja feita em conjunto, não separando meninos e meninas, "*se os separarmos por sexos para tais aulas, fatalmente estabeleceremos a maldade, quando assim não deve ser; devem habituar-se a ouvir com naturalidade, pois o inocente não cora; só o maldoso se sente envergonhado diante da ciência.*" (p. 432)

Ao mesmo tempo em que a autora da tese tenta ultrapassar os preconceitos existentes na sociedade quanto à educação sexual, afirma a necessidade da vigilância contínua sobre as crianças, como evidencia o trecho a seguir:

> *o resto do trabalho consiste em vigiar e vigiar incessantemente sem ser percebido, impedi-los de terem as mãos no colo ou no bolso, aconselhá-los a saltar da cama assim que despertarem, desenvolver neles o gosto pelos esportes e estabelecer que, por medida de higiene, não devem andar abraçados, conservando sempre livres os movimentos; no recreio, fazê-los brincar, evitando habilmente que se agrupem para conversar. E todas essas noções devem, para serem eficazes repousar em cuidar da educação da vontade e em sólidas bases da moral, sem o que a educação sexual poderá constituir até um perigo.* (Padilha, 1997, p. 432)

Já Renato Kehl, autor da tese intitulada *O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*, defende também o ensinamento de noções da vida sexual para as crianças na escola: "*aos educadores, cabe a importante missão de esclarecer, de modo didático e com certos detalhes, o importante problema da reprodução*" (p. 436). Para o autor, convém que as "*lições sejam separadamente para os meninos e para as meninas, e adaptadas ao interesse dos respectivos sexos*" (p. 436). Assim, este acredita que as aulas de educação sexual deveriam ser ministradas em separado, contrariando,

neste ponto, a posição de Celina Padilha, que acreditava que a educação sexual deveria ser ministrada em conjunto para meninos e meninas.

Nesse grupo de teses, como pudemos observar, as preocupações com a educação sexual, se dirigiam à defesa da infância e da adolescência nos aspectos higiênicos, morais e eugênicos, discordando os autores quanto à co-educação dos sexos.

4.3 A educação sanitária e a escola

O tema da educação sanitária ocupou um lugar de destaque na II e na III Conferência Nacional de Educação. Na III Conferência foram apresentadas 18 teses enfocando essa temática, cabendo destacar que os debates foram marcados por devotado empenho dos congressistas em exibir as realizações do Estado de São Paulo, referentes à educação sanitária, como é o caso da Inspeção Médica Escolar e da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo. Nesse sentido, as teses procuravam apontar o que estas instituições já tinham feito pela população e o que deveriam melhorar ou reformar, de modo a permitir o sucesso das medidas higiênicas e garantir o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual dos futuros cidadãos brasileiros.

Os estudos de Marta Carvalho (1998) chamam a atenção para essa forte campanha de exibição das realizações do Estado de São Paulo, que perpassam a organização dessa conferência. Desse modo, as discussões do tema relativo ao papel das escolas primárias na difusão das noções de higiene e à organização e função da educação sanitária "*gravitavam principalmente em torno das realizações paulistas no sentido de recurso valioso de propaganda das realizações governamentais e das maravilhas do tão decantado progresso paulista*" (p. 359). Segundo a autora:

> *os debates e as teses sobre "educação sanitária", além de funcionarem como propaganda dos serviços sanitários paulistas, abandonaram colocações de natureza geral e passaram a versar sobre questões de organização destes serviços, discutindo a proeminência seja da escola, seja dos centros de saúde, o papel da educadora sanitária, a formação de professores de higiene no curso secundário e normal, a criação de escolas de Educação Física etc. Muitas iniciativas paulistas foram propostas como modelos.* (p. 427)

Neste conjunto de teses, pudemos perceber que os dois grandes focos irradiadores da educação sanitária colocados pelos conferencistas deveriam ser as escolas e os serviços de saúde pública. Assim, Carmela Juliani, em sua tese *Considerações sobre higiene e inspeção medico escolar: a educação sanitária através da escola*, dá especial destaque para os serviços de saúde pública referentes à Inspeção Médica Escolar e, consequentemente, à atuação da escola. A base da educação, para a autora, está na defesa da saúde e combate às doenças, com o objetivo de se obter uma raça forte e sadia. Assim, saúde e instrução das crianças seriam duas questões muito importantes para o Brasil, devendo o futuro da nossa pátria ser baseado, única e exclusivamente, na saúde física e cultura intelectual do nosso povo.

A Inspeção Médica Escolar carecia, segundo a autora, de elementos materiais e deveria ser mais valorizada. Nesse sentido, defende a necessidade de uma reforma na inspeção das escolas, na cidade de São Paulo, apresentando algumas idéias para a melhoria deste órgão e fazendo um "apelo" aos homens de Estado para que estes fizessem uma reforma na saúde pública, a qual deveria ampliar a sua área de atuação: "*penso que para a formação de uma raça forte, a saúde pública deveria possuir além do que possui, uma assistência obstétrica domiciliar*" (p.704). Outras propostas para a reforma: a criação de centros de tratamento (que deveriam funcionar dentro dos estabelecimentos de ensino, como por exemplo, o gabinete de exame clínico, de olhos, de ouvidos, de nariz e garganta, sala para curativos e gabinetes dentários); um laboratório de análises clínicas para a inspeção médico-escolar; a instalação de raio X e um gabinete de fisioterapia; escolas ao ar livre para os débeis; uma farmácia para o fornecimento de medicamentos aos alunos pobres e serventuários. A autora termina fazendo um apelo à Conferência Nacional de Educação para que fizesse uma representação ao Governo, a fim de que se concedesse o que os médicos da inspetoria precisavam para a que a infância escolar crescesse com saúde.

Francisco Alves Mourão, autor da tese intitulada *Educação sanitária: sua organização e função a instrução sanitária através da escola*, discutindo a questão do aperfeiçoamento físico, moral e intelectual dos futuros cidadãos brasileiros, faz uma retrospectiva à História Antiga, concluindo que os povos daqueles tempos cuidavam muito do físico, da beleza e da conservação da espécie, tendo sempre em vista o "*mens sana in corpore sano*" (p. 682). Segundo ele, um conjunto de causas sociais e econômicas respondia pela progressiva degenerescência da raça e pela a degradação

moral da sociedade. Os três fatores principais para a existência de homens raquíticos, criaturas com saúde precária, epilépticos, retardados mentais, tipos anormais predispostos aos vícios mais degradantes, à imbecilidade, ao idiotismo e à imoralidade, seriam a tuberculose, o alcoolismo e a sífilis. Esses três fatores vinham contribuindo para o aniquilamento da existência humana; assim, ressalta o autor: "*pretender cortar o mal pela raiz é utopia*", mas, "*atenuar as suas conseqüências nefastas é possível*" (p. 682), pois essas doenças, quando não são metodicamente tratadas, trazem terríveis conseqüências para o indivíduo e para a sociedade.

Acredita que a sociedade deveria se tratar por meio da profilaxia individual, moral e sanitária de várias enfermidades, bem como das moléstias venéreas, defendendo, para isso, que se lançasse mão de folhetos, contendo instruções preventivas, e de conferências públicas, leis voltadas para coibir a contaminação dos males físicos e morais. Essa instrução poderia ser iniciada no lar, continuada nas classes das escolas primárias, ao lado da puericultura, e nas secundárias e superiores. Termina a tese afirmando:

> *Para a elevação do nível de nossa raça, não basta simplesmente cuidar-se da cultura moral e intelectual, além da física pela ginástica, porque nos músculos de um atleta, no organismo de um intelectual ou no corpo de um moralista, pode existir o "MORBUS" portador da desgraça e da degenerescência humana. Ao lado pois da cultura física, da moral e da intelectual deve caminhar sempre a Higiene, desde o lar à escola, desde a escola à sociedade, acompanhando assim o homem, em todos os seus passos, desde o seu nascimento, em todas as vicissitudes da sua vida, para que assim seja completa a função da Educação Sanitária, afim de que o nosso futuro seja forte, luminoso e feliz, fazendo-se tudo PELO BEM E PARA O BEM DA PÁTRIA*. (Mourão, 1930, p. 687)

Francisco Figueira de Mello, com a tese *Inspetoria de Educação e Centros de Saúde* traz elementos sobre os serviços de saúde pública de São Paulo. A Inspetoria de Educação Sanitária de São Paulo é apresentada como um órgão de proteção à saúde pública, destinado a promover a "*formação da consciência sanitária da população*", por meio dos serviços de profilaxia. Foi criada em 1925 pelo artigo 47 do decreto 3.876 de 11 de junho de 1925, o qual reorganizou o Serviço Sanitário de São Paulo e repartições

dependentes. O autor da tese discorre detalhadamente sobre a organização e a finalidade da Inspetoria de Educação Sanitária, pois este foi um órgão, segundo afirma, que conseguiu firmar, perante uma sociedade, os princípios que constituem a formação de uma verdadeira consciência sanitária, criadora de hábitos saudáveis e costumes sadios, acreditando serem estes os alicerces da família de amanhã. A Inspetoria, com essa atuação, teria feito compreender a todos que a higiene é o elemento fundamental da saúde.

São dois os fins visados pela Inspetoria: formação da consciência sanitária da população, pela instrução e educação sanitária, e assistência sanitária. Quanto à educação sanitária, esta deveria ser ministrada por médicos e auxiliares acadêmicos. O agente educativo era a educadora sanitária, professora especializada em higiene, num curso de 18 meses, oferecido pelo Instituto de Higiene de São Paulo, em cooperação com o Serviço Sanitário do Estado e regulamentado pelo decreto nº 4.089, de 17 de agosto de 1926. O serviço de educação sanitária da Inspetoria era feito na sede desse órgão, de onde "*se irradia a ação diretriz*" e onde funcionava o serviço de propaganda sanitária, levado a efeito pelas comissões de redação e publicações, conferências e exposições; o serviço também era feito nos Centros de Saúde, onde a educação sanitária era ministrada ao lado da assistência sanitária, a todos os que a procuravam.

Segundo nos informa o autor, os Centros de Saúde visavam aos seguintes fins: instrução sanitária dos pacientes, atendidos nos diversos serviços; distribuição inteligente e proveitosa de impressos educativos; vigilância sanitária, oportuna e constante, visando à implantação dos hábitos sadios e intensificação dos serviços de profilaxia geral e específica. A ação educativa do Centro estendia-se também às escolas (por meio da educadora sanitária), às associações, quartéis, fábricas, etc. A inspetoria também realizava anualmente o concurso de eugenia e o de robustez, em torno do ideal da melhoria da raça, sendo o prêmio destinado à criança cujos ascendentes reunissem em si, condições de saúde integral. Não somente as enfermidades físicas das crianças eram apreciadas nestes concursos, mas as mentais também.

Sobre os serviços que compunham os Centros de Saúde, registrava o autor: higiene pré-natal (pré-nupcial, pré-concepcional, gestantes); higiene infantil e nutrizes; higiene pré-escolar; higiene ocular; higiene mental; higiene do ouvido, nariz e garganta; impaludismo; verminose; tuberculose; radiologia; raios ultra-violeta; colites parasitárias

e infecciosas; sifilis e moléstias venéreas; exame médico geral e inspeção de saúde. O autor finaliza sua tese com as seguintes conclusões:

> *A Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde é um importante órgão de serviço sanitário, capaz de formar a consciência sanitária do povo; atua eficazmente com o fim educacional, principalmente, na escola, no lar e nos Centros de Saúde; vem com êxito difundindo a instrução sanitária à população por todos os meios modernos conhecidos; e com os elementos que dispõe, modificará seguramente a mentalidade atual, sobre higiene e saúde, criando um melhor conceito sobre a vida para que esta seja melhor e mais feliz.* (Mello, 1930, p. 651)

É evidente, portanto, a forte campanha de exibição das realizações do Estado de São Paulo, que perpassavam a organização desta III Conferência, como evidenciou Marta Carvalho, em seu trabalho sobre a ABE. Também fica claro que as propostas dos conferencistas estavam quase todas voltadas para a constituição de uma consciência sanitária na população brasileira, por meio da escola.

A seguir, as conclusões apresentadas pela Comissão de Educação Sanitária da III Conferência Nacional de Educação:

> *1) Apesar de haver múltiplos esforços públicos e particulares na educação sanitária, pode-se dizer que os grandes focos irradiadores desta são: de um lado, as escolas; de outro os serviços de Saúde Pública. Ambas as forças devem agir em íntima colaboração.*
>
> *2) A Educação Sanitária nas Escolas deve visar um tríplice objetivo: a) criar hábitos sadios nas crianças, e depois na mocidade; b) ministrar conhecimentos higiênicos, de maneira que sejam os mesmos desejados pelos alunos, não impostos a estes; c) criar na infância e na mocidade um ideal de saúde. Essa educação sanitária deverá ser estendida ao lar.*
>
> *3) Para que a Educação Sanitária nas escolas primárias seja convenientemente ministrada, é indispensável que, onde possível, os professores de higiene das Escolas Normais só possam ser nomeados após terem freqüentado cursos especializados dessa disciplina.*
>
> *4) É necessária a criação de cadeiras de higiene destacadas de outras disciplinas nas escolas de curso secundário e normal. Para a nomeação dos professores dessas cadeiras deverá ser preenchida a exigência da conclusão anterior, a saber, freqüência em cursos especializados de higiene.*
>
> *5) Torna-se necessária a criação, nas Capitais dos Estados, de cursos de aperfeiçoamento de Higiene para os professores.*

6) *Para orientar a Educação Física no País, é indispensável que sejam criados institutos de Educação Física, destinados ao preparo de instrutores técnicos.*

7) *É de toda a conveniência que os professores desses Institutos sejam previamente diplomados por Escolas de Educação Física de renome.*

8) *Urge impulsionar nas grandes cidades do País o movimento de criação de parques infantis, praças de cultura física e estádios, sendo conveniente que os primeiros a serem instalados, quando possível, o sejam em zona central, a fim de atraírem a atenção e servirem de exemplo.*

9) *O serviço de Saúde Pública deve considerar a educação sanitária do povo como seu dever primordial. As medidas de coerção só devem ser aplicadas em último caso.*

10) *É conveniente que seja criada nos serviços de Saúde Pública, uma seção especialmente destinada à educação sanitária, à semelhança do que foi feito em São Paulo, e em outros pontos do País.* (1930, p. 185 e 186)

Através das conclusões apresentadas pelas Comissões tanto da II como da III CNE, encontramos considerações, objetivos e orientações referentes à educação sanitária propostas pelos conferencistas, como: a educação sanitária deve ser realizada tanto nos lares como nas escolas, importância de criar hábitos saudáveis e higiênicos nas crianças, curso de higiene para os professores e a criação de um ideal de saúde.

Essas conclusões ressaltam que os dois grandes focos irradiadores da educação sanitária são as escolas e os serviços de saúde pública. A Educação Sanitária nas escolas deve visar um tríplice objetivo: criar hábitos sadios nas crianças; ministrar conhecimentos higiênicos, de maneira que sejam os mesmos desejados pelos alunos, não impostos a estes; e criar na infância e na mocidade um ideal de saúde. Para isso deveriam os professores ser especializados em higiene escolar. E o serviço de saúde pública deve considerar a educação sanitária do povo como seu dever primordial.

Desse modo, num momento em que as questões de educação moral e educação higiênica e sanitária encontravam-se estreitamente vinculadas, as Conferências constituíram-se em espaço privilegiado para a discussão dessas questões, tendo em vista a constituição de uma unidade nacional. Assim, as relações entre higiene, moral e unidade nacional evidenciadas nas teses apresentadas, permitiram apreender as propostas de higienização e moralização da sociedade pela escola, tais como as conclusões descritas acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito dos movimentos organizados pela Associação Brasileira de Educação, como as Conferências Nacionais, constituiu-se, na formulação dos problemas nacionais, a articulação entre unidade nacional, educação moral e higiene, vista enquanto possibilidade de "regeneração" da população brasileira.

A análise e a catalogação das teses permitiu observar que a temática da higiene, concebida como um dos grandes problemas sociais no período, aparece como uma das grandes preocupações dos conferencistas, a maioria dos quais acreditava que os grandes problemas da sociedade brasileira resultavam da ignorância do povo, constituindo-se a imposição de uma "*educação higiênica e eugênica na escola e no lar*" como única forma de garantir a "*prosperidade individual, da familia, da sociedade e da espécie*".

Tanto nas teses apresentadas na I CNE como nas II e III CNE, a escola aparece como o centro irradiador da higiene e conseqüentemente da saúde da população, pois os conferencistas acreditavam que a escola era o núcleo revigorador da saúde da nação, transformando as crianças em corpos fortes e organismos robustos para a nação. Desse modo, para que a escola cumprisse esse papel deveria lançar mão da educação sanitária como "arma de combate", pois por meio da inculcação de hábitos sadios vão sendo lançadas as bases da formação da consciência sanitária do individuo.

Tanto nas teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação como na II e III Conferências, a escola aparece como incentivadora e a única capaz de promover uma unidade nacional.

No estudo das teses, é importante considerar as relações entre a questão educacional e a questão da unidade nacional. Nos textos das várias teses, esses temas acham-se entrelaçados. O aspecto nacionalista no qual se achavam englobados os valores morais é, com efeito, uma das maiores preocupações dos conferencistas.

A difusão e a melhoria das escolas eram insistentemente reivindicadas pelos conferencistas. No entanto, essas aspirações se norteavam por modelos idealizados na figura do professor, exemplo moralizador, através do qual seriam garantidas a ordem e a disciplina necessárias à superação da crise econômico-social, e, portanto, cultural dos anos 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias:

Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

ANGELIS, Nicolau Meira de. *Pela perfeição da raça brasileira.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

ARAGÃO, João M. M. de. *Assistência médica à infância escolar - Cadernetas sanitárias.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

GUIMARÃES FILHO, Álvaro. *Educação e higiene mental.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

ISOLDI, Francisco. *A finalidade do ensino secundário.* In: Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

JULIANI, Carmela. *Considerações sobre higiene e inspeção medico escolar: a educação sanitária através da escola.* In: Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

KEHL, Renato. *O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos como, quando e por quem deve ser ela ministrada.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

LABORIAU, Ferdinando. *Sobre um Ministério da Educação Nacional.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

LACOMBE, Isabel Jacobina. *A unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

MELLO, Francisco Figueira de. *Inspetoria de Educação e Centros de Saúde.* In: Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

MONIZ, Gonçalo. *A finalidade do ensino secundário.* In: Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

MOURÃO, Francisco Alves. *Educação Sanitária: sua organização e função -- a instrução sanitária através da escola.* In: Anais da III Conferência Nacional de Educação. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

OSORIO, Fernando Luis. *Sobre a unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

PADILHA, Celina. *Sobre a Educação Sexual.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

PENNA, Belisario. *Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

SERVA, Mario Pinto. *A união e a educação nacional.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

SOUZA, Myriam de.*A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do país.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

TIBIRIÇA, Alice. *Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra Lepra.* In: Anais da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

2. Fontes secundárias:

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho – O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939).* São Paulo: Loyola,1990.

CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).* Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (org) *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez: Bragança Paulista: USF, 1997.

CARVALHO, M. M. C. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

COSSO, Daniela C. M. *A higiene no discurso pedagógico da Associação Brasileira de Educação.* Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica: PIBIC/CNPq, 2002.

_____. *A higiene no discurso pedagógico da Associação Brasileira de Educação.* Relatório Parcial de Pesquisa: PIBIC/CNPq, 2003.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar.* 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Susana da Costa. A 1 Conferência Nacional de Educação: contribuições para o estudo das origens da Escola Nova no Brasil. In: *Série Documental: Eventos.* Brasília: INEP, n.2, abr/1994.

GONDRA, J. G. A configuração do discurso pedagógico – a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, L. M. (org.) *Educação, modernidade e civilização.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T. et al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONDRA, J. G.; ROCHA, H. H. P. Estratégias de higienização da organização escolar: a questão do corpo (1852-1902). *Boletin de la Sociedad Argentina de Historia de la Education.* 2ª época, nº 1, p. 33-38, 2000.

HERSCHMANN, M. M.; KROPF, S.; NUNES, C. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro -- 1870-1937.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República – Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1985. v. 2, t. III: O Brasil Republicano.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

LOPES, E. M. T. *Perspectivas históricas da educação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, M.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. *Danação da norma: Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES, J. Q. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

_____. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1985. v. 2, t. III: O Brasil Republicano.

NÓVOA, A. *História da educação*. Lisboa, 1994. (mimeo)

NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T. et al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, L. L. Questão nacional na Primeira República. In: LORENZO, H. C. de e COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PERISSINOTO, R. M. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras: São Paulo: FAPESP, 2003.

_____. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Cadernos CEDES* 52, p. 55-73, 2000.

SANTOS, L. A. C. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia da construção da nacionalidade. *Dados*, v. 28, p. 193-210, 1985.

SARETTA, F. A política econômica na década de 1920. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEPHANOU, M. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. *Educação, subjetividade e poder*, v. 3, p. 59-66, 1996.

TEIXEIRA, A. S. *Educação no Brasil: 1900-1971*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional: Brasília: INL, 1976.

ANEXOS

Anexo 1: Listagem das teses apresentadas na ICNE

As teses sublinhadas referem-se ao tema UNIDADE NACIONAL

As teses em *itálico* referem-se ao tema *HIGIENE E EDUCAÇÃO SEXUAL*

(*) Teses não localizadas (apenas com os pareceres da comissão)

TESE Nº1 – *PORQUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR – Belizario Penna*

TESE Nº2 – ENSINO DA LEITURA INICIAL PELO MÉTODO DE PALAVRAS GERADORAS – Antonio Tupy Pinheiro

TESE Nº3 – O BRASIL CARECE DA DIFUSÃO DO ENSINO POPULAR DA GEOGRAFIA – Isaura Sydney Gasparini

TESE Nº4 – ANTAGONIAS DA DIDÁTICA NA UNILATERALIDADE DO ENSINO Renato de Alencar

TESE Nº5 – NECESSIDADES DA PEDAGOGIA MODERNA – Lindolpho Xavier

TESE Nº6 – DIVERTIMENTOS INFANTIS – Maria Luiza Camargo de Azevedo

TESE Nº7 (*) – PELO REGIME UNIVERSITÁRIO – João R. de Macedo Filho

TESE Nº8 – A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 1927 – Relatórios das Secções

TESE Nº9 – COMUNICAÇÃO SOBRE O BUREAU INTERNACIONAL D'EDUCATION – Laura Jacobina Lacombe

TESE Nº10 – LIGA PARA INSTRUÇÃO POPULAR – João Arruda

TESE Nº11 – A EDUCAÇÃO NO FUTURO – Rachel Prado

TESE Nº12 (*) – ACADEMIA FEMININA – Lúcia Miguel Pereira

TESE Nº13 – SELEÇÃO E ESTALONAGEMDAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA – Lucia Magalhães

TESE Nº14 (*) – CÓDIGO MORAL DA ESCOLA PRUDENTE DE MORAES – Rio de Janeiro/DF

TESE Nº15 – ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES: SUA IMPORTÂNCIA – Nicephoro Modesto Falarz

TESE Nº16 (*) – RÁDIO EDUCAÇÃO DO BRASIL – Professor Roquete Pinto

TESE Nº17 – PELA EDUCAÇÃO ESTÉTICA – Fernando Nereu de Sampaio

TESE Nº18 (*) *– A HIGIENE PELO HÁBITO – Deodato de Moraes*

TESE Nº19 (*) *- A HIGIENE NA ESCOLA – Heitor Borges de Macedo*

TESE Nº20 – MORTALIDADE INFANTIL – Oswaldo Orico

TESE Nº21 – EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À ASSITÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPRA – Alice de Toledo Tibiriçá

TESE Nº22 – O ENSINO DAS LÍNGUAS MODERNAS – João Brasil Silvafo Junior

TESE Nº23 – O CINEMATÓGRAFO ESCOLAR – América Xavier Monteiro de Barros

TESE Nº24 – A EDUCAÇÃO E A PAZ – Laura Jacobina Lacombe

TESE Nº25 – O TEATRO E A SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO – Decio Lyra da Silva

TESE Nº26 – NORMAS DIDÁTICAS A QUE SE DEVE OBEDECER NO ENSINO DO PORTUGUÊS AOS FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS – Nicolau Meira de Angelis

TESE Nº27 – UMA PALAVRA DE ATUALIDADE – Amélia de Rezende Martins

TESE Nº28 – HÁ NECESSIDADE DE SE TORNAR OBRIGATÓRIOO ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR NO TERRITÓRIO PARANAENSE? – Segismundo Antunes Netto

TESE Nº29 – ALFABETIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DO COLONO NO BRASIL – Acrisio Carvalho de Oliveira

TESE Nº30 – QUAL O PROCESSO MAIS EFICAZ PARA O ENSINO DA ARITMÉTICA NO PRIMEIRO ANO DO CURSO PRELIMINAR? – Joaquim Meneleu de Almeida Torrez

TESE Nº31 – METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Ambrosio Torres

TESE Nº32 – O ENSINO NAS ESCOLAS FREQUENTADAS POR FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS – Maria luiza Burtz

TESE Nº33 – O ENSINO OBRIGATÓRIO E O CIVISMO NAS ESCOLAS – Maria dos Anjos Bittencourt

TESE Nº34 – RUMO AO CAMPO... – Deodato de Moraes

TESE Nº35 – UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO – Helvécio de Andrade

TESE Nº36 – O MÉTODO DE PROJETOS – Esther Franco Ferreira da Costa

TESE Nº37 – DISCIPLINA ESCOLAR – Roberto Emilio Mongruel

TESE Nº38 – A UNIFORMIZAÇÃO DOS PROGRAMAS EM SEUS PONTOS GERAIS, CONTRIBUINDO PARA A UNIFICAÇÃO NACIONAL E ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS – Myriam de Souza

TESE Nº39 – COMO ENSINAR A LÍNGUA VERNÁCULA AOS FILHOS DE PAIS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS – Guilherme Butler

TESE Nº40 – A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM SUAS IDÉIAS CAPITAIS, MANTIDA A LIBERDADE DE PROGRAMAS – Zelia Jacy de Oliveira Braune

TESE Nº41 – SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA BAHIA – Jayme Junqueira Ayres

TESE Nº42 – A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL – M. Bergström Lourenço Filho

TESE Nº43 – SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA MORAL – Fernando Luis Osorio

TESE Nº44 – A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA, PELA CULTURA MORAL – Isabel Jacobina Lacombe

TESE Nº45 – SOBRE UM MIINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL – Ferdinando Laboriau

TESE Nº46 – O ESCOTISMO E A UNIDADE NACIONAL – Victor Lacombe e Americo L. Jacobina Lacombe

TESE Nº47 – O ESCOTEIRISMO NA EDUCAÇÃO – Amarylio R. Oliveira

TESE Nº48 – O QUE SE PODERÁ ESPERAR DA EDUCAÇÃO ESCOTEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL – Altamirano Nunes Pereira

TESE Nº49 – MISSÕES ESCOLARES – Raul Gomes

TESE Nº50 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO – Sara Machado Busse

TESE Nº51 – A LITERATURA E A ESCOLA PRIMÁRIA – Delia Rugai

TESE Nº52 – UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA PEDAGÓGICA – A UNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NACIONAL – Nestor dos Santos Lima

TESE Nº53 – PARA LUTAR CONTRA O ANALFABETISMO: O SERVIÇO PEDAGÓGICO OBRIGATÓRIO, DEVER CÍVICO FEMININO DECORRENTE DO DIREITO DE VOTO ÀS MULHERES – Fernando de Magalhães

TESE Nº54 – A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA; PELA CULTURA CÍVICA; PELA CULTURA MORAL – Manoel Pedro de Macedo

TESE Nº55 – O CONCEITO DO NÚMERO – Algacyr Munhoz Mäder

TESE Nº56 – CRISE DE EDUCAÇÃO NA CLASSE MÉDIA – Octávio Rodrigues Lima

TESE Nº57 – AS UNIVERSIDADES E A PESQUISA CIENTÍFICA – M. Amoroso Costa

TESE Nº58 – ENSINO AGRÍCOLA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS – João Candido Ferreira Filho

TESE Nº59 – INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONAL – Sebastião Paraná

TESE Nº60 – DO DESDOBRAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL – Indicação da Faculdade de engenharia do Paraná

TESE Nº61 – DA NECESSIDADE DE TORNAR MAIS PRÁTICO O ENSINO DE ENGENHARIA NO BRASIL – Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná

TESE Nº62 – REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ENGENHEIRO NO BRASIL - Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná

TESE Nº63 – O ENSINO DE TRABALHOS MANUAIS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E COMPLEMENTARES – Orestes Guimarães

TESE Nº64 – O CARÁTER DO ESCOLAR, SEGUNDO A PSICANÁLISE – J. P. Porto-Carrero

TESE Nº65 – A PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO – Deodato de Moraes

TESE Nº66 – O ENSINO DA GEOGRAFIA – NECESSIDADES DE UMA REFORMA DE PROGRAMAS E MÉTODOS – Renato Jardim

TESE Nº67 – O PROBLEMA DO ENSINO PELO ESTÍMULO DO TÍTULO ELEITORAL DIGNIFICADO – José Pereira de Macedo

TESE Nº68 – O CELIBATO PEDAGÓGICO FEMININO – Nestor Lima

TESE Nº69 – A UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA MORAL: EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO MELHOR MEIO DE NACIONALIZAR A INFÂNCIA – Roberto de Almeida Cunha

TESE Nº70 – SOBRE A NECESSIDADE DE PRESTAR ATENÇÃO, NA ESCOLA, À EDUCAÇÃO DO CARÁTER, ASSIM COMO AO CULTIVO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA – Maria Luisa da Motta Cunha Freire

TESE Nº71 – A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO – Ferreira da Rosa

TESE Nº72 – A EDUCAÇÃO MORAL DOS ESCOLARES COM BASE NO SENTIMENTO – J. A de Matos Pimenta

TESE Nº73 – FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO – Lucia V. Dechandt

***TESE Nº74** – SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL – Celina Padilha*

***TESE Nº75** – O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS – COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MINISTRADA – Renato Kehl*

***TESE Nº76 (*)** - EDUCAÇÃO SEXUAL – Luiz Antônio E. S. dos Santos Lima*

TESE Nº77 (*) - LITERATURA MÉDICA – Renato Kehl

***TESE Nº78** – PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA – Meira de Angelis Nicolau*

TESE Nº79 – A ESCOLA REGIONAL DE MERITI – UMA TENTATIVA DE ESCOLA MODERNA – Amanda Alvaro Alberto

***TESE Nº80** – ASSISTÊNCIA MÉDICA À INFÂNCIA ESCOLAR – CADERNETAS SANITÁRIAS – João Mauricio Moniz de Aragão*

***TESE Nº81** – COMO SE PODE FAZER A ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS ALUNOS POBRES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS – Leonel Gonzaga*

***TESE Nº82** – EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL – Alvaro Guimarães Filho*

***TESE Nº83** – CONTRIBUIÇÃO PARA A PROFILAXIA DO IMPALUDISMO NO MEIO ESCOLAR – Carlos Mafra Pedroso*

***TESE Nº84** – A HIGIENE NOS INTERNATOS: ESTUDOS DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS INTERNATOS DE SÃO PAULO – Enrico Branco Ribeiro*

TESE Nº85 – A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES, EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA PREPARO PEDAGÓGICO – C. A. Barbosa de Oliveira

TESE Nº86 – A UNIDADE DA PÁTRIA PELA CULTURA MORAL - Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque

TESE Nº87 – O ENSINO DA MORLA E DO CIVISMO – Nelson Mendes

TESE Nº88 – A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA O PREPARO PEDAGÓGICO – Antônia Ribeiro de Castro Lopes

TESE Nº89 – A EDUCAÇÃO MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA – Palmyra Bompeixe de Mello

TESE Nº90 – A MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA – Annette C. P. Macedo

TESE Nº91 – EDUCAÇÃO POLÍTICA – Paulo Ottoni de Castro Maya

TESE Nº92 – A FÍSICA NO CURSO SECUNDÁRIO – Franscisco Venâncio Filho

TESE Nº93 – CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO – Branca de Almeida Fialho

TESE Nº94 – O ENSINO DE HISTÓRIA NATURAL – Henrique Marques Lisboa

TESE Nº95 – A CONSCRIÇÃO ESCOLAR – Raul Gomes

TESE Nº96 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES À UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL – Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque

TESE Nº97 – PELA ESCOLA PRIMÁRIA – Gustavo Lessa

TESE Nº98 – A DIFUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL – Alfredo Parodi

TESE Nº99 – A ESCOLA E A FAMÍLIA – Deodato de Moraes

TESE Nº100 – A ESCOLA NOVA – Deodato de Moraes

TESE Nº101 – *POLÍTICA AGROSSANITÁRIA COLONIZADORA E EDUCADORA – Belisario Penna*

TESE Nº102 – QUAL O MELHOR PROCESSO PARA A EDUCAÇÃO DA MEMÓRIA? – Belisario Penna

TESE Nº103 – A UNIÃO E A EDUCAÇÃO NACIONAL – Mario Pinto Serva

TESE Nº104 (*) - A CULTURA COMO FATOR DA UNIDADE NACIONAL – Hermes Lima

TESE Nº105 (*) - A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA INTEGRAL; A INSTRUÇÃO SUPERIOR CIENTÍFICA; A SELEÇÃO DOS INDIVÍDUOS DESTINADOS AOS ESTUDOS SUPERIORES PELO CONCURSO DE ADMISSÃO - Fernando de Magalhães

TESE Nº106 (*) - O ENSINO DA MORAL TENDO POR BASE A RELIGIÃO – Amélia Rezende Martins

TESE Nº107 – COMO COMBATER O ANALFABETISMO NO BRASIL – W. Muniz

TESE Nº108 (*) - O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Francisco José Dutra

TESE Nº109 (*) - SEM TÍTULO – Octacilia H. de Oliveira

TESE Nº 110 (*) - A UNIDADE NACIONAL PELA INSTRUÇÃO CÍVICA – Sebastião Pacheco Jordão

TESE Nº 111 (*) - SEM TÍTULO – Renato Kehl

TESE Nº112 – DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO MORAL NO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR – Raul Bittencourt

Anexo 2: Listagem das teses apresentadas na III CNE

As teses sublinhadas referem-se ao tema da UNIDADE NACIONAL

As teses em *itálico* referem-se ao tema de *HIGIENE E EDUCAÇÃO SANITÁRIA*

As teses com asteriscos (*) não foram encontradas

TESE Nº1 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Andronico de Mello.

TESE Nº2 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Norberto de Almeida.

TESE Nº3 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Antonio Primo Ferreira.

TESE Nº4 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Francisco de O. Junior.

TESE Nº5 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Zaida Ferraz do Amaral.

TESE Nº6 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS - João Baptista Fonseca.

TESE Nº7 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – José de Mello.

TESE Nº8 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Balthazar Godoy Moreira.

TESE Nº9 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Fernando Magalhães.

TESE Nº10 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Rubens Falcão.

TESE Nº11 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Maria José da Silva.

TESE Nº12 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Alípio Franca.

TESE Nº13 - COMBATE AO ANALFABETISMO NAS ZONAS RURAIS – Antonia R. de C. Lopes.

TESE Nº14 – A ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS EM FACE DOS RECURSOS FINANCEIROS – Balthazar de Godoy Moreira.

TESE Nº15 – A ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS EM FACE DOS RECURSOS FINANCEIROS – Lauro Teixeira de Barros.

TESE Nº16 – ENSINO RURAL – Sebastião A. de Almeida Salles

TESE Nº17 – PLANO DE ALFABETIZAÇÃO DO BRASIL – Mario Pinto Serva

TESE Nº18 (*) – *DO ENSINO PRIMÁRIO E PROFISSIONAL E DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA - Frederico Silva Ramos.*

TESE Nº19 – A NECESSIDADE DE UM SERVIÇO DE FIXAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE FÍSICA, INTECTUAL E MORAL DO EDUCANDO E DA SUA ESCOLARIDADE COMO INSTRUMENTO DE ALTO VALOR NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – Andronico de Mello.

TESE Nº20 – A INICIATIVA PARTICULAR NA ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E PROFISSIONAIS: MEIOS DE PROVOCAR E INTENSIFICAR ESSA INICIATIVA. – Eunice Peregrina de Caldas.

TESE Nº21 – TREINO MENTAL – Heitor Mariz.

TESE Nº22 – EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA – Americo Valerio.

TESE Nº23 – NACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA ATIVA. ADAPTAÇÃO DOS MÉTODOS ESTRANGEIROS ÀS ESCOLAS BRASILEIRAS – Guiomar Souto de Avellar.

TESE Nº24 (*) – *DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA. SUA ORGANIZAÇÃO E FUNÇÃO. A INSTRUÇÃOSANITÁRIA ATRAVÉS DA ESCOLA - Alberto Silva.*

TESE Nº25 (*) – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA E O FUTURO DO BRASIL – Carolina Coelho do Rego Rangel.*

TESE Nº26 – *CONSIDERAÇÕES SOBRE HIGIENE E INSPEÇÃO MEDICO-ESCOLAR ATRAVÉS DA ESCOLA – Carmela Juliani.*

TESE Nº27 – *EDUCAÇÃO SANITÁRIA – Decio Parreiras.*

TESE Nº28 – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA. SUA ORGANIZAÇÃO E FUNÇÃO. A INSTRUÇÃO SANITÁRIA ATRAVÉS DA ESCOLA – Francisco Alves Mourão.*

TESE Nº29 – DA INSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS LIVRES E O SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO BRASILEIRO – Antonio Augusto Machado e João J. Nascimento Junqueira.

TESE Nº30 – AS ESCOLAS NORMAIS LIVRES. SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMARIO – Amphrisia Santiago.

TESE Nº31 – O ENSINO PROFISSIONAL. AS NECESSIDADES DO BRASIL E A SOLUÇÃO DO PROBLEMA – Raul Gomes.

TESE Nº32 – UMA FALTA NO ENSINO BRASILEIRO. AS FACULDADES DE LETRAS E FILOSOFIA – Dr. Antonio Piccarolo.

TESE Nº33 – DISSEMINAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira.

TESE Nº34 – A QUESTÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO – Dr. João Cruz Costa

TESE Nº35 – COMO FORMAR A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS VANTAGENS DO ENSINO SECUNDÁRIO EFICIENTE, BASE DA CULTURA MÉDIA DO PAÍS. RESPONSABILIDADE DOS PAIS NA DEFICIENCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO. MEIOS DE COMBATER ESSA DEFICIÊNCIA – DR. Isaias Alves.

TESE Nº36 – OS ESTUDOS CLÁSSICOS E A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Henrique Geenen.

TESE Nº37 – A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Prof. Dr. Francisco Isoldi.

TESE Nº38 - A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Dr. Gonçalo Moniz.

TESE Nº39 - A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Dr. Isaias Alves.

TESE Nº40 - A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Corlumbo Ferreira.

TESE Nº41 – FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO – Erasmo Brraga.

TESE Nº42 - DEFEITOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVAMENTE AO ENSINO SECUNDÁRIO –Dr. Gonçalo Muniz.

TESE Nº43 - DEFEITOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVAMENTE AO ENSINO SECUNDÁRIO – Dr. Isaias Alves.

TESE Nº44 – RESPONSABILIDADE DOS PAIS NA DEFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA DO PAÍS. MEIOS DE COMBATER ESSA DEFICIÊNCIA – Jorge Abreu.

TESE Nº45 – RESPONSABILIDADE DOS PAIS NA DEFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA DO PAÍS. MEIOS DE COMBATER ESSA DEFICIÊNCIA – Dr. Joaquim Moreira de Souza.

TESE Nº46 - RESPONSABILIDADE DOS PAIS NA DEFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA DO PAÍS. MEIOS DE COMBATER ESSA DEFICIÊNCIA – Oswaldo Pilotto.

TESE Nº47 – ENSINO SECUNDÁRIO: DEFICIÊNCIAS E CAUSAS - Rotary Club de Ribeirão Preto – Dr. Domingos Vilhena Moraes.

TESE Nº48 – NACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA ATIVA – Teresa Figueiredo Santos.

TESE Nº49 - A ESCOLA REGIONAL - Prof. Leoni Kaseff.

TESE Nº50 – CONTRIBUIÇÃO PARA UMA REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO, ORGANIZADA PELA Associação Brasileira de Educação.

TESE Nº51 – *ORGANIZAÇÃO DA INSPETORIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CENTROS DE SAÚDE - Figueira de Mello.*

TESE Nº52 (*) – *EDUCAÇÃO FÍSICA - Mendes de Castro.*

TESE Nº53 (*) – *FEBRE AMARELA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA - Sylvio de Araripe Succupira.*

TESE Nº54 – *DIMIMUIÇÃO DOS ABORTAMENTOS CRIMINOSOS PELA EDUCAÇÃO – J. Vieira de Macedo.*

TESE Nº55 – *ESCOLA E SAÚDE – Maria Antonietta de Castro.*

TESE Nº 56 (*) – *EDUCAÇÃO SANITÁRIA E HIGIENE MENTAL – Maria Conceição Junqueira.*

TESE Nº57 – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA – Oscar Augusto Guelli.*

TESE Nº58 (*) – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA E O FUTURO DO BRASIL – Sebastiana Sampaio.*

TESE Nº59 (*) – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA E O CENTRO DE SAÚDE MODELO Alzira Gomes.*

TESE Nº60 (*)– *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA ATRAVÉS DAS EESCOLAS – Esther Pinto.*

TESE Nº61 (*) – *A EDUCAÇÃO SANITÁRIA E ASSISTÊNCIA DENTÁRIA INFANTIL – Joaquim Carneiro Lima.*

TESE Nº62 – *A TEORIA DA SUPERIORIDADE DO HOMEM PERANTE A ANTROPOLOGIA MODERNA – Alba Canizares Nascimento.*

Anexo 3: FICHAS DE LEITURA DA I CNE

A) FICHAS DE LEITURA - Tema: "Unidade Nacional"

TESE N°27

TÍTULO DA TESE: UMA PALAVRA DE ATUALIDADE

AUTOR: Amélia de Rezende Martins

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MARTINS, Amélia de Rezende. Uma palavra de atualidade. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.152-158.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Família, Moral, Escola.

CONTEÚDO:

- A escola leiga como destruidora do mundo;
- Instruir para levantar o povo;
- Nada alcançará a escola se não cuidarmos da família.

RESUMO: É preciso "*instruir para levantar o povo*", pois o povo brasileiro não conhece ou não quer pôr em prática os mais rudimentares princípios da educação. Cada vez mais se torna comum não haver respeito pela vida do próximo nem pela própria vida, na família não se respeitam os pais, na sociedade não se respeitam as convenções, no Estado não se respeitam as leis.

A autora acredita que nos esforços para ensinar, podemos corrigir, aconselhar, mas tudo "ruirá" se não enfeixarmos todos esses esforços numa moral segura.

A atualidade está em discutir a "escola leiga", pois é ela que está levando o mundo todo à ruína: "*tudo está errado entre nós: o que corrigimos aqui é destruído ali adiante... nossos filhos consideram fora de moda a voz do bom senso*". E é só com os princípios da moral que as famílias conseguirão o respeito entre seus membros, pois sem esses princípios o mundo estará irremediavelmente perdido. "*Meus senhores, salvai a mulher brasileira se quereis ter pátria, salvai o lar se tendes um ideal na escola; nada alcançará a escola se não cuidar da família, no sentido da moral*".

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº29

TÍTULO DA TESE: ALFABETIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DO COLONO NO BRASIL

AUTOR: Acrisio Carvalho de Oliveira

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: OLIVEIRA, Acrisio Carvalho. Alfabetização e nacionalização do colono no Brasil. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 161-164.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalidade, Alfabetização, Educação.

CONTEÚDO:

- Educação nacional;
- A necessidade de criação de escolas que eduquem não só a inteligência, mas o caráter;
- O imigrante como perigo para a nacionalidade brasileira;
- Nacionalização como engrandecedora da Pátria;
- Educação cívica como alicerce em que se apóia a integridade da Pátria.

RESUMO: O problema que o autor trata na tese é a educação do povo brasileiro. Acredita que o engrandecimento e o progresso de uma nação está na razão direta da sua situação econômica (produção e exportação). Segundo as palavras do autor, somos o país mais rico do mundo, poderíamos impor os nossos produtos e ditar leis às nações e isto, infelizmente, não acontece, porque ainda não compreendemos que o fator econômico, para ser bem regulado, é necessário que se subordine ao fator moral.

Imigrantes que aqui chegam representariam o perigo de desagregação nacional, acreditando o autor ser esse um problema de grande alcance social. Assim, sugere oito (8) idéias aos participantes da Conferência Nacional para defesa e garantia da nacionalização do ensino primário e, conseqüentemente, para garantia da alfabetização dos imigrantes e do povo brasileiro. A seguir um resumo dessas idéias:

1. Propaganda da educação entre os imigrantes, facilitando a criação de escolas;
2. Deixar a critério do professor o programa e o horário mais de acordo com as possibilidades do ensino local;
3. A inspeção escolar como necessidade urgente;

4. Fundação dos serviços profiláticos, com a inspeção médica nas escolas dos colonos (imigrantes);

5. Fechamento de escolas dirigidas por professores estrangeiros, consideradas nocivas para a unidade nacional;

6. Reforma dos livros didáticos;

7. Considerando que a educação cívica é o alicerce em que se apóia a integridade da pátria, propõe que o professor envide os maiores esforços, promovendo festas públicas de cunho patriótico; fazendo preleções nos feriados alusivos à data; explicando, três vezes por semana, o livro do primoroso escritor nacional Coelho Neto, intitulado *Breviário Cívico*;

8. Preencher as vagas de professores das escolas existentes nas colônias emancipadas pelo governo federal e que sejam essas escolas entregues à direção dos respectivos estados.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº33

TÍTULO DA TESE: O ENSINO OBRIGATÓRIO E O CIVISMO NAS ESCOLAS

AUTOR: Maria dos Anjos Bittencourt

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: BITTENCOURT, Maria do Anjos. O ensino obrigatório e o civismo na escola. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.191-194.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Primário, Instrução, Civismo.

CONTEÚDO:

- Obrigatoriedade do ensino primário;
- A perfeição moral e intelectual por meio da instrução;
- A necessidade de persuasão dos pais da vantagem da educação primária para os seus filhos;
- Os problemas gerados pela absoluta falta de civismo;
- A obrigatoriedade da educação cívica nas escolas primárias.

RESUMO: A autora acredita que é necessário tornar obrigatório o ensino primário, dada a incalculável influência que a instrução exerce em cada povo. Parte da constatação de que a instrução primária tem sido completamente negligenciada pelos pais, que preferem para seus filhos outros misteres. Destaca que infelizmente, muitas pessoas ainda não compreenderam perfeitamente o que representa a instrução para a coletividade dos povos, esquecendo que a instrução prepara o terreno que nos conduzirá ao auge da perfeição moral e intelectual. É preciso incutir no espírito dos pais a vantagem extraordinária de mandar educar seus filhos, a fim de que se tornarem dignos cidadãos brasileiros.

A autora se refere à absoluta falta de civismo na sociedade, destacando que até mesmo o professor ignora o que seja civismo. Ignora que o civismo prepara a criança para ser o futuro patriota capaz de, em cumprimento de um dever sagrado, amar, venerar e até mesmo sacrificar a sua própria vida pela terra natal. A educação cívica deve ser considerada obrigatória em todas as escolas primárias do Brasil.

Maria Bittencourt esclarece o que deve ser essa educação cívica sob o aspecto teórico: ela consiste em certas leis preestabelecidas e que têm por fim dar um caráter, uma orientação a cada indivíduo. O civismo é, em sua concepção, inerente à alma humana. O acatamento às leis e autoridades e a obrigação que temos de respeitar os nossos superiores são noções que a escola deve ministrar, a fim de podermos cooperar eficazmente para o grande ideal: o progresso de nosso país.

É então desde a escola primária que o professor tem o dever de incutir na mente da criança o amor à Pátria, dar-lhe a exata compreensão de seus nobres ideais, explicar-lhe o Hino Nacional, a Constituição Brasileira, a nossa Bandeira, em suma tudo o que possa despertar-lhe o interesse e o sentimento pátrio. "*Tornar obrigatório o ensino primário e ampliar o civismo nas escolas são as bases primordiais sobre que deve assentar o gigantesco edifício da instrução pública*".

OBSERVAÇÕES: É uma das poucas teses em que a autora se apresenta no início do trabalho. Maria dos Anjos Bittencourt foi Professora do Grupo Escolar Telêmaco Borba – Tibagi, PR, e tinha seis anos de exercício no magistério público quando escreveu a tese.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº37

TÍTULO DA TESE: DISCIPLINA ESCOLAR

AUTOR: Roberto Emilio Mongruel

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MONGRUEL, Roberto Emilio. Disciplina escolar. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.203-206.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Disciplina, Ordem, Ensino.

CONTEÚDO:

- Disciplina escolar vista como ordem;
- Disciplina como resultado da estima e do afeto recíproco entre alunos e professor;
- A importância dos conselhos em lugar dos castigos;
- O ensino interessante e atraente;
- Escola como irradiadora de sentimentos puros, de bons costumes e de patriotismo.

RESUMO: A disciplina escolar representa, antes de tudo, a ordem. Para Roberto Mongruel, esta é a base sobre a qual repousa a boa organização das escolas e o progresso de uma nação. A disciplina escolar abrange todos os elementos constitutivos da organização pedagógica das escolas, desde a classificação dos alunos, a regulamentação das horas e dos trabalhos, os métodos de ensino, o comportamento e a higiene dos alunos, até as relações íntimas que despertam entre eles e o entendimento estreito que deve existir entre a escola e o lar. O conceito de disciplina visa não só ao governo da escola, dos escolares e do professor, como também preparar esses pequeninos seres em formação para mais tarde compreenderem e se habituarem à obediência às leis da sociedade e do Estado, dispondo-os ao governo consciente de si próprios, que é o objetivo final para que tende toda a obra educativa.
Para o autor, a punição é um contra-senso. Não é pelo regime das punições violentas que poderemos dominar a criança. "*Sob o ponto de vista psíquico, a punição é uma violação da personalidade da criança; destrói a sensibilidade, avilta-lhe o caráter; enfraquece-lhe a confiança em si próprio, habituando-a à submissão passiva, a hipocrisia*" (p. 204).
Deve o professor, nos erros e nos defeitos ou nos descuidos manifestados pelos alunos no estudo, ser o mais tolerante possível, vendo com paciência os desatinos que praticarem e procurando pela persuasão tirá-los de seus erros, obtendo assim a boa vontade e a admiração dos mesmos, sugestionando-os e solidificando a sua autoridade moral.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº38

TÍTULO DA TESE: A UNIFORMIZAÇÃO DOS PROGRAMAS EM SEUS PONTOS GERAIS, CONTRIBUINDO PARA A UNIFICAÇÃO NACIONAL E ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS

AUTOR: Myriam de Souza

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: SOUZA, Myriam de. A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do País. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.206-211.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Unidade Nacional, Professor, Escola

CONTEÚDO:

- A diversidade de programas oficiais no País como um grande e sério obstáculo à unificação nacional;
- A uniformização do ensino como necessária para o engrandecimento da pátria;
- A escola e o professor como os grandes fatores na vida de uma nação;
- A nacionalidade do ensino.

RESUMO: Segundo a autora, pensar na unidade nacional é muito importante para que o Brasil não tenha retardamento do progresso intelectual e moral do povo. A autora acredita que a diversidade de programas oficiais em vigor no País constitua um grande e sério obstáculo à unificação. Considerando os primeiros estímulos morais e cívicos como os que mais duram na vida humana, julga necessário que, em todas as crianças brasileiras, sejam de uma mesma natureza, para congraçá-las e unificá-las nos mesmos pensamentos e impressões. "*Serão no futuro irmãos verdadeiros, pelo coração, pelo conhecimento das tradições da Pátria, pelas mesmas virtudes cívicas, sob cuja influência hão de realizar o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico do nosso povo, o progresso de nossas indústrias, das artes e das ciências*" (p. 209).

Considera, também, a escola como o grande fator da nacionalidade visando uma educação nacional, não satisfazendo apenas a uma cidade ou estado, mas sim toda a nação. Devem os professores, dos diversos estados brasileiros, comungar nos mesmos princípios de educação, nos mesmos sentimentos, nos mesmos ideais para que o ensino consiga o aperfeiçoamento do nosso povo.

A autora crê que a Geografia, a História Pátria, a nossa língua e o estudo das nossas plantas e dos nossos produtos constituem meios eficazes no aperfeiçoamento e

unificação do nosso povo; e por essa razão deve o quanto possível este ensino assemelhar-se em seus pontos gerais em todas as escolas brasileiras. Considera ainda que uma das maiores necessidades para a nação é a uniformização do ensino do nosso idioma para alcançarmos a Unidade Nacional. Outra elemento de grande valor neste assunto deve ser a uniformização do ensino normal: formar professores é preparar para uma grande obra no pais.

O ensino da Lingua Portuguesa, da Geografia, da História Pátria e o conhecimento dos diversos produtos e riquezas do solo brasileiro devem oferecer na escola primária, segundo a autora, os pontos básicos na instrução e edificação do povo, porque somente conhecendo as riquezas e as necessidades é que a criança poderá amar o Brasil e procurar com o seu esforço, no futuro, realizar a grandeza do país.

"*O ensino deve ser nacional. Preparar a criança para o Brasil e não para este ou aquele estado, pois somos brasileiros e, como tal, cumpre-nos o dever sagrado de zelar pela integridade nacional*" (p. 210).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº43

TÍTULO DA TESE: SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA MORAL

AUTOR: Fernando Luis Osorio

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: OSORIO, Fernando Luis. Sobre a Unidade Nacional: pela cultura literária, pela cultura civica e pela cultura moral. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 250-265.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Unidade Nacional, Moral, Cultura.

CONTEÚDO:

- A unidade nacional como fator principal para o progresso do Brasil;
- A educação como a mais bela das causas nacionais;
- A necessidade dos fundamentos morais para a realização da missão cultural;

RESUMO: O autor inicia suas reflexões propondo algumas questões: quais os fins culturais do Brasil? Do que resultará, pela cultura, a unidade nacional? O que devemos fazer, fortalecendo o quadro da nação, pela elevação da mentalidade brasileira?

Ele considera que se o Brasil se basear na difusão das luzes e da moral ficará longe do "perigo brasileiro", visto como o depauperamento do caráter e o definhamento do patriotismo consciente. Assim, apresenta algumas proposições para melhorar o futuro do Brasil por meio da criação de 11 órgãos, com vistas a atingir uma unidade nacional. Esses órgãos têm a finalidade de constituir uma unidade nacional, assim o país atingirá a harmonia funcional da inteligência criadora e da cultura educadora no Brasil, dentro do regime que é o da máxima descentralização com a mais forte unidade política. Os órgãos propostos pelo autor são:

1. O Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna;
2. O Ministério da Educação Nacional;
3. A Federação do Magistério Nacional;
4. A Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais;
5. A Federação da Mocidade Nacional;

6. A criação das Cadeiras de Sociologia Geral e Brasileira, de Política Científica e Direito Nacional nas Escolas de Direito;

7. A formação e ação do Sacerdócio Nacional;

8. A Federação das Associações da Imprensa Nacional;

9. A difusão de Escolas Normais para o preparo do professor;

10. A organização das elites, dos quadros nacionais;

11. A Aliança das Mães Brasileiras.

Através destes órgãos e de seus respectivos funcionamentos, Fernando Luis Osório acredita estar fortalecendo a unidade da Pátria, pela elevação da mentalidade brasileira.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº44

TÍTULO DA TESE: A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA, PELA CULTURA MORAL

AUTOR: Isabel Jacobina Lacombe

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LACOMBE, Isabel Jacobina. A Unidade Nacional: Pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 265-267.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Moral, Cultura, Unidade Nacional.

CONTEÚDO:

- O dever cívico e a formação moral;
- O sonho de uma comunhão nacional;
- A cultura como elemento essencial para a manutenção da coesão nacional.

RESUMO: Para a autora, o título dessa tese deveria ser apenas "A Unidade Brasileira pela Cultura Moral", porque o dever cívico decorreria naturalmente da formação moral, e a literatura seria então o repositório de informação, manifestações, modalidades dessa mentalidade brasileira.

A unidade política, como orgulho para o espírito nacional, traz constantes preocupações para a geração atual. Assim, Isabel Jacobina Lacombe defende que a difusão da cultura visa principalmente, incutir no povo o sentimento de união. E acrescenta dizendo, "*vivemos a achar que o que é nacional não presta. Mas que o brasileiro, quando quer, é capaz. Não se traduzirá nestes dizeres a versatilidade do espírito brasileiro em sua linha geral? Como corrigir tais tendências para desviar os males que inevitavelmente dai hão de nascer, trazendo talvez a desunião? Bastarão conferências, propaganda, cruzadas de civismo? É preciso que o gérmen da moralidade, que o amor à terra, que o sonho de comunhão nacional, que a prática sincera e perseverante de sua religião seja tudo instilado no coração inocente do pequenino brasileiro. Assim, quando a criança despertar para a vida já trará nas veias da alma o influxo vivificador do patriotismo são*" (p. 267).

Considera, que a escola completará o trabalho do lar. À mestra cabe continuar a tarefa da mãe, cultivando com carinho a semente trazida no coração da criança. Em suma, a cultura, iniciada no lar, completada na escola, coroada pela comunhão de sentimentos incutidos pelas obras literárias fartamente divulgadas por todo o território, com a facilidade atual da radiotelefonia, sintetiza, as condições primordiais imediatas, essenciais para a manutenção da extraordinária força da coesão nacional.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº45

TÍTULO DA TESE: SOBRE UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

AUTOR: Ferdinando Laboriau

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LABORIAU, Ferdinando. Sobre um ministério da educação nacional. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.267-276.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Unidade Nacional, Ministério.

CONTEÚDO:

- Ministério da Educação Nacional como coordenador e organizador do ensino brasileiro;
- O papel de um plano nacional de educação na manutenção da unidade nacional;
- A importância da formação dos professores;
- Escolas Normais Superiores;
- O problema da Educação Nacional como o de maior importância para o Brasil.

RESUMO: Ferdinando Laboriau indaga: Para que um ministério da Educação Nacional? Para coordenar, sistematicamente, os esforços em matéria de educação e organizar o ensino, por meio de um plano nacional de educação, estreitar os laços que determinam a unidade pátria e impulsionar a obra educativa por todo o Brasil, com a visão do problema em conjunto.

Com que fim um Ministério da Educação Nacional? Com o fim de manter a unidade pátria, por meio de um plano nacional de educação. De todos os magnos problemas nacionais, o da educação é, sem dúvida, o de maior alcance, porque é pela educação que se formará a nacionalidade brasileira, atualmente ainda imprecisa e que é mais um aglomerado heterogêneo do que um todo harmônico. Reside na educação nacional o fator máximo da unidade nacional, uma das questões mais graves para o nosso país e com que pouca gente se preocupa, apesar das tendências separatistas cada vez mais acentuadas. Para manter a unidade nacional, nada haverá mais eficaz do que criar uma verdadeira unidade, com um plano nacional de educação. Paralelamente ao ensino primário, ao ensino normal e ao ensino normal superior, torna-se indispensável, para que a educação nacional seja uma realidade eficiente, cuidar do ensino profissional elementar, do ensino profissional médio e do ensino normal profissional.

Por que um Ministério da Educação Nacional? Porque, em matéria de educação, o que temos pelo Brasil adentro é uma colcha de retalhos, e urge impulsionar a obra educativa

com a visão do problema em conjunto. Todas as subdivisões do ensino exigirão, para ter plena eficiência, uma organização que muito melhor ficará, se constituir um ministério independente: O Ministério da Educação Nacional. Este ministério seria um aparelhamento indispensável para que não se dispersassem esforços no sentido de imprimir à tarefa eminentemente criadora da educação um caráter nacional.

Pela unidade nacional, o problema da educação precisa ser orientado de modo uno, por toda vastidão territorial do Brasil, e só o governo federal poderá fazê-lo. A solução completa da questão exige a criação de um ministério dotado de recursos suficientes, que estabeleça com os diversos estados e municípios do Brasil os entendimentos que se impõem, pela unidade nacional.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº46

TÍTULO DA TESE: O ESCOTISMO E A UNIDADE NACIONAL

AUTOR: Victor Lacombe e Americo L. Jacobina Lacombe

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LACOMBE, Victor e LACOMBE, Américo L. Jacobina. O escotismo e a Unidade Nacional. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 276-278.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Escotismo, Educação, Unidade Nacional.

CONTEÚDO:

- O escotismo como complemento à instrução escolar;
- A prática das virtudes cívico-morais pelos escoteiros;
- O estudo da nacionalidade do escotismo e o seu grande alcance para a unidade nacional.

RESUMO: Para Victor e Américo Lacombe o escotismo é um complemento à instrução escolar que tem como fundamento a organização em patrulhas (grupos de meninos que trabalham sob a direção de um chefe-monitor), que tem por fim estabelecer o equilíbrio na educação da mocidade, aliando à instrução propriamente dita ministrada na escola:

a) a prática das virtudes cívico-morais (Código do escoteiro, prática da boa ação diária, sentimento de honra, proteção aos fracos, lealdade, otimismo, urbanidade, cavalheirismo, cortesia, etc.);

b) a educação física e esportiva racional, adaptada ás condições de cada um com o fim de despertar o amor à natureza;

c) a educação da observação, da iniciativa, da habilidade manual, por meio das provas necessárias para a passagem das diversas classes a que correspondem os distintivos.

Para os autores, o escotismo não é uma organização de grupos de ginástica. O escotismo deveria ser sábio e criteriosamente difundido pelo país, uma vez que se constitui em mais uma arma eficientíssima para manter e aumentar a força de coesão nacional. Assim, seria altamente recomendável a instituição do escotismo nas escolas do Brasil. É de grande alcance para a unidade nacional o estudo da nacionalização do escotismo, isto é, a introdução da história, da tradição, da natureza, dos cânticos e dos costumes brasileiros.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº48

TÍTULO DA TESE: O QUE SE PODERÁ ESPERAR DA EDUCAÇÃO ESCOTEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL

AUTOR: Altamiro Nunes Pereira

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PEREIRA, Altamiro Nunes. O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 286-292.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Instrução Moral, Educação, Progresso.

CONTEÚDO:

- A preparação das crianças para o engrandecimento pátrio;
- A educação moral e cívica limitada na instrução primária;
- Educação escoteira nas escolas como solução para o engrandecimento da nacionalidade.

RESUMO: Sobre a instrução primária no Brasil, Altamiro Nunes Pereira acredita que esta é, na maioria das vezes, apenas intelectual. Mas, às vezes, os programas estabelecem determinados minutos para as instruções cívica, moral e física. O autor diz que a solução para o Brasil é a educação escoteira. Mas a instrução cívica simplifica-se, atingindo apenas o conhecimento de hinos meramente decorados, sem uma exposição sucinta dos termos léxicos que fazem seus enredos, constituindo-os. O campo de aprendizagem nessa instrução fica limitado, não se conseguindo dar às crianças a noção da alta finalidade cívica que deveria compreender a instrução cuidadosa. "*A instrução moral reside nas entrelinhas dos autores adotados, ao critério didático de cada um deles, restando à criança a convicção que por si mesma venha a adquirir. Essa aprendizagem não impressiona os reflexos, pois se faz às pressas, papagaiando os textos*" (p. 289).
Considera que as crianças, conhecendo de perto as interessantes operações industriais, estimulando-as no gosto pela indústria oleira, no prazer pelos trabalhos agronômicos, no interesse pelos trabalhos de fundição, etc., teriam assim oportunidade de suprir as falhas de uma educação meramente teórica. Preparar-se-ia dessa forma o homem de amanhã, o qual tornar-se-ia fugidio às divagações da abstração, para colocar-se em oficinas, em campos de criação ou de cultura, etc. A providência parece, por isso, que se impõe não só às organizações escoteiras, como aos colégios primários ou secundários. Essa é a educação escoteira de que muito se pode esperar para o Brasil do futuro. Disso, há de decorrer o engrandecimento da nacionalidade através da preparação moral, intelectual, cívica e física do escoteirismo.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº50

TÍTULO DA TESE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO

AUTOR: Sara Machado Busse

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: BUSSE, Sara Machado. Considerações sobre o ensino. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.295-306.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Instrução, Moral.

CONTEÚDO:

- A escola é o professor;
- O conhecimento da língua materna como elementar;
- Educação moral na escola.

RESUMO: "*A escola é o professor*". A autora proclama essa frase verdadeira, quer quanto aos vários e inúmeros métodos de ensino, quer quanto à capacidade, poder de assimilação e intuição dos processos para abrir as portas do entendimento de cada aluno.Uma linguagem correta, abundante, animada, é de incalculável força e ensiná-la constitui um dos principais deveres do mestre, tanto do elementar como do médio e do superior. A linguagem não é só o meio de educação entre os homens: é a educadora do gênero humano.

Admite que a idade de se ensinar a gramática deve ser mais na puberdade. A gramática é mais árida que a aritmética; exige mais madureza de espírito. "*Deve comparar-se a gramática as primeira noções de álgebra. Na escola Normal e na Universidade é que cumpriria ensinar o aspecto filosófico da língua. A ciência lexicológica só nas escolas de segundo grau deve ser estudada: o aluno até 14 ou 16 anos é incapaz de compreender as teorias gramaticais*" (p.301).

A autora faz uma comparação do Brasil com os Estados Unidos no sentido da democracia do saber: nos Estados Unidos, a administração escolar estabeleceu o regime de correspondência, no sentido de cultivar vínculos de amizade e entreter conhecimento entre as diferentes categorias de escolas públicas e particulares, entre as diversas seções do país, como também no sentido de favorecer a cooperação recíproca dos diretores, presidentes do Conselho de Educação. Enfim, procura realizar tudo em benefício do povo, por isso mesmo a democracia do saber, que abrange homens e mulheres que vivem em todo o seu vasto território.

Para a autora, o Brasil tem sofrido, demasiadamente, as conseqüências de uma mocidade improdutiva, que não quer trabalhar ou que não sabe o que fazer. Acredita que não devemos retardar por mais tempo uma necessária reação. "*Cuida-se esmeradamente da instrução e muito pouco ou muito por alto da educação do caráter, da educação do sentimento, da moral cívica, da moral social, da moral privada - na família e no indivíduo*" (p.306).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº52

TÍTULO DA TESE: UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA PEDAGÓGICA – A UNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NACIONAL

AUTOR: Nestor dos Santos Lima

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LIMA, Nestor dos Santos. Unidade Nacional pela cultura pedagógica – a unificação do magistério nacional. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.311-314.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Unificação, Educação Nacional, Magistério.

CONTEÚDO:

- Unificação do magistério nacional como fator relevante para a unidade nacional;

RESUMO: Um dos aspectos mais relevantes da unidade nacional, para o autor desta tese, consiste na questão da unificação do magistério primário nacional, isto é, o reconhecimento reciproco da validade dos diplomas conferidos pelas escolas normais de uns estados no sistema orgânico de ensino. Neste sentido, Nestor dos Santos Lima se convenceu da necessidade de um trabalho de unificação do magistério nacional, integrando-o na generalidade do problema para cuja solução todos devem colaborar: a educação nacional.

Considera que a república, feita para o povo e não pelo povo, prometeu melhorar a sorte do ensino, mas nada fez de útil até agora. Se os estados em que ficaram transformadas as antigas províncias, não têm feito alguma coisa em prol do ensino nacional com maior vulto e proveito, é porque nem todos eles dispõem dos recursos apropriados ao desejo e, na maioria dos casos, porque os responsáveis pelos seus destinos cuidam melhor de política e de interesses mais restritos do que da grande causa nacional.

Para o autor, o professor diplomado no estado A pode ter função oficial no estado B e pertencer ao corpo dos docentes oficiais, se for aprovado em prova de suficiência pedagógica perante a escola normal ou uma comissão especial designada pelo governo do estado solicitado.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº54

TÍTULO DA TESE: A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA; PELA CULTURA CÍVICA; PELA CULTURA MORAL

AUTOR: Manoel Pedro de Macedo

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MACEDO, Manoel Pedro. A unidade Nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura moral. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 317-322.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Moral, Instrução.

CONTEÚDO:

- A instrução do povo como um dos maiores problemas da nação;
- Instrução como emancipação intelectual e política;
- Cultura literária, cívica e moral.

RESUMO: Essa tese gira em torno de três questões: a cultura literária, a cívica e a moral. Segundo alguns psicólogos em que o autor se apóia, o saber é independente da moral, porque muitas pessoas são cultas, porém completamente destituídas de moralidade, e vice-versa. Mas para o autor da tese não se pode aderir ao exagerado conceito de que a instrução seja o único conceito de educar, ou seja, que o saber seja exclusivamente teórico e utilitário. O saber, mesmo que não crie moralidade e virtude em ninguém, como exemplificam os grandes gênios, tem, todavia, o dom de esclarecer e determinar o porquê da boa conduta. Deve-se, então, incorporar no problema educacional esses dois elementos que o integram: moral e instrução.
Considera a cultura cívica a primeira condição da respeitabilidade de um país é a sua força moral e física. A educação cívica é o adestramento nas armas e o amor às coisas nacionais. Todas as pessoas devem ser bons cidadãos e devem ter muita fé nos destinos da pátria, trabalhando todas para o mesmo ideal. Quanto à cultura moral, o autor diz que a perfeita educação se alicerça na teoria e prática do bem, na pesquisa da verdade e na vontade de agir. A moral determina a finalidade de todas as ações humanas. Todo indivíduo, ao nascer, é mais ou menos aquilo que a sua organização lhe ordena. É extremamente egoísta e julga tudo pelas aparências. "*Com o andar dos anos, o consciente vai predominando sobre o inconsciente, e as leis do atavismo vão pautando os seus atos. É justamente neste período do desenvolvimento mental e físico que a criança se impressiona com o que a rodeia - e imita. Nesta fase, a sua renovação e aperfeiçoamento dependem dos sãos princípios em que ela for se inspirando. Não tendo ainda hábitos, assimilará com facilidade os primeiros que adquirir, sem muito esforço. Educado no caminho do bem e do justo, ele será um pai exemplar, um marido estimado pela esposa e um cidadão correto que eleva a sociedade e lhe aumenta o patriotismo moral*" (p.320).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE N"69

TÍTULO DA TESE: A UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA MORAL: EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO MELHOR MEIO DE NACIONALIZAR A INFÂNCIA

AUTOR: Roberto de Almeida Cunha

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: CUNHA, Roberto de Almeida. A Unidade Nacional pela cultura moral: educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.407-409.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Educação religiosa, Unidade Nacional, Moral.

CONTEÚDO:

- A unidade da educação religiosa;
- A educação pelo caráter para alcançar uma coletividade homogênea;
- A educação moral comporta o auxílio cívico e religioso;
- O alicerce religioso como fundamento do edifício nacional.

RESUMO: Para o autor, a sociedade anda esquecida da lição suprema da História, temos nos agarrado ao laicismo do ensino primário, conduzindo virtualmente as crianças para o dispersivo e desnacionalizante indiferentismo religioso. Haverá educação moral sem religião? Indaga o autor e completa: ao Estado cabe a educação da infância; da educação é parte primordial o sentimento religioso. Ao Estado cabe orientar o ensino religioso, se for preencher o seu papel de educador.

Cumpre unificar a educação religiosa para alcançar a consolidação da unidade da Pátria. E termina a tese dizendo que, ministrada a educação primeira no sentido da moral e da religião, o adolescente se afastará da desunião. Façamos o Brasil uno, preparando em diretrizes seguras os brasileiros de amanhã.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº72

TÍTULO DA TESE: A EDUCAÇÃO MORAL DOS ESCOLARES COM BASE NO SENTIMENTO

AUTOR: J. A de Matos Pimenta

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PIMENTA, J. A. de Matos. A educação moral dos escolares com base no sentimento. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.419-425.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Moral, Sentimento, Educação.

CONTEÚDO:

- A educação moral dos escolares;
- O sentimento como capaz de lançar e fazer as sementes do bem;
- A moral como prática das virtudes fundamentais;
- O processo educativo dos escolares.

RESUMO: Segundo o autor da tese, uma das grandes causas de fraqueza dos povos latinos provém do fato de suas universidades cuidarem muito da instrução científica e quase nada das qualidades de caráter que fazem o valor do homem na vida. Os dogmas das religiões, as demonstrações a ciência e os raciocínios da filosofia não conseguiram modificar profundamente o homem. Basta uma simples arranhadura no nosso verniz de homem civilizado para que se descubra logo o velho homem feroz das cavernas. O autor acredita ser a moral a base sólida do sentimento, habituado-o ao bem, despertando-o no coração dos homens.

Por toda parte e em todas as ocasiões, devemos nos esforçar por substituir o mais possível os meios coercitivos e deprimentes do castigo pelo processo livre e estimulante da recompensa. Daí a instituição dos prêmios como processo educativo dos escolares.

A natureza da recompensa é essencial na formação do caráter. Despertar no sentimento suas energias sadias, orientadas para o bem, eis o trabalho da educação. Para criarmos bons hábitos morais nos escolares, para educá-los, enfim, devemos atender a quatro princípios:

1) Suprimir todas as ações sobre a sensibilidade física, quer sejam castigos corporais, quer sejam recompensas materiais;
2) Procurar agir sempre sobre a sensibilidade moral;
3) Render sempre maior homenagem aos que revelam virtudes morais, mostrando que a virtude vale mais do que a instrução;
4) Estimular o espírito de fraternidade, cooperação e solidariedade.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº73

TÍTULO DA TESE: FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO

AUTOR: Lucia V. Dechandt

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: DECHANDT, Lucia V. Formação do caráter do povo brasileiro. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. / *Conferência Nacional de Educação*. Brasilia: INEP, 1997, p.425-428.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Caráter, Moral, Escola.

CONTEÚDO:

- Grandeza do nosso povo, o aperfeiçoamento do seu caráter e da moral;
- É no caráter do povo que está a grandeza da Pátria;
- A escola e o lar como os formadores do caráter das crianças.

RESUMO: Um dos principais fatores para grandeza do nosso povo e do Brasil, segundo o autor, deve ser o aperfeiçoamento moral do mesmo, a formação e o aperfeiçoamento do seu caráter. De nenhum proveito será para um país toda a grandeza territorial, pujança de seu solo, riqueza da sua fauna e flora e indústria de seus filhos, se os seus legítimos representantes forem individuos de capacidade moral baixa, homens sem caráter. De acordo com a autora, é no povo que está a grandeza da Pátria, porque o homem é a mais perfeita obra de Deus. Sendo o caráter o reflexo da alma do individuo, a sua ordem moral, as qualidades próprias e atinentes a cada pessoa, é preciso que se dê à sua cultura a máxima atenção, procurando-se os meios mais próprios para se alcançar o maior proveito; este deve ser o maior empenho do professor brasileiro para a grandeza de nossa pátria.

É no caráter do povo que está a grandeza da Nação; cumpre aperfeiçoar, aprimorar e enriquecer de virtudes os filhos desse povo. A escola e o lar são os formadores do caráter das crianças; quando neste a educação for incompleta, é preciso que aquela reforme a obra do segundo e complete o aperfeiçoamento para que o pequeno ser não seja um defeituoso moral. O destino da criança está confiado à mãe e ao mestre, precisando este do apoio dos governos para conseguir a transformação que a escola exige.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº86

TÍTULO DA TESE: A UNIDADE DA PÁTRIA PELA CULTURA MORAL

AUTOR: Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: ALBUQUERQUE, V. C. Cavalcanti de. A unidade da Pátria pela cultura moral. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.528-532.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Pátria, Homem, Moral.

CONTEÚDO:

- O sentimento de pátria como não universal;
- O princípio da moral se encontra no homem;
- No Brasil, a unidade da pátria depende da moral das classes superiores;
- A unidade moral pelo exemplo.

RESUMO: O sentimento de pátria não é, segundo Antonio Cavalcanti de Albuquerque, sentimento que se possa generalizar, uniformizar e transformar num sentimento universal, porque ele se origina nas relações íntimas que existem entre as noções materiais referentes à terra ou país, habitado pelo mesmo povo que fala a mesma língua, e as noções morais espirituais que se prendem à sua história e religião, às suas leis e tradições, aos seus usos e costumes. Isso torna-se uma questão de Antropogeografia: as características geográficas trabalhando o homem, e o homem, por sua vez, vencendo e trabalhando as características geográficas. É dessa luta constante que surgem os usos e costumes, as tradições e as leis... principais barreiras à universalização do sentimento de pátria. Assim o autor conclui dizendo que o sentimento de pátria não se pode universalizar, ele reproduz a alma de cada povo, inconfundivelmente, tornando-se um privilégio de cada Nação.

Quanto à discussão sobre a cultura moral, o autor faz a seguinte indagação: A Paz Universal será garantida pela uniformização da cultura moral de todas as classes em que se dividem os homens, desse modo, qual será esta moral que precisa ser a mesma nos atos da criança, do magistrado, do operário e do cientista? O princípio em que se baseia a moral não vai buscar nas enganadoras teorias científicas modernas o alimento necessário ao seu desenvolvimento; encontra-se no próprio homem, no mistério de sua origem, na sua razão de ser, no mistério da finalidade das coisas. Não é simplesmente por viver o homem em sociedade que surge a noção do bem, porque o bem deve ser feito; e a noção do dever, porque o dever deve ser cumprido. Não: o princípio moral faz parte da natureza íntima do homem, e é por isso que a "*educação da vontade para o exercício da moral só nele reconhecemos possível*". A fórmula do bem pelo bem, o

dever pelo dever, a moral pela moral seria sem significação se o homem não possuisse, no seu modo de ser, algo que, bem orientado, tivesse a capacidade de fazer o bem e cumprir o dever.

O autor acredita que no Brasil, por não possuirmos uma consciência nacional geral, a unidade da pátria só depende da moral das classes superiores. A unidade moral, garantindo a unidade da pátria, só depende dos exemplos de dedicação e patriotismo fornecidos às novas gerações. Esses exemplos têm que ser dados pelos professores das escolas primárias e superiores, pelos que governam, pelos que aplicam a justiça, pelos que administram os dinheiros públicos e pelos que zelam pela defesa da Nação.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº87

TÍTULO DA TESE: O ENSINO DA MORAL E DO CIVISMO

AUTOR: Nelson Mendes

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MENDES, Nelson. O ensino da moral e do civismo. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.532-540.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Moral, Caráter.

CONTEÚDO:

- Educação como remédio para o grande mal que infelicita a nossa nacionalidade em formação;
- A instrução como insuficiente para a formação do caráter;
- A formação do caráter pela educação moral e cívica;
- O professor como exemplo de boa moralidade.

RESUMO: Muitas pessoas vêem na educação o único remédio para o grande mal que infelicita a nossa nacionalidade em formação. A educação é magno problema, é o grande problema insolúvel que reclama as atenções dos governos e que deve, antes de tudo, ser atacado. Pela educação, propriamente dita, porém, nada se faz. É verdade que instruir é, até certo ponto, educar; porém, a instrução não basta para a formação do caráter e, até hoje, só a inteligência tem preocupado aqueles que têm a seu cargo a solução do grande problema da educação. Há alguns anos, de acordo com Nelson Mendes, foram incluídos nos programas das escolas os ensinamentos de moral e civismo. Esses programas, porém, são deficientíssimos, e a sua processuação, dificílima; e esta, dependendo mais do critério do professor, muito deixa a desejar.

Segundo o autor, não queremos para o ensino outra finalidade, senão a formação do caráter pela educação moral e cívica. Para tal conseguir, é mister colocar em primeiro lugar nos programas estas duas disciplinas, que devem ser ministradas, diariamente, em aula especial, durante maior lapso de tempo do que o das outras matérias.

O professor deve ser um exemplo completo de qualidades de boa moralidade. Nunca se deve esquecer de que as crianças tendem a fazer o que o professor faz e não o que o professor diz; portanto, mais do que pregar, deve o professor praticar, a todo instante, atos de perfeita moralidade. Quando o professor assume uma cadeira deve primeiro dispor-se a cumprir os seus deveres para com os seus superiores, para com os pais dos seus alunos, para com estes, para consigo mesmo e para com a pátria.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº89

TÍTULO DA TESE: A EDUCAÇÃO MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA

AUTOR: Palmyra Bompeixe de Mello

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MELLO, Palmyra Bompeixe. A educação moral na escola primária. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.542-545.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Moral, Escola Primária, Educação.

CONTEÚDO:

- A educação moral como base da formação do caráter do indivíduo;
- A moral como ciência;
- A instrução sem educação nada vale;
- A educação moral como engrandecimento da Pátria.

RESUMO: Moral, ciência das ciências, como disse um grande filósofo. Todos os preceitos desta ciência se resumem nos dez mandamentos da lei de Deus. A autora diz que a educação moral é a base da formação do caráter do indivíduo, e seus inúmeros efeitos se refletem no lar e na sociedade. Sendo as crianças de hoje o futuro esteio da Nação, sendo as crianças de hoje toda a nossa esperança de amanhã, devemos prepará-las física, intelectual e, sobretudo, moralmente, para que um dia, unidas, formem o mais sólido alicerce de um povo que se quer impor pelo desenvolvimento das ciências, letras, artes e bons sentimentos.

A escola primária é o primeiro degrau por onde o homem ascende a todas as aspirações sociais, e é, então, dever sagrado dos professores preparar, desde cedo, o caráter das crianças, infundindo-lhes uma educação moral eficiente, baseada nos princípios dos grandes educadores. Mas, se houver força de vontade do professor e se refletir que as crianças que vão à escola não necessitam exclusivamente de colher ensinamentos de outras ciências e artes, encontrará ele, em cada ato bom ou mau do aluno, ocasião propícia para uma lição de moral, desenvolvendo naqueles pequeninos seres um caráter forte, tornando-os escultores de sua alma civilizadora da sociedade. Na escola, não deve o professor curar tão somente da instrução; deve levantar um pedestal educativo em que esta assente solidamente. Instrução sem educação nada vale, porém ambas, reunidas, formam um belo conjunto.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº90

TÍTULO DA TESE: A MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA

AUTOR: Annette C. P. Macedo

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MACEDO, Annette C. P. A moral na escola primária. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.545-548.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Moral, Professor, Disciplina Escolar.

CONTEÚDO:

- O ensino da moral na escola primária;
- A disciplina escolar deve ter cunho educativo;
- A mulher como melhor educadora no lar e na escola.

RESUMO: A velha concepção segundo a qual a escola tinha unicamente, ou principalmente, a missão de instruir foi substituída pela que a considera ministra da educação, não sendo a instrução senão meio de educar. Para a autora seria ridículo suscitar a questão se a moral deve ou não ser ensinada na escola primária, pois o ensino da moral é toda a educação, é toda a formação do caráter. Começa ministrado pelos pais, e principalmente pela mãe, no lar.

O ensino da moral na escola primária é ministrado por meios diretos ou indiretos. Acompanha todos os passos dos trabalhos escolares no exemplo do mestre, na sua ação dirigente e vigilante, na ordem e disciplina . Envolve-se no assunto das leituras, das cópias, dos ditados, das composições, devendo, quanto possível, entrar nas lições de História e até em cada exemplo de cada fato da linguagem. Na opinião da autora, no lar e na escola primária, a mulher é melhor educadora que o homem; mãe e professora, ela tem a primazia. O professor não é completo se não dispuser da tríplice capacidade física, intelectual e moral: boa saúde, vasto saber e caráter ilibado.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº98

TÍTULO DA TESE: A DIFUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

AUTOR: Alfredo Parodi

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PARODI, Alfredo. A difusão do Ensino Primário no Brasil. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 594-606.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Primário, Progresso, Educação.

CONTEÚDO:

- A difusão do ensino primário no Brasil como esperança de progresso;
- Ao professor cabe ensinar lições de moral e civismo.

RESUMO: O problema da difusão do ensino primário, para o autor, tem sido considerado como insolúvel, pela complexidade das suas aterradoras incógnitas e dúbias relações. Assim, para ele, cumpre ao governo promover, sem perda de tempo, a melhor sorte das massas, principalmente sertanejas, assimilando-as aos verdadeiros progressos da civilização, de conformidade com as novas tendências da educação, para integrá-las definitivamente nas funções da vida laboriosa e evolutiva do organismo nacional. Compete ao governo lançar a primeira semente, despertando a confiança popular, excitando o interesse geral na obra de verdadeira nacionalização e de aproximação das massas sertanejas. O professor rural no Brasil deve ser orientado sob a preocupação de lições intuitivas de moral e civismo. A obra do professor será de uma dupla adaptação, ao ambiente moral e ao ambiente físico, para modificar a ambos em prol da assimilação da raça e da prosperidade da Nação.

O autor cita a experiência do México em relação às escolas rurais. A Secretaria de Educação Pública do México vem desenvolvendo um programa no sentido de "*anular a distância evolutiva que separa os índios, transformando suas mentalidades, tendências e costumes*". Inspirado no exemplo do México, o autor acredita que deveríamos seguir os princípios deste plano aqui no Brasil.

Assim, tendo em vista o plano do México, o autor propõe 11 medidas e as apresenta à Conferência Nacional de Educação como sugestão viável à difusão fácil e rápida do ensino. A seguir algumas dessas medidas:

1. O Estado, com o auxílio dos municípios, mandará construir um edifício escolar com capacidade para o internato de 400 alunos;
2. Serão admitidas à matrícula neste internato crianças de 10 a 14 anos, para estágio mínimo de três anos;

3. Neste espaço escolar, a instrução ficará dividida de acordo com o sexo, com aptidão de cada um, como, por exemplo, os meninos se aplicarão à cultura da terra, e as meninas, os trabalhos domésticos.

OBSERVAÇÕES: O autor traz um quadro demonstrativo do número de professores e de escolas do México para comprovar que este plano realmente deu certo no México, pois em três anos, de 1924 a 1927, o número de professores, de escolas e de matrículas aumentou consideravelmente.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO NÚMERO

DE PROFESSORES E DE ESCOLAS DO MÉXICO:

ANOS	INSPETORES	PROFESSORES	ESCOLAS	MATRÍCULAS
1924	47	1.105	1.044	76.076
1925	65	2.388	1.926	126.850
1926	85	3.000	2.633	183.861
1927	93	3.433	2.952	206.383

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº99

TÍTULO DA TESE: A ESCOLA E A FAMÍLIA

AUTOR: Deodato de Moraes

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MORAES, Deodato. A escola e a família. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p.607-611.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Família, Professor.

CONTEÚDO:

- A cooperação da escola e da família como facilitadora do trabalho do professor;
- Todo ensino deve adaptar-se à necessidades da criança;
- Ao professor cabe o incentivo da cultura física, intelectual e moral nas crianças.

RESUMO: Para Deodato de Moraes, a cooperação da escola e da família vem facilitar o trabalho do professor e resolver o problema da educação social.Assim, acredita que nenhum mestre que ame a sua missão e as crianças que lhe são confiadas, deixará de reconhecer a necessidade de assegurar-se da colaboração da família na obra educativa. É este o motivo por que é necessário que todos os professores vejam os pais, convivam com eles, se interessem pela sua vida e pelo progresso dos seus filhos.

A escola, para o autor, não pode fazer milagres, é necessário que todos se interessem pela educação das crianças e facilitem a sua assiduidade às aulas. Desse modo, a cultura cívica deve tomar lugar relevante nas escolas, o homem necessita de preceitos que orientem as suas múltiplas relações. Daí a necessidade do cumprimento às leis, do pagamento dos impostos, do respeito às autoridades constituídas, da justiça e do direito. Cabe ao professor exercer a sua ação benéfica sobre as crianças, atraí-las para a escola, proporcionar-lhes meios de educação e preservação social, além de exercícios e distrações diversas. Agindo assim, o professor tornará a sua escola um centro de cultura física, intelectual e moral.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE N"103

TÍTULO DA TESE: A UNIÃO E A EDUCAÇÃO NACIONAL

AUTOR: Mario Pinto Serva

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: SERVA, Mario Pinto. A união e a educação nacional. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 642-648.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: União, Educação, Analfabetismo.

CONTEÚDO:

- Combater o analfabetismo para educar o povo;
- O povo inteiro deve receber a mesma educação básica;
- A educação como infra-estrutura da organização coletiva.

RESUMO: A todos por igual a Nação deve procurar dar um corpo são e uma mente sã e culta. Com essa afirmação, o autor acredita que o problema da educação do povo brasileiro é o mais nacional de todos os problemas, é o maior problema da história nacional. É quase o único problema nacional, porque a educação generalizada e ampla resolve todos os demais problemas. É a infra-estrutura da organização coletiva. O autor coloca que, segundo a estatística oficial levantada em 1920, o povo brasileiro se encontrava em condições lastimáveis de educação (ver quadro no item observação), com altas porcentagens de analfabetos. Assim, o autor indaga: pode o governo nacional permanecia indiferente ante a enormidade dessa calamidade, assim constatada oficialmente? O autor traz também uma tabela comparativa entre o analfabetismo em "países civilizados" e em "países atrasados ou coloniais". Assim, conclui dizendo que é preciso conhecer o mal em toda a sua extensão, para adotarmos medidas à altura da situação.

OBSERVAÇÕES:

PORCENTAGEM DE ANALFABETOS NO BRASIL EM 1920

(na tese estão todos os estados do Brasil, p. 643)

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	PORCENTAGEM DE ANALFABETOS
Alagoas	978.748	834.231	85,2
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3

São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82,1
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,2

TABELA COMPARATIVA:

ANALFABETISMO EM PAÍSES CIVILIZADOS E EM PAÍSES ATRASADOS OU COLONIAIS

PAÍSES CIVILIZADOS	PAÍSES ATRASADOS OU COLONIAIS
Inglaterra.....1,8%	Índia.....92,1%
Alemanha.....0,05%	Filipinas.....55,5%
Prússia.....0,02%	Brasil.....75,0%
Estados Unidos.....7,7%	Costa Rica.....80,0%

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº104

TÍTULO DA TESE: A CULTURA COMO FATOR DA UNIDADE NACIONAL

AUTOR: Hermes Lima

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LIMA, Hermes. A cultura como fator da unidade nacional. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 672

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Unidade nacional, Cultura literária.

CONTEÚDO:

- A cultura literária como fator de unidade nacional.

RESUMO: Tese não localizada, foi encontrado apenas o parecer dado pela comissão da Conferência.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº110

TÍTULO DA TESE: A UNIDADE NACIONAL PELA INSTRUÇÃO CÍVICA

AUTOR: Sebastião Pacheco Jordão

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: JORDÃO, Sebastião Pacheco. A unidade Nacional pela instrução cívica. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, p. 674.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Unidade nacional, Instrução cívica, Moral.

CONTEÚDO:

- A unidade nacional pela instrução cívica e moral;
- A unidade nacional pelas tradições nacionais;
- A unidade nacional pela lei.

RESUMO: Tese não localizada, foi encontrado apenas o parecer dado pela comissão da Conferência.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

B) FICHAS DE LEITURA - Tema: "HIGIENE"

TESE Nº1

TÍTULO DA TESE: POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR

AUTOR: Belisario Pena

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PENA, Belisario. Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Educação higiênica, Consciência sanitária, Educação moderna, Hábitos saudáveis.

CONTEÚDO:

- A importância da educação higiênica e eugênica popular;
- Formação da consciência sanitária nacional ;
- A educação moderna deve ser orientada no sentido biopsicossocial;
- Os hábitos saudáveis se adquirem pela ação do exemplo.

RESUMO: A saúde é condição imprescindível de eficiência, de aperfeiçoamento e de rendimento útil de qualquer ser organizado. A imensa maioria da população brasileira desconhece rudimentos de biologia e de higiene, faltando-lhe, assim, capacidade para exercer a finalidade biopsíquica do homem. Dessa incapacidade do povo brasileiro, resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica e uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional. Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de um espírito nacional compenetrado do valor dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, e da sociedade.

OBSERVAÇÕES: Belisario Penna foi eleito presidente da Seção de Educação Higiênica durante a I Conferência Nacional de Educação. Sobre as relações entre as posições defendidas na tese e o desenvolvimento da medicina social no Brasil, consultar: MACHADO, Roberto, et al. *Danação da Norma: Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 18

TÍTULO DA TESE: A HIGIENE PELO HÁBITO

AUTOR: Deodato de Moraes

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Tese não localizada

LOCALIZAÇÃO: Tese não localizada

PALAVRAS-CHAVE: Medicina preventiva, Higiene, Hábito

CONTEÚDO:

- Aperfeiçoamento da sociedade brasileira;
- A higiene como medicina preventiva;
- A falta de higiene como obstáculo para o progresso intelectual da criança;
- A prática de um hábito saudável formará uma natureza boa, tudo que há em nós é resultado do hábito, por isso a higiene pelos hábitos dará resultados ótimos.

RESUMO: Tese não localizada, foi encontrado apenas o parecer dado pela comissão da Conferência.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 19

TÍTULO DA TESE: A HIGIENE NA ESCOLA

AUTOR: Heitor Borges de Macedo

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Tese não localizada

LOCALIZAÇÃO: Tese não localizada

PESQUISADOR(A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 21

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA LEPRA

AUTOR: Alice de Toledo Tibiriça

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: TIBIRIÇÁ, Alice de Toledo. Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra Lepra. In: COSTA, M. J. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de higiene, Lepra, Moléstias

CONTEÚDO:

- É através do ensinamento de noções de higiene do professor aos alunos que haverá larga divulgação de regras higiênicas;
- As crianças transmitem aos pais o que aprenderam sobre higiene;
- A educação da criança deve conter o conhecimento exato do perigo que as endemias oferecem

RESUMO: Para a autora desta tese, a difusão do ensino primário, atingindo a todos os analfabetos, se correr paralela com as lições de higiene, sobretudo as que concernem às moléstias de longa duração, levará o Brasil ao seu pleno desenvolvimento. A educação do povo, trará luz sobre os diversos problemas que ainda não foram ventilados convenientemente. Quando em todos os estados forem construídos leprosários-modelo e creches para crianças não contaminadas, o gasto será compensado pela economia das fontes de trabalho, que não mais estarão sujeitas às investidas do mal.

OBSERVAÇÕES: É muito válida a inclusão desta tese nas fichas de leitura pois a autora discorre amplamente sobre a higiene infantil, a obrigatoriedade do ensino da profilaxia da lepra e também sobre lições de higiene em relação às moléstias de longa duração como a sífilis e a tuberculose.

Lepra: um doença muito comum e perigosa nos séculos 18 e 19, como bem escreve Machado: "*a lepra, filha mais velha da morte; enfermidade que, dizem os documentos, 'vai em aumento', colocando toda a população do Rio em perigo (...) contagioso, pestilento, incurável: estas são as três características fundamentais do chamado mal de São Lázaro*". (p.73), consultar: MACHADO, Roberto, et al. *Danação da Norma: Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 78

TÍTULO DA TESE: PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA

AUTOR: Meira de Angelis Nicolau

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: NICOLAU, Meira de Angelis. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Raça brasileira, Higiene, Progresso

CONTEÚDO:

- Contribuições para alcançar a perfeição da raça brasileira;
- Fatores de degeneração que concorrem para o aniquilamento das raças;
- A sífilis como causadora de malefícios para a humanidade;
- O valor do Estado depende da capacidade intelectual e física de cada um.

RESUMO: Esta tese é apenas um resumo dos ideais do autor sobre a raça brasileira, visando contribuir para a perfeição da raça a que pertencemos, e assim modificar o regime de apatia e indiferentismo em que o país vive. Há uma necessidade imprescindível que se impõe ao país: "*a solução dos problemas de higiene no Brasil, onde a degenerescência assenta o seu reinado, senhora absoluta, criadora de anormais, de tarados, inimiga implacável da raça*". Embora o autor não fosse médico ou higienista (é um educador), foram os sentimentos de amor pátrio que o levaram a dissertar sobre este tema.

Vários fatores de degeneração, tais como as moléstias infecciosas, aniquilam, deprimem, matam, horrorizam, mutilam e flagelam a humanidade, daí a corrupção e as condições de atraso e inferioridade que o povo brasileiro vive. Mas, por outro lado, as salutares influências da higiene, do trabalho intelectual, moral, artístico e físico podem determinar às raças excelentes condições de progresso.

A sífilis, a tuberculose, a papeira parasitária, a opilação, as moléstias infecciosas, se alastram, se difundem de braços dados com o alcoolismo. Seus prejuízos, seus danos, seus malefícios atrasam e martirizam o povo brasileiro. A sífilis é o maior causador das moléstias mentais. Segundo algumas estatísticas, 50% das moléstias mentais são provenientes desse terrível "flagelo da humanidade". Esses enfermos são, segundo o autor, elementos ruins para a grandeza de um Estado, porque o valor do Estado depende da capacidade intelectual e física de cada habitante. Desse modo, as doenças mentais, resultantes das moléstias infecciosas, do alcoolismo, ocasionam enormes prejuízos individuais, que logicamente importam num prejuízo para as rendas do país, e para a prosperidade da nação.

Segundo o autor, para melhorar esta situação, os professores têm devem difundir nas escolas, às classes mais adiantadas, as conseqüências da sífilis, do alcoolismo e outros fatores de degenerescência: cabe-lhes tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as conseqüências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude e de uma vida moralizada.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 80

TÍTULO DA TESE: ASSISTÊNCIA MÉDICA À INFÂNCIA ESCOLAR - CADERNETAS SANITÁRIAS

AUTOR: João Maurício Moniz de Aragão

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: ARAGÃO, João Maurício Moniz de. Assistência médica à infância escolar: Cadernetas sanitárias. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação.* Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à infância, Caderneta sanitária, Educação.

CONTEÚDO:

- A falta de assistência médica dentro das escolas;
- Tentativa para solucionar o problema da falta de higiene nas escolas através das "cadernetas sanitárias individuais";
- As cadernetas sanitárias devem acompanhar a criança desde a sua primeira matrícula em qualquer estabelecimento público ou de caridade, sendo obrigatória.

RESUMO: Esta tese trata da importância de se ter nas escolas e/ou jardins de infância cadernetas sanitárias para cada criança. Deve haver uma continuidade de assistência médica até a adolescência. Os alojamentos das crianças, encontram-se, em sua maioria, superlotados, faltando tudo: ar, luz, conforto e os mínimos princípios de higiene. Por esse e outros motivos, a necessidade de se ter médicos dentro das instituições infantis se torna essencial, evitando também a transmissão de moléstias. A caderneta sanitária tem como objetivo avaliar o desenvolvimento da criança, as transformações porque passou, favorecendo as medidas a serem tomadas quanto à sua educação, sobretudo nos retardados e anormais ou nos que apresentem defeitos físicos necessitando de correção. Possibilita, também, acompanhar a prática dos exercícios de ginástica, o estado de saúde da criança e o desenvolvimento psíquico da mesma. Com essa medida, segundo o autor da tese, fácil se torna a vigilância e observação proveitosa das crianças, dando-lhes uma assistência perfeita e adequada, aliando-se a uma educação favorável, tornando-as no futuro fortes e abnegadas, com a compreensão perfeita dos seus deveres.

OBSERVAÇÕES: Modelo de caderneta sanitária proposto pelo autor:

CADERNETA SANITÁRIA

Nº de ordem:_____ Matriculado em_____
Nome:_____
Filiação:_____
Cor:_____
Residência:_____

Tipode residência:_____

Idade:_____
Peso:_____
Altura:_____
Circunferência craniana:_____ Circunferência toráxica:_____
Malformação do nariz?_____ Diâmetro biacromial:_____
Implantação dos dentes?_____ Defeitos físicos?_____
Tríade de Hutckinson?_____ Índice mental Q.I.:_____

ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS ANTECEDENTES PESSOAIS
Pais vivos?_____ Consangüíneos?_____ Nutrição:_____
Gozam saúde?_____ Desenvolvimento:_____
Mortos?_____ Causa mortis?_____ Doenças:_____
Doenças físicos-mentais?_____ Idade 1ª dent.:_____ Veg. Aden._____
Infecção?_____ Intoxicação?_____ Viciado sexualmente?_____
Tuberculose?_____ Sífilis?_____ Alcool?____ Bebe?_____ Fuma?_____

EXAMES CLÍNICOS
Aparelho visão:_____ Sistema nervoso:_____
Aparelho olfação:_____ Reflexos:_____
Aparelho audição_____ Psique:_____
Aparelho respiração:_____ Exame dos dentes:_____
Aparelho circulação:_____ Exame dos pêlos:_____
Aparelho digestivo:_____ Exame das unhas:_____
Aparelho gênito-urin.:_____ Exame da pele:_____
Portador de germe?_____ Infectante?_____ Vacina contra varíola?_____
Vacina contra tifo?_____ Tomou algum soro?_____

EXAMES DE LABORATÓRIO
Reação de Wassermann:_____ Sangue:_____ Liquor:_____
Exame de fezes:_____
Exame de escarro:_____
Outros exames:_____
Observações:_____

_____
Médico especialista

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 82

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL

AUTOR: Alvaro Guimarães Filho

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: GUIMARÃES FILHO, Alvaro. Educação e Higiene Mental. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Higiene Mental, moléstias, profilaxia.

CONTEÚDO:

- O papel e o desempenho do professor em Higiene Mental;
- O professor exerce uma influência muito grande na vida da criança;
- As moléstias mentais causam perturbações quase sempre definitivas para o sistema nervoso;
- Possibilidade de evitar as moléstias pelos preceitos da profilaxia;
- Os anômalos (débeis mentais) dividem-se em dois grupos: os retardados e os grandes anormais.

RESUMO: Higiene Mental é a parte da higiene que estuda, por todos os meios e modos, as causas imediatas ou longínquas que venham a perturbar o psiquismo humano. O professor é a primeira autoridade que a criança encontra fora do lar paterno, influenciando a sua personalidade por toda a vida. Utilizando essa posição privilegiada, o professor deve começar pelo estudo cuidadoso das causas de moléstias mentais. Segundo o autor, só há uma maneira prática de impedir as manifestações das moléstias mentais: evitar as causas das moléstias pelos preceitos da profilaxia. O professor deve usar quase todos os dias esses preceitos, nos mais diversos assuntos de suas aulas e em todas as ocasiões oportunas. Sob o ponto de vista pedagógico, os anômalos (débeis mentais) dividem-se em dois grupos: os que são susceptíveis de receber instrução comum (os retardados) e os que não aprendem mesmo e merecem um cuidado especial (os grandes anormais). O principal fim da higiene e, portanto, da Higiene Mental é a instrução sobre a maneira como se propagam, de onde provêm, como devemos combater ou como podemos evitar as moléstias. Sem instrução e sem a educação não há higiene, e podemos dizer que o professor bem orientado é o braço direito do higienista. Os problemas a serem resolvidos pela Higiene Mental dependem de três fatores: do professor, dos psicólogos e do psiquiatra; mas o autor está certo de que é ao professor que está reservada a principal e mais árdua tarefa no tratamento destas questões.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 83

TÍTULO DA TESE: CONTRIBUIÇÃO PARA A PROFILAXIA NO IMPALUDISMO NO MEIO ESCOLAR

AUTOR: Carlos Mafra Pedroso

CONFERÊNCIA: 1 Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PEDROSO, Carlos Mafra. Contribuição para a profilaxia no impaludismo no meio escolar. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Impaludismo, Profilaxia, Campanha patriótica.

CONTEÚDO:

- Um dos problemas mais sérios para o serviço de inspeção escolar é a campanha pela profilaxia do impaludismo;
- No litoral brasileiro, essa moléstia é endêmica;
- A profilaxia do impaludismo deve ser feita através de campanhas patrióticas;
- Professores podem auxiliar na campanha contra o impaludismo.

RESUMO: Numerosos são os casos de impaludismo observados no meio escolar. Para que uma campanha patriótica tenha resultado eficaz no combate ao impaludismo é necessária a difusão dos conhecimentos relativos à profilaxia dessa moléstia. Essa difusão só poderá ser feita na escola, pelos professores para que os alunos saibam se defender do mal e possam transmitir aos outros o que conhecem. Como a infecção no homem se dá pela picada do mosquito transmissor (o povo conhece o mosquito pelo nome vulgar de pernilongo), a profilaxia do impaludismo consiste na destruição do mosquito e ao mesmo tempo na busca por livrar as habitações e os indivíduos da invasão e da picada desses insetos. Para isso, é necessária a proteção individual por meio de cortinados. Tem-se usado óleo de cheiro ativo, substâncias inseticidas em unções sobre a pele, porém com resultados pouco eficazes.
Os indivíduos contaminados deverão ser isolados dos mosquitos por meio de cortinados até o fim da moléstia, a fim de que não contaminem novos mosquitos, que serão novos transmissores. Os professores poderão auxiliar nesta campanha patriótica de muitos modos, tais como, transmitindo aos alunos conhecimentos sobre a transmissão e sobre a defesa do indivíduo e dos lugares, fiscalizando a administração de medicamentos. Somente por intermédio dos professores será essa campanha salutar, porque é preciso incutir no homem do futuro os meios de defesa de que ele vai necessitar, ou torná-lo apto para auxiliar também, pelos seus conhecimentos, os que os cercam, quando disso necessitarem.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 84

TÍTULO DA TESE: A HIGIENE NOS INTERNATOS: ESTUDO DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS INTERNATOS DE SÃO PAULO

AUTOR: Eurico Branco Ribeiro

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: RIBEIRO, Eurico Branco. A Higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Condições sanitárias, Internatos, Higiene.

CONTEÚDO:

- Levantamento das condições sanitárias de dez internatos da cidade de São Paulo;
- Necessidade de despertar a atenção dos educadores para os problemas escolares de ordem sanitária;
- Localização e disposição dos colégios;
- Programa escolar.

RESUMO: Essa tese é o resultado de um trabalho de inspeção, feito em 1926, em dez internatos da cidade de São Paulo, com o objetivo de investigar as condições sanitárias desses colégios. O trabalho se divide em três tópicos de análise: o meio escolar; o aluno e o programa escolar. Dentro do primeiro tópico, o autor analisa, segundo as condições sanitárias da época, a localização e a disposição dos prédios, as salas de aula, os dormitórios, os refeitórios, as enfermarias, a cozinha, as instalações sanitárias, a conservação, o material escolar e os recreios. Quanto ao segundo tópico - o aluno -, analisa nos internatos, a assistência médica e dentária, profilaxia, o contato entre internos e externos e o enxoval do aluno. E, por último, o autor analisa o programa escolar, incluindo os horários (de estudo, de recreio, de descanso e das refeições), o ensino de higiene e a educação sexual.

OBSERVAÇÕES: Para a sua análise, o autor traz diversas tabelas, assim, as que mais nos chamam a atenção são:

DADOS ACERCA DO NÚMERO DE ALUNOS QUE DORMEM NUM SÓ APOSENTO:

ESCOLAS	**NÚMERO DE ALUNOS POR DORMITÓRIO**
Colégio 1	18,7
Colégio 2	12,5
Colégio 3	37,5
Colégio 4	88,7
Colégio 5	37,5
Colégio 6	21,5
Colégio 8	28,5
Colégio 9	70,0
Colégio 10	30,0

Obs: o autor não faz referência ao colégio 7 para este item.

Comentário do autor: nos colégios 3, 4, 5 e 9 há predominância dos grandes salões, condenáveis sob o ponto de vista profilático de moléstias infecto-contagiosas, que não raro fazem seu aparecimento nos internatos. Do tipo médio aparecem os colégios 1, 6, 8 e 10. O colégio 2, representando o tipo dos pequenos dormitórios, seria o mais favorável de todos.

APARELHOS SANITÁRIOS

ESCOLAS	N° de Privadas	N° de Alunos	N° de Alunos por Privadas
Colégio 3	38	370	9,73
Colégio 5	30	190	6,33
Colégio 10	30	370	12,22
Colégio 9	18	510	28,33
Colégio 4	72	1556	21,61
Colégio 8	30	320	16,66

Colégio 6*	31	223	7,19
Colégio 1	16	250	15,62
Colégio 2	2	181	90,50

* 24 mictórios e 50 lavabos

Comentário do autor: levando em conta que a proporção não deve ser superior a 1 por 50 (Mauro Álvaro) ou mesmo 1 por 30 (Código Sanitário de São Paulo, referindo-se a meninos), verificamos que só um colégio está em condições muito inferiores às exigidas, o colégio 2. Os demais estão de acordo com os regulamentos sanitários em vigor.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 101

TÍTULO DA TESE: POLÍTICA AGROSSANITÁRIA COLONIZADORA E EDUCADORA

AUTOR: Belisario Penna

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PENNA, Belisario. Política agrossanitária colonizadora e educadora. IN: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Política agrossanitária, Escravidão, Consciência nacional.

CONTEÚDO:

- A política agrossanitária colonizadora e educadora firmará a consciência nacional e o amor ao País;
- Preocupação em dignificar o povo brasileiro;
- 4/5 dos brasileiros vivem em péssimas condições higiênicas;
- O mal econômico que o país sofre provém da insuficiência da produção agrícola

RESUMO: A escravidão negra resultou em duas mentalidades: de um lado a do senhor ou feitor de escravos, de outro, a do escravo. Estas duas mentalidades refletem em todos os setores da vida brasileira: na política, na administração, nas fábricas, nos colégios, sempre ligados a uma oligarquia central. Daí haver 4/5 de brasileiros em péssimas condições higiênicas, escravizados ao salário. Belizario Penna defende que o povo brasileiro necessita sair dessa situação, sendo necessário, para isso, adotar uma política agrossanitária colonizadora e educadora, visando concentrar a população esparsa nos sertões e escravizada nos latifúndios em núcleos coloniais saneados. Incentivar a fixação da população no campo deve ser a preocupação máxima dos dirigentes. Para isso, é indispensável emancipar e dignificar o brasileiro, facilitando-lhe a posse da terra; regenerando-o fisicamente, pelo combate às endemias, por larga assistência médica e profilática; reabilitando-o intelectual e moralmente, pela instrução e educação. A política agrossanitária colonizadora e educadora é que criará no povo brasileiro uma mentalidade forte, equilibrada e sadia e firmará solidamente o amor ao país e a consciência nacional.

OBSERVAÇÕES: O autor cita as palavras de P. Vuyst, diretor geral do Ministério da Agricultura da Bélgica e vice-presidente da Comissão Internacional da Educação Familiar, o qual pronunciou conferência em 1925 , na escola Politécnica, sobre a agricultura e a família: *"A agricultura estende a sua influência, em todos os pontos de vista, tanto sobre a Nação, a família, a sociedade, como sobre o próprio indivíduo... É absolutamente necessário que a instrução prepare para as necessidades da existência, e uma das mais importantes , sob o ponto de vista nacional, é a vida rural. O habitante da cidade deve compreender que sem a agricultura não poderia viver"* (p. 623).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

C) FICHAS DE LEITURA - Tema: "Educação Sexual"

TESE Nº 74

TÍTULO DA TESE: SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

AUTOR: Celina Padilha

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual, Pais e filhos, Preconceitos.

CONTEÚDO:

- Onde começar a educação sexual: na casa ou na escola?
- Dificuldade em libertar os preconceitos existentes na sociedade sobre educação sexual;
- A educação sexual deve começar na escola;
- Iniciar a educação sexual aos onze anos, pois melhor é "prevenir que remediar";
- Satisfazer a curiosidade da criança, dizendo a verdade, seja em que idade for;
- Fazer-se a educação sexual em conjunto para meninos e meninas.

RESUMO: Os pais deveriam ser os primeiros professores de seus filhos em relação à educação sexual. Mas a verdade é que muitos pais, por ignorância, são incapazes de dirigir a educação sexual de seus filhos. Segundo a autora, não se deve cruzar os braços e assistir às gerações se sucederem umas às outras nos erros e na ignorância de problemas para a moral e para a eugenia. Compete à escola iniciar esse trabalho de educação sexual e preparar as crianças de hoje para que os pais de amanhã sejam também educadores de seus filhos. A idade para se iniciar essa educação é aos onze anos, e não será cedo demais, pois melhor é prevenir que remediar. É favorável a que a educação sexual seja feita em conjunto, não separando meninos e meninas. Se os separarmos por sexos para tais aulas, fatalmente estabeleceremos a maldade, que deve ser evitada.

OBSERVAÇÃO: Ao mesmo tempo em que a autora da tese tenta ultrapassar os preconceitos existentes na sociedade quanto à educação sexual, é também um tanto preconceituosa quando diz que devemos vigiar e vigiar nossas crianças, o trecho a

seguir mostra isso: *"o resto do trabalho consiste em vigiar e vigiar incessantemente sem ser percebido, impedi-los de terem as mãos no colo ou no bolso, aconselhá-los a saltar da cama assim que despertarem, desenvolver neles o gosto pelos esportes e estabelecer que, por medida de higiene, não deve, andar abraçados, conservando sempre livres os movimentos; no recreio, fazê-los brincar, evitando habilmente que se agrupem para conversar. E todas essas noções devem, para serem eficazes repousar em cuidar da educação da vontade e em sólidas bases da moral, sem o que a educação sexual poderá constituir até um perigo"* (p. 432).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 75

TÍTULO DA TESE: O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS – COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MINISTRADA

AUTOR: Renato Kehl

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: KEHL, Renato. O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada. In: COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R. e SCHMIDT, M. A. *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997, 694p.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da UNICAMP

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia, Educação sexual, Preconceito.

CONTEÚDO:

- Questionamento sobre a transmissão de noções da vida sexual para as crianças;
- Discussão sobre alguns pontos de vista sobre a educação sexual, por exemplo, de que o instinto sexual falta às crianças;
- Os pedagogos modernos são favoráveis à educação sexual;
- O ensino sexual é imprescindível para a defesa do indivíduo da sociedade e progresso biológico da espécie.

RESUMO: Tem sido muito debatida a questão que se refere à revelação às crianças noções da vida sexual. A maioria dos psicólogos, educadores e médicos está de acordo sobre a utilidade deste ensino. As vantagens higiênicas e eugênicas dessa educação são evidentes e, para avaliar o efeito profilático dessa questão, é necessário examinar a questão sem preconceitos. O autor descreve dois pontos de vista, errôneos e arcaicos, de algumas pessoas que se opõem a essa educação: na suposição de que o instinto sexual falta às crianças e que desempenhar a função de educador sexual junto aos filhos é muito difícil por causa do preconceito . De modo esquemático, o auto sugere admitir a educação sexual procedida pedagogicamente em três séries: 1ª série – a cargo da mãe ou da tutora; 2ª série – a cargo do pai ou do tutor; 3ª série – a cargo do educador e do médico. À mãe cabe, naturalmente, responder às primeiras perguntas curiosas dos filhos e, por isso, compete-lhe dar as primeiras instruções. Ao pai incumbe, prevenir os filhos mais crescidos sobre os perigos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuais. Aos educadores, cabe a importante missão de esclarecer, de modo didático e com certos detalhes, o importante problema da reprodução.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº 76

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO SEXUAL

AUTOR: Luiz Antônio E. S. dos Santos Lima

CONFERÊNCIA: I Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1927

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: Tese não localizada

LOCALIZAÇÃO: Tese não localizada

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual, Pais, Professor.

RESUMO: Tese não localizada, foi encontrado apenas o parecer dado pela comissão da Conferência.

OBSERVAÇÃO: O parecerista diz ser obrigado a discordar do autor da tese no que diz respeito à idade em que se deve começar a educação sexual para as crianças, apesar da relevância do tema.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

Anexo 4: FICHAS DE LEITURA DA III CNE

A) FICHAS DE LEITURA - UNIDADE NACIONAL

TESE Nº37

TÍTULO DA TESE: A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO

AUTOR: Prof. Dr. Francisco Isoldi

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: ISOLDI, Francisco. A finalidade do ensino secundário. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Secundário, Escola, Unidade.

CONTEÚDO:

- A instrução e a cultura como determinantes na grandeza de uma nação;
- Geral interesse pela escola;
- A escola como problema nacional;
- Coesão nacional

RESUMO: Para o autor, as questões de instrução pública têm assumido grande importância política e internacional, em todo o mundo. Acredita que o problema da escola é de grande importância nacional, na medida em que, nas condições a que chegou a moderna civilização, as nações que mais pesam são exatamente aquelas nas quais a instrução e a cultura se acham mais largamente difundidas.

Coloca também a finalidade de todo o ensino brasileiro, assim, "*quando cogitamos de que maneira a cultura geral se difunde em um país, nós nos convencemos imediatamente de que as escolas primárias ministram unicamente os meios para começar a instruir-se; as universidades dão o complemento à instrução de um número comparativamente pequeno de cidadãos, e conduzem a um fim particular a cultura geral que se recebe no curso secundário*" (p. 464-465).

Quanto à unidade, o autor acredita que o princípio da unidade nacional seja complemento do princípio de liberdade, para isso é oportuno que a língua nacional seja estudada no seu desenvolvimento, e com a leitura dos escritores imortais, sem torná-la árida, com a excessiva aplicação gramatical. A leitura dos clássicos oferecerá aos jovens aquilo que tem sido a história do povo, nas suas aspirações, na luta pelo ideal, e na admiração de sua nação, e na admiração a uma natureza exuberante. Considera que cada um sabe o valor que tem, para a coesão nacional, o amor à terra: para que possa ser amada intimamente, é necessário ser conhecida.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº38

TÍTULO DA TESE: A FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO

AUTOR: Dr. Gonçalo Moniz.

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MONIZ, Gonçalo. Educação Sanitária. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo: Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Ensino secundário, Educação moral, Instrução.

CONTEÚDO:

- A crise no ensino secundário;
- O ensino secundário como função educativa;
- Ao ensino secundário compete a tríplice educação – física, moral e intelectual;
- A não existência da educação moral nas escolas.

RESUMO: A finalidade do ensino secundário, segundo o autor, não é apenas instruir, mas sim educar e instruir. Acrescenta que esses são os mesmos objetivos do ensino primário havendo apenas diferenças quantitativas ou de grau. Acredita também que compete ao ensino secundário proporcionar a tríplice educação, ou seja, a educação física, a educação moral e a educação intelectual. Quanto à educação moral, o autor acredita que nos estabelecimentos públicos ou privados de ensino secundário praticamente não existe ou é totalmente negativa a educação moral.

E completa, "*a educação propõe-se a formar homens destinados a viver em sociedade, o seu tríplice fim é torná-los robustos, inteligentes, honestos, pô-los nas melhores condições físicas, intelectuais e morais para assegurarem a sua felicidade e a dos seus semelhantes e também a unidade da pátria*" (p. 389).

OBSERVAÇÕES: Gonçalo Moniz foi professor catedrático na Faculdade de Medicina da Bahia.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

B) FICHAS DE LEITURA - DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

TESE Nº26

TÍTULO DA TESE: CONSIDERAÇÕES SOBRE HIGIENE E INSPEÇÃO MEDICO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO SANITÁRIA ATRAVÉS DA ESCOLA

AUTOR: Carmela Juliani

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: JULIANI, Carmela. Considerações sobre higiene e inspeção medico escolar: a educação sanitária através da escola. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Higiene, Instrução pública, Saúde.

CONTEÚDO:

- A saúde e a instrução pública abrangem o futuro da pátria brasileira;
- Reforma da Inspeção Médico Escolar;
- Criação de uma assistência obstétrica domiciliar;
- A Inspeção Médico Escolar como medicina preventiva;
- Criação de centros de tratamento.

RESUMO: A base da educação, para a autora, está na noção exata de defender a saúde e combater as doenças, com o objetivo de se obter uma raça forte e sadia. Saúde e instrução das crianças são duas questões muito importantes para o Brasil. O governo que dedicar suas energias a estas importantissimas questões fará mais para a sua pátria do que abarrotá-la de ouro ou defendê-la com a espada. O futuro da nossa pátria deverá ser baseado única e exclusivamente na saúde física e cultura intelectual do nosso povo. A Inspeção Médico Escolar carece de elementos materiais e deveria ser mais valorizada, a autora, como inspetora médica escolar, diz que é preciso uma reforma nesta Inspeção da cidade de São Paulo, apresentando algumas de suas idéias para a melhoria deste órgão e fazendo um "apelo" aos homens de Estado para que estes façam uma reforma na saúde pública. Desse modo, sugere algumas reformas: "*penso que para a formação de uma raça forte, a saúde pública deveria possuir além do que possui, uma assistência obstétrica domiciliar*" (p.704).

Acredita que é preciso aumentar seis vezes o número do corpo médico no Brasil, pois, desse modo, poderiamos elevar o nível moral da classe e o serviço médico seria mais eficiente. Outras propostas para a reforma: a criação de centros de tratamento (devem ser dentro dos estabelecimentos de ensino, por exemplo, o gabinete de exame clínico, de

olhos, de ouvidos, de nariz e garganta, sala para curativos e gabinetes dentários); um laboratório de análises clínicas para a inspeção médico- escolar; a instalação de raio X e um gabinete de fisioterapia; escolas ao ar livre para os débeis; uma farmácia para o fornecimento de drogas aos alunos pobres e serventuários. A autora termina fazendo um apelo à Conferência Nacional de Educação para que faça uma representação ao Governo, a fim de que se conceda o que os médicos da inspetoria precisam para que nossa infância escolar cresça com saúde.

OBSERVAÇÕES: Drª Carmela Juliani foi inspetora médica escolar da Assistência Médico Escolar de São Paulo.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº27

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO SANITÁRIA

AUTOR: Decio Parreiras

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: PARREIRAS, Decio. Educação Sanitária. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Educação sanitária, Consciência higiênica, Hábitos sadios.

CONTEÚDO:

- Educar sanitariamente o Brasil;
- Noções e hábitos sadios capazes de garantir a vida com saúde;
- Realização de medidas higiênicas.

RESUMO: O autor inicia sua tese com algumas indagações a respeito da educação sanitária no Brasil: *"Por onde começar? Pela propaganda, pela divulgação de idéias entre gente suficientemente alfabetizada, entre indivíduos de cultura geral desenvolvida ou entre os que se iniciam na aprendizagem das letras, no pré-escolar ou no escolar?"* (p. 673). Em matéria de higiene, mesmo entre os médicos ou entre as pessoas mais cultas, é notável o atraso em que vive o Brasil. É preciso dar à higiene o valor que ela possui, até mesmo dentro da profissão sanitária, há autoridades que relegam para um segundo plano as medidas profiláticas, por exemplo dos fraudadores dos gêneros alimentícios.

Tentando responder às suas indagações iniciais, o autor defende que a educação sanitária deveria se fazer por etapas, compreendendo os vários períodos da vida do homem, desde o casamento até a maioridade do rebento, de modo que o indivíduo, em plena evolução mental, tenha as orientações necessárias na luta pela saúde e para a saúde. Desse modo, a educação sanitária poder-se-á fazer nos seguintes locais: nos dispensários maternais; nas creches; nas maternidades; nas escolas de mães; nos jardins de infância; nos cursos primários, secundários; nas escolas superiores e em outras coletividades e agremiações, por meio de conferências, projeções, pelotões de saúde, etc. Seriam necessárias providências que visassem despertar na criança uma consciência higiênica, estimulando a formação de hábitos sadios. O autor conclui: *"Com esta orientação, esplanada em linhas gerais, é que penso deva ser orientado o problema de garantir a saúde ao homem são, de dar-lhe a educação sanitária suficiente para que tenha modos e hábitos sadios e se saiba defender contra a doença"* (p. 679).

OBSERVAÇÕES: Decio Parreiras foi presidente do Departamento Fluminense da Associação Brasileira de Educação – ABE.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº28

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO SANITÁRIA: SUA ORGANIZAÇÃO E FUNÇÃO – A INSTRUÇÃO SANITÁRIA ATRAVÉS DA ESCOLA

AUTOR: Francisco Alves Mourão

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MOURÃO, Francisco Alves. Educação Sanitária: Sua organização e função – a instrução sanitária através da escola. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Higiene, Educação sanitária, Cultura moral e intelectual.

CONTEÚDO:

- Considerações sobre o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual dos futuros cidadãos brasileiros;
- A educação sanitária como função mais ampla;
- Tuberculose, alcoolismo e sífilis;
- Ao lado da cultura física, da moral e da intelectual caminha sempre a Higiene.

RESUMO: Visando o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual dos futuros cidadãos brasileiros, o autor faz um retrospecto da História Antiga, concluindo que os povos daqueles tempos cuidavam muito do físico, da beleza e da conservação da espécie, tendo sempre em vista o "*mens sana in corpore sano*" (p. 682). Ressalta, entretanto, que um conjunto de causas sociais e econômicas vêm atuando fortemente para a progressiva degenerescência da raça e para a degradação moral da sociedade. Os três fatores principais para a existência de homens raquíticos, criaturas com saúde precária, epilépticos, retardados mentais, tipos anormais predispostos aos vícios mais degradantes, à imbecilidade, ao idiotismo e à imoralidade, são a tuberculose, o alcoolismo e a sífilis. Esses três fatores vêm contribuindo para o aniquilamento da existência humana, assim, o autor diz que "*pretender cortar o mal pela raiz é utopia*", mas, "*atenuar as suas conseqüências nefastas é possível*" (p. 682), pois essas doenças quando não são metodicamente tratadas trazem terríveis consequências para o indivíduo e para a sociedade. Acredita que a sociedade deveria se tratar por meio da profilaxia individual, moral e sanitária de várias enfermidades, bem como das moléstias venéreas, por meio de folhetos contendo instruções preventivas e por meio de conferências públicas, leis regulamentadas, para coibir a contaminação dos males físicos e morais. Essa instrução poderia ser iniciada no lar, continuada nas classes das escolas primárias, ao lado da puericultura, e nas secundárias e superiores. Termina a tese afirmando: "*Para a elevação do nível de nossa raça, não basta simplesmente cuidar-se da cultura moral e intelectual, além da física pela ginástica, porque nos músculos de um atleta,no organismo de um intelectual ou no corpo de um moralista, pode existir o 'MORBUS'*

portador da desgraça e da degenerescência humana. Ao lado pois da cultura física, da moral e da intelectual deve caminhar sempre a Higiene, desde o lar à escola, desde a escola à sociedade, acompanhando assim o homem, em todos os seus passos, desde o seu nascimento, em todas as vicissitudes da sua vida, para que assim seja completa a função da Educação Sanitária, afim de que o nosso futuro seja forte, luminoso e feliz, fazendo-se tudo PELO BEM E PARA O BEM DA PÁTRIA" (p. 687 - grifos do autor).

OBSERVAÇÕES: Francisco Alves Mourão foi inspetor do 43° Distrito Escolar de São Paulo.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº51

TÍTULO DA TESE: INSPETORIA DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE SAÚDE

AUTOR: Francisco Figueira de Mello

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: MELLO, Francisco Figueira de. Inspetoria de Educação e Centros de Saúde. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Higiene, Educação sanitária, Hábito saudável.

CONTEÚDO:

- Aspectos do trabalho da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo;
- Os fins e a organização da Inspetoria;
- A educação sanitária nos Centros de Saúde, na escola, nos domicílios, nas associações e fábricas;
- Concurso de robustez;
- Concurso de eugenia;
- Curso de higiene pessoal.

RESUMO: A Inspetoria de Educação Sanitária São Paulo é um órgão de proteção à saúde pública destinado a promover a formação da consciência sanitária da população, por meio dos serviços de profilaxia. Foi criada em 1925 pelo artigo 47 do decreto 3.876 de 11 de junho de 1925, o qual reorganizou o Serviço Sanitário de São Paulo e repartições dependentes.

Francisco Figueira de Mello, autor da tese, discorre detalhadamente acerca da organização e da finalidade da Inspetoria de Educação Sanitária, pois este foi um órgão que, segundo o autor, conseguiu firmar, perante a sociedade, os princípios que constituem a formação de uma verdadeira consciência sanitária, criadora de hábitos saudáveis e costumes sadios, acreditando serem estes os alicerces da família de amanhã. A Inspetoria, com essa atuação, fez compreender a todos que a higiene é o elemento fundamental da saúde.

São dois os fins visados pela Inspetoria: formação da consciência sanitária da população pela instrução e educação sanitária; e assistência sanitária. Quanto à educação sanitária, esta é ministrada através de médicos e auxiliares acadêmicos. O agente educativo é a educadora sanitária, professora especializada em higiene, num curso de 18 meses, processado pelo Instituto de Higiene de São Paulo, em cooperação com o serviço sanitário do Estado e regulamentado pelo decreto nº 4.089, de 17 de agosto de 1926. O

serviço de educação sanitária da Inspetoria é feito na sede do órgão, de onde se irradia a ação diretriz e onde funciona o serviço de propaganda sanitária, levado a efeito pelas comissões de redação e publicações, conferências e exposições; o serviço também é feito nos Centros de Saúde, onde a educação sanitária é ministrada ao lado da assistência sanitária, a todos os que a procuram, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade, ou outra qualquer condição social.

Os Centros de Saúde visam os seguintes fins: instrução sanitária dos pacientes, atendidos nos diversos serviços; distribuição inteligente e proveitosa de impressos educativos; vigilância sanitária, oportuna e constante, visando a implantação dos hábitos sadios e intensificação dos serviços de profilaxia geral e específica. A ação educativa do Centro estende-se também às escolas (através da educadora sanitária), às associações, quartéis, fábricas, etc. A Inspetoria também realiza anualmente o concurso de eugenia e o de robustez, em torno do ideal da melhoria da raça, sendo o prêmio destinado à criança cujos ascendentes reunissem em si, condições de saúde integral. Não somente as enfermidades físicas das crianças são apreciadas nestes concursos, mas as mentais também.

Com objetivo profilático, os serviços que compõem os Centros de Saúde são: higiene pré-natal (pré-nupcial, pré-concepcional, gestantes); higiene infantil e nutrizes ; higiene pré-escolar; higiene ocular; higiene mental; higiene do ouvido, nariz e garganta; impaludismo; verminose; tuberculose; radiologia; raios ultra-violeta; colites parasitárias e infecciosas; sífilis e moléstias venéreas; exame médico geral e inspeção de saúde. O autor finaliza sua tese com as seguintes conclusões: "*A Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde é um importante órgão de serviço sanitário, capaz de formar a consciência sanitária do povo; atua eficazmente com o fim educacional, principalmente, na escola, no lar e nos Centros de Saúde; vem com êxito difundindo a instrução sanitária à população por todos os meios modernos conhecidos; e com os elementos que dispõe, modificará seguramente a mentalidade atual, sobre higiene e saúde, criando um melhor conceito sobre a vida para que esta seja melhor e mais feliz*" (p. 651).

OBSERVAÇÕES: O autor, Sr. Francisco Figueira de Mello, era inspetor chefe da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo, no ano em que escreveu esta tese (1929).

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº54

TÍTULO DA TESE: A DIMINUIÇÃO DOS ABORTAMENTOS CRIMINOSOS PELA EDUCAÇÃO

AUTOR: Mendes de Castro

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: CASTRO, Mendes de. A diminuição dos abortamentos criminosos pela educação. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Educação sanitária, Aborto, Profilaxia.

CONTEÚDO:

- As concepções de aborto ao longo da história;
- Números de abortos pelo mundo e em São Paulo;
- O aborto como delito e como pecado;
- Qual o melhor meio de se conseguir uma diminuição nos abortamentos?

RESUMO: O autor discorre em sua tese sobre as concepções de abortamentos durante a História, pois compreende que não há prática mais deprimente, que melhor defina a baixeza do sentimento humano. A sua difusão é tão grande, tão impressionante, que vem preocupando aqueles que velam pela prosperidade da pátria. Algumas concepções de abortamento ao longo da História: na legislação mosaica (relativo ao profeta e legislador Moisés), o abortamento era considerado pecado e não delito; na Grécia Antiga, nos tempos de Licurgo e Sólon, era o abortamento relevado, talvez como medida a impedir a superpopulação; Platão na sua "Política" aconselhava os homens que ultrapassassem certa idade a impedirem a descendência e interromperem uma gestação que porventura se verificasse; São Gregório de Nysse, no século 4°, ensinava que o embrião era animado desde o momento da concepção; os escolásticos da Idade Média acompanhavam o pensamento de Aristóteles pelo qual aos quarenta dias no sexo masculino e aos oitenta, no feminino, é que o sopro anímico se estabelecia; o religioso Florentinus afirmou em 1660 que, desde o primeiro momento da impregnação, a alma intelectual reside no embrião. Assim, perante a Igreja católica, a prática do abortamento consubstancia um homicidio, pois a vida desde o momento da concepção anima o embrião. Entre os povos germânicos, bem cedo se legislou sobre o abortamento com a influência da Igreja Católica, o "Código Carolina" (7° século) trazia como penalidade em caso de fruto vivo, para o homem a guilhotina e para a mulher, o afogamento. Se o fruto não fosse vivo, competia ao juiz sentenciar sobre o castigo.

O nosso Código Penal de 1929 prevê que o abortamento consubstancia um delito, nos artigos 300, 301 e 302. Quanto à Igreja, a pessoa que pratica um abortamento atenta simultaneamente contra os preceitos religiosos "não matarás" e "crescei e multiplicai-

vos", por isso é severa a penalidade imposta pela Igreja. Para o autor é muito delicado propor medidas de profilaxia dos abortamentos criminosos. Em sua opinião, processo-crime é arma falida na profilaxia dos abortamentos, pois o processo se arquivará pela falta ou insuficiência de provas. A educação sanitária, por sua vez, também não parece a verdadeira trilha a ser palmilhada, pois a mulher, quando se aventura a interromper uma gestação, o faz consciente do perigo; além disso a mentalidade do nosso povo, infelizmente, ainda não está moldada para aprender bem o alcance das palavras do higienista-educador.

Assim, acredita que só pelo temor de Deus se conseguirá um resultado satisfatório. É no púlpito que reside a mais poderosa arma profilática. A mulher precisa ouvir dos lábios do sacerdote, do seu confessor, que o abortamento é um pecado mortal, uma grave ofensa aos preceitos religiosos.

OBSERVAÇÕES: A tese relatada pelo Dr. Mendes de Castro foi incluída nos Anais da III Conferência Nacional de Educação, como contribuição valiosa, em virtude de decisão da Assembléia. Foram aprovadas a primeira e a segunda conclusão. As conclusões foram:

1. As estatísticas dos abortamentos em São Paulo são muito falhas. Entretanto o Dr. Caetano Mammana em sua Tese de Doutorado, calcula em 5.000 o número de abortamentos criminosos praticados em São Paulo;

2. A profilaxia é extremamente delicada. A educação sanitária, quando bem orientada produzirá resultado de alguma forma satisfatória.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº55

TÍTULO DA TESE: ESCOLA DE SAÚDE

AUTOR: Maria Antonietta de Castro

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: CASTRO, Maria Antonietta de. Escola de saúde. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Higiene, Educação sanitária, Saúde.

CONTEÚDO:

- A escola como centro irradiador da saúde;
- Higiene escolar como elemento eficaz na luta pela saúde dos escolares;
- Médico, professor e enfermeira sanitária como agentes da saúde nacional;
- Formação da consciência sanitária da população;
- A educadora sanitária como elemento mais eficaz na luta pela saúde na escola.

RESUMO: Para a autora, a missão da escola é transformar as crianças em corpos fortes e organismos robustos; a escola deve ser o centro irradiador da saúde da população, tem que ser o núcleo revigorador da saúde da nação. Desse modo, para que a escola cumpra este papel, deve lançar mão da educação sanitária como "arma de combate", pois através de hábitos sadios vão sendo lançadas as bases da formação da consciência sanitária do cidadão. Para que este ideal se estabeleça na escola, que agente oferecerá a melhor cooperação para a preservação e melhoramento da saúde nacional? Talvez o médico competente em matéria de higiene ou o professor, ao qual se dê o ensino de higiene escolar. A autora chama a atenção para um terceiro agente, o qual aparece mais recentemente em diversos países, a *Enfermeira Visitadora Escolar*, tão importante quanto o médico ou o professor, pois é um elemento eficaz na luta pela saúde dos escolares. Nos outros países, esse agente recebe outros nomes, tais como *Enfermeira Sanitária*, *Visitadora Escolar*, *Enfermeiras Escolares*, ou *Educadora Sanitária*, mas todas com funções semelhantes. No Brasil, as funções das enfermeiras escolares são: seleção de alunos débeis, mal alimentados, anêmicos, atrasados mentais, com defeitos físicos; correção dos maus hábitos escolares; o ensino das noções de higiene; além de visitas domiciliares às famílias dos alunos para averiguação do estado social e sanitário do meio em que vivem. Em São Paulo, especificamente, a autora relata que em vez da enfermeira propriamente dita, encontrou a educadora sanitária, a qual exerce outras funções além das expostas. A educadora sanitária é preparada por um curso especializado, ministrado pelo Instituto de Higiene durante 18 meses, exigindo-se como condição, para a sua admissão ser a candidata professora pública, diplomada por Escola Normal do Estado. Compete à educadora sanitária: pugnar pela implantação de hábitos

sadios nas crianças e pela sua prática, na escola, tanto quanto possível; ministrar instrução sanitária individual em ocasião oportuna; fazer palestras, em classe, diariamente, ao menos duas vezes por dia; proceder à distribuição de impressos instrutivos, insistindo aos alunos para que os leiam e os expliquem à própria família; e cooperar para a boa freqüência de alunas das classes adiantadas e professoras das escolas no "Curso de Mães" realizado nos Centros de Saúde. E conclui dizendo "*E, assim, a Inspetoria de Educação Sanitária de São Paulo, através da Educadora Sanitária e dos demais educadores, quando mister, vem se servindo da Escola como fator de alta relevância na luta pró saúde pública ou seja na campanha contínua e tenaz e na campanha intensiva contra as moléstias transmissíveis*" (p. 730).

OBSERVAÇÕES: Maria Antonietta de Castro foi educadora chefe da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº57

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO SANITÁRIA: SUA ORGANIZAÇÃO E FUNÇÃO – A INSTRUÇÃO SANITÁRIA ATRAVÉS DA ESCOLA

AUTOR: Oscar Augusto Guelli

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: GUELLI, Oscar Augusto. Educação Sanitária: Sua organização e função – a instrução sanitária através da escola. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sanitária, Higiene, Profilaxia.

CONTEÚDO:

- Antes da profilaxia medicamentosa vem a profilaxia higiênica;
- Como efetuar a educação sanitária da população;
- A educação sanitária nas escolas primárias;
- O professor como educador sanitário;
- Curso de higiene aos professores.

RESUMO: A educação sanitária tem por fim familiarizar o público com as noções de higiene individual e coletiva. Essa familiaridade se traduz em dois preceitos da higiene: cuidar da saúde e poupar a vida. Desse modo, higiene é prevenção e, portanto, antes da profilaxia medicamentosa, vem a profilaxia higiênica. Para o autor, a melhor maneira de efetuar a educação sanitária da população é através da escola primária, pois a higiene infantil pode ser fiscalizada e as moléstias epidêmicas mais depressa podem ser atacadas. E também, é através das crianças que a educação sanitária penetra nos lares.
Quanto à organização de educação sanitária, o autor aconselha uma fiscalização médica, comum a diversas escolas, para o exame periódico das crianças. Propõe também uma enfermaria escolar. Destaca que, mais econômico para o país, seria se o próprio professor fosse o educador sanitário, essa solução, de acordo com o autor, restringiria a necessidade da manutenção constante do médico e da enfermeira. Recomenda, assim, que se dê aos professores nas Escolas Normais, um curso mais desenvolvido de higiene, estágios em postos de higiene com a duração de um ano. Nesses cursos, a parte teórica deveria se restringir às noções de higiene **individual** (alimentação, repouso, trabalho); **doméstica** (orientação das habitações, iluminação, ventilação) e **coletiva – urbana ou rural** (abastecimento de água, esgoto, lixo, iluminação).

OBSERVAÇÕES: Oscar Augusto Guelli foi inspetor do 55º Distrito Escolar de São Paulo.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

TESE Nº62

TÍTULO DA TESE: A TEORIA DA SUPERIORIDADE CEREBRAL DO HOMEM PERANTE A ANTROPOLOGIA MODERNA

AUTOR: Alba Canizares Nascimento

CONFERÊNCIA: III Conferência Nacional de Educação **ANO**: 1929

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: NASCIMENTO, Alba Canizares. A Teoria da superioridade cerebral do homem perante a Antropologia Moderna. In: *Anais da III Conferência Nacional de Educação*. São Paulo, Departamento de Publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930.

LOCALIZAÇÃO: Faculdade de Educação da USP

PALAVRAS-CHAVE: Ciência, Antropologia, Superioridade Cerebral

CONTEÚDO:

- A não superioridade cerebral do homem;
- Diferenciações congênitas entre o cérebro do homem e o da mulher;
- Antropologia Moderna;
- Medidas craniométricas;
- História, Psicologia e Antropologia como ciências que defendem a não superioridade cerebral do homem.

RESUMO: A autora dessa tese traz vários argumentos para acabar com a teoria da superioridade cerebral do homem em voga no período, de modo a romper com a idéia da inferioridade mental da mulher. Apóia-se nos novos estudos da Antropologia Moderna, ciência que demonstra a não inferioridade cerebral da mulher. Os primeiros estudos da Antropologia levavam às conclusões, com base no fator "massa" e "volume" do cérebro, afirmando que as mulheres perdiam no peso do cérebro em relação ao homem, sob o ponto de vista da mentalidade – 1400 g. para o homem e 1250 g. para a mulher. Esse era um dos fatores que justificavam a insuficiência mental feminina. Após vinte anos de pesquisas rigorosas, a Antropologia Moderna conclui a grave injustiça quanto à inferioridade da mulher, na medida em que constata que as medidas craniométricas não expressam a inferioridade ou superioridade cerebral. Perante a ciência, o problema em questão é muito complexo, desse modo é preciso considerar: que não há, de fato, uma relação rigorosamente constante entre o peso do cérebro e o grau de inteligência; é preciso considerar que na massa cerebral há duas partes distintas – uma em relação à inteligência e outra em relação à massa do corpo; a inteligência está relacionada com a complexidade da massa cinzenta; há cérebros de alienados muito desenvolvidos, como o de certos criminosos lombrosianos; o peso do cérebro e o seu volume crescem na proporção da sua atividade intelectual. Estas breves considerações da autora bastam para evidenciar quão complexa é a questão. E conclui a tese dizendo: "*É preciso banir, em nome da ciência moderna, os falsos e deprimentes ensinamentos que procuram estabelecer diferenciações congênitas ou físicas entre o cérebro do*

homem e o da mulher. (...) É preciso exaltar a mulher. A regeneração social lhe cabe. A grandeza do futuro está no seu coração e no seu cérebro. Não é a mulher, nem deve ser, apenas, o ente erótico a que se refere MICHELET, inconsciente num amor egoísta e animal. A mulher é a mãe e a educadora. E a educadora não pode ser inculta e broncа. São raros os homens porque as boas mães são raras.(...) A obra da educação é a obra da mulher. Mas a obra da educação é a obra da cultura. E a cultura repousa sobre o cérebro" (p. 666).

OBSERVAÇÕES: Alba Canizares Nascimento foi inspetora escolar do Distrito Federal e Profª de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal Wenceslau Braz.

PESQUISADOR (A): Daniela Cristina de Menezes Cosso

****